



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

NAIARA SOUTHER

O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA SEGURANÇA ALIMENTAR
DOS BENEFICIÁRIOS DO MEIO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE
LARANJEIRAS DO SUL/PARANÁ

LARANJEIRAS DO SUL

2018

NAIARA SOUTHER

**O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA SEGURANÇA ALIMENTAR
DOS BENEFICIÁRIOS DO MEIO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE
LARANJEIRAS DO SUL/PARANÁ**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Agroecologia e Desenvolvimento
Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira
Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de
Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural
Sustentável sob a orientação da Prof^a Dra. Rozane
Marcia Triches.

LARANJEIRAS DO SUL

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Campus Laranjeiras do Sul-PR

Rodovia BR 158 - Km 405

CEP 85301-970

Telefone: (42) 3635-0000

NAIARA SOUTHER

TÍTULO: “O impacto do Programa Bolsa Família na segurança alimentar dos beneficiários do Meio Urbano e Rural do Município de Laranjeiras do Sul/Paraná”.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – PPGADR da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS para obtenção do título de Mestra em **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, defendido em 13/07/2018.

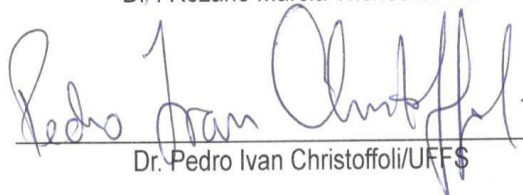
Presidente da Banca: Prof. Dr. Pedro Ivan Christoffoli

Aprovado em: 13, 07, 2018

BANCA EXAMINADORA



Dr.ª Rozane Marcia Triches/UFFS



Dr. Pedro Ivan Christoffoli/UFFS



Dr. Clério Plein/UNIOESTE

AGRADECIMENTOS

Ao meu marido, amigo e companheiro Leopoldo, que esteve ao meu lado superando os obstáculos, comemorando as vitórias e que amorosamente casou-se comigo em meio a este processo.

Aos meus pais Zete e Valmor, por todo o amor e por respeitar as minhas decisões sempre com sábios conselhos. Por causa de vocês nunca considerei desistir, e principalmente pelo exemplo de honestidade, dedicação e lealdade. Tenho tanto orgulho de vocês!

Ao meu irmão, Pedro, por ser exatamente como um irmão deve ser, alguém muito amado com quem se pode contar em todos os momentos, alguém que te conhece de verdade e nunca desiste de você.

A minha família, pelas orações e palavras de otimismo. Como diz minha vó: “Estude, querida!”

As minhas amigas e amigos, pelas boas vibrações e pelos encontros que ainda que fossem menos frequentes nesse período não deixavam de ser sempre especiais.

Aos colegas e amigos do mestrado pelo companheirismo e pelas trocas de experiências.

À minha orientadora e aos professores, por dividirem o conhecimento conosco sem economias, principalmente a minha orientadora Prof. Rozane por todos os ensinamentos, pela paciência e compreensão com as minhas limitações.

Aos colegas e amigos do trabalho por toda a ajuda, facilitando as entrevistas e fornecendo todas as informações que precisei sem se pesar.

Agradeço principalmente à Deus, que ao permitir que eu realizasse esta pesquisa, fez com que eu conhecesse a realidade de tantas pessoas, que representaram uma parcela muito importante de tudo que aprendi. Tanta simplicidade, tantos sorrisos, e tanto carinho para comigo em meio a tanta miséria (de comida, de atenção, de liberdade). Agradeço por terem dividido comigo um pouco da sua história, fazendo-me olhar com tanta gratidão para todas as oportunidades que a vida me proporcionou.

O acesso à alimentação é um direito humano em si mesmo, na medida em que a alimentação constitui-se no próprio direito à vida. Negar este direito é antes de mais nada, negar a primeira condição para a cidadania, que é a própria vida (Relatório do Brasil para a Cúpula Mundial de Alimentação, Roma – 1994).

RESUMO

O presente trabalho trata de uma análise do impacto do benefício do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no meio urbano e rural do município de Laranjeiras do Sul/PR. Tem como objetivo principal avaliar a situação de insegurança alimentar dos beneficiários, e investigar se houveram mudanças na quantidade, variedade e no consumo de alimentos saudáveis antes e depois de receber o benefício e, ainda, descrever se há aquisições não monetárias de alimentos, incluindo benefícios de outras políticas públicas e produção para autoconsumo. Todos os objetivos foram analisados realizando uma comparação dos impactos do Programa Bolsa Família na SAN em relação aos beneficiários do meio urbano e rural. Esta comparação é importante para que se possa entender se o Programa tem diferentes impactos nestes locais de residência e se outras questões interferem nisto, auxiliando ou prejudicando nesta conjuntura. O estudo foi realizado no município de Laranjeiras do Sul, e totalizaram 86 entrevistados, sendo que vinte e cinco do meio rural e sessenta e um do meio urbano. Os dados foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas e aplicação da EBIA (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar). Verificou-se que no meio urbano todos os entrevistados encontraram-se em situação de Insegurança Alimentar, 44,3% leve, 26,2% moderada e 29,5% grave. No meio rural 16% encontravam-se em segurança alimentar e nutricional, 48% em insegurança alimentar leve, 24% moderada e 12% grave. Dentre as finalidades para utilização do benefício, a alimentação foi a principal (38,4 %) entre todos os entrevistados. Sendo que no meio urbano a alimentação é a principal finalidade da utilização do benefício (45,9%), porém, no meio rural, a alimentação aparece como terceira causa de utilização (20%) sendo antecedida pela compra de material escolar (40%) e vestuário (28%). No meio urbano houve melhora significativa na frequência de consumo de alimentos mais saudáveis e protéicos, como frutas, verduras, frango, laticínios, e panificados, ocorrendo portanto, uma melhora na qualidade nutricional depois da aquisição do benefício. A aquisição não monetária de alimentos demandou um estudo mais detalhado sobre outras políticas públicas que, juntamente com o Programa Bolsa Família, influenciam na situação nutricional desses indivíduos. No meio urbano destacou-se o Programa Leite das Crianças e em geral o autoconsumo e o benefício eventual de entrega de cestas básicas pelo município apresentaram impacto na alimentação dos entrevistados. Destaque à produção para o autoconsumo, como diferencial da alimentação entre urbanos e rurais, sendo que a mesma explicaria em grande parte a alimentação mais saudável e adequada no meio rural mesmo antes do recebimento do benefício. As técnicas utilizadas para a realização desta prática, assim como a agricultura urbana podem ser alternativas para a melhora ainda mais substancial da qualidade alimentar destas famílias. A pesquisa visualizou que o Programa Bolsa Família aliado a outras práticas e demais políticas públicas de combate à fome a pobreza no meio urbano e rural são fundamentais para reduzir os índices de vulnerabilidade social e econômica dessas famílias. Esta melhora na alimentação, somadas às condicionalidades de acesso à educação e saúde favorecem o alcance das liberdades substantivas e instrumentais descritas por Amartya Sen, mas não de forma efetiva, apontando para a necessidade de viabilizar outras políticas de caráter estrutural para garantir a melhoria das condições de vida desta população e do desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Segurança Alimentar e Nutricional. Meio Urbano e Rural.

ABSTRACT

The present work deals with an analysis of the impact of the benefit of the Bolsa Família Program on Food and Nutrition Security (SAN) in the urban and rural environment of the municipality of Laranjeiras do Sul / PR. Its main objective is to assess the food insecurity situation of the beneficiaries and to investigate whether there have been changes in the quantity, variety and consumption of healthy food before and after receiving the benefit and also to describe whether there are non-monetary purchases of food, including benefits of other public policies, and to evaluate production for self-consumption. All the objectives were analyzed by comparing the impacts of the Family Grant Program on the SAN in relation to the beneficiaries of the urban and rural environment. This comparison is important so that one can understand if the Program has different impacts in these places of residence and if other issues interfere in this, helping or harming in this conjuncture. The study was carried out in the municipality of Laranjeiras do Sul, and 86 respondents were interviewed, of whom 25 were from rural areas and 60 were from urban areas. Data were collected from semi-structured interviews and application of EBIA (Brazilian Scale of Food Insecurity). It was verified that in the urban environment all respondents found themselves in a situation of Food Insecurity, 44.3% mild, 26.2% moderate and 29.5% severe. In rural areas, 16% were in food and nutritional security, 48% in mild food insecurity, 24% moderate and 12% severe. Among the purposes for the use of the benefit, food was the main one (38.4%) among all interviewees, in the urban environment, food is the main purpose of the use of the benefit (45.9%). However, in rural areas, food appears as the third cause of use (20%) and is preceded by the purchase of school supplies (40%) and clothing (28%). In urban areas, there was a significant improvement in the frequency of consumption of healthier and protein foods such as fruits, vegetables, meats, dairy products, eggs, rice and beans, and thus an improvement in nutritional quality after the acquisition of the benefit. The non-monetary acquisition of food demanded a more detailed study on other public policies that, together with the Bolsa Família Program, influence the nutritional status of these individuals. In the urban environment the Children's Milk Program was highlighted, and in general the self-consumption and the eventual benefit of delivery of basic baskets by the municipality had an impact on the food of the interviewees. Highlight the production for self consumption, as a differential of food between urban and rural, and the same would explain to a large extent the healthiest and adequate food in the rural environment even before receiving the benefit. The techniques used to carry out this practice, as well as urban agriculture may be alternatives for the even more substantial improvement in the food quality of these families. The research showed that the Bolsa Família Program, combined with other practices, and other public policies to combat poverty in urban and rural areas are fundamental to reduce the social and economic vulnerability indexes of these families. These improvements in food, coupled with the conditionalities of access to education and health, favor the achievement of the substantive and instrumental freedoms described by Amartya Sen, but not in an effective way, since other policies of a structural nature should be made possible to guarantee the improvement of conditions of life and rural development.

Keywords: Bolsa Família Program. Food and nutrition security. Urban and rural environment.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Distribuição percentual dos domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio – Brasil – 2004/2013..... 43
- Figura 2 - Prevalência de domicílios em situação de segurança alimentar, segundo as Grandes Regiões – 2004/201344
- Figura 3 - Percentual de domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, segundo a situação do domicílio e as Grandes Regiões – 2004/2009..... 45
- Figura 4 - Proporção de domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, segundo a situação do domicílio e as Grandes Regiões (2013)..... 46
- Figura 5 - Material de Divulgação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com os dados de como o Brasil saiu do Mapa da Fome da ONU..... 47

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do Território Cantuquiriguaçu no Estado do Paraná e as cidades que compõe o Território.....	52
Mapa 2 - O município de Laranjeiras do Sul e os municípios com os quais possui divisa territorial.....	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Acompanhamento da atualização cadastral e das condicionalidades do PBF no Município de Laranjeiras do Sul até Março de 2018.....	56
Quadro 2 - Classificação dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) de acordo com as respostas fornecidas pela aplicação da EBIA.....	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Famílias atendidas e o valor repassado pelo Programa Bolsa Família ao município de Laranjeiras do Sul – PR por mês em 2017.....	54
Tabela 2 - Número de beneficiários do Município de Laranjeiras do Sul dos meios urbano e rural com Cadastro Único atualizado e aptos a receber o benefício.....	57
Tabela 3 - Lista de beneficiários do Programa Bolsa Família do meio rural de Laranjeiras do Sul selecionados para a pesquisa.....	58
Tabela 4 - Índice de insegurança alimentar dos beneficiários do PBF do Município de Laranjeiras do Sul – PR, dos meios urbano e rural de acordo com a EBIA	63
Tabela 5 - Principal finalidade para utilização do benefício do PBF, de acordo com os entrevistados do meio urbano e rural do Município de Laranjeiras do Sul – PR	67
Tabela 6 - Outra finalidade para utilização do benefício do PBF, de acordo com os entrevistados no meio urbano e rural do Município de Laranjeiras do Sul – PR	68
Tabela 7 - Análise da quantidade, variedade e do consumo de alimentos saudáveis segundo relato dos beneficiários rurais e urbanos do PBF no Município de Laranjeiras do Sul – PR	70
Tabela 8 - Frequência de consumo de determinados tipos de alimentos antes e depois da aquisição do benefício do PBF do meio rural e urbano do Município de Laranjeiras do Sul - PR.....	73
Tabela 9 - Consumo alimentar por grupo de alimentos dos beneficiários no Município de Laranjeiras do Sul - PR, do meio urbano e rural, antes e depois do PBF	74
Tabela 10 - Aquisição não monetária de alimentos dos meios urbano e rural do Município de Laranjeiras do Sul - PR, antes e depois de receber o benefício do PBF	83

Tabela 11 - Formas de aquisição não monetária de alimentos dos beneficiários antes e depois do PBF no meio urbano e rural do Município de Laranjeiras do Sul – PR.....	84
Tabela 12 – Pontos de entrega do Programa Leite das Crianças do Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul – PR	86
Tabela 13 - Beneficiários do PLC cadastrados em cada ponto de distribuição do Município de Laranjeiras do Sul – PR	87
Tabela 14 - Produção para autoconsumo e extrativismo dos beneficiários do PBF do meio urbano e rural no Município de Laranjeiras do Sul - PR	92
Tabela 15 - Itens produzidos para autoconsumo pelos beneficiários do PBF nos meios urbano e rural do Município de Laranjeiras do Sul - PR	94
Tabela 16 - Técnicas de produção para autoconsumo dos beneficiários do PBF do meio urbano e rural do Município de Laranjeiras do Sul - PR	96

LISTA DE SIGLAS

AFs – Agricultores Familiares

CONDETEC – Conselho de Desenvolvimento do Território da Cantuquiriguaçu

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

DCNT – Doença Crônica Não Transmissível

DHAA – Direito Humano a Alimentação Adequada

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

IA – Insegurança Alimentar

IAL – Insegurança Alimentar Leve

IAM – Insegurança Alimentar Moderada

IAG – Insegurança Alimentar Grave

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

ONU – Organização das Nações Unidas

PBF – Programa Bolsa Família

PCA – Programa Comunidade Ativa

PLC – Programa Leite das Crianças

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

TCR – Transferência Condicionada de Renda

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO DAS LIBERDADES	24
2.2	POLÍTICAS DE COMBATE À FOME E À POBREZA NO BRASIL	32
2.3	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	39
3	METODOLOGIA	52
3.1	POPULAÇÃO DO ESTUDO	56
3.2	COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	58
3.3	QUESTÕES ÉTICAS	60
4	INSEGURANÇA ALIMENTAR E IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO CONSUMO ALIMENTAR DOS BENEFICIÁRIOS DO MEIO URBANO E RURAL	61
4.1	BOLSA FAMÍLIA E LIBERDADES INSTRUMENTAIS: PANORAMA DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NO MEIO URBANO E RURAL EM LARANJEIRAS DO SUL/PR	62
4.2	IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO CONSUMO ALIMENTAR DOS BENEFICIÁRIOS RURAIS E URBANOS	66
5	AQUISIÇÃO NÃO MONETÁRIA DE ALIMENTOS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR	82
5.1	AQUISIÇÃO NÃO MONETÁRIA DE ALIMENTOS E BOLSA FAMÍLIA: DOAÇÕES E CONVERGÊNCIA DE OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS	82
5.2	A PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO	91
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
	REFERÊNCIAS	103

ANEXO 1 QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DO PBF NA SEGURANÇA ALIMENTAR DOS BENEFICIÁRIOS DO MEIO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL/PR.....	110
ANEXO 2 QUESTIONÁRIO DA ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA).....	115

1 INTRODUÇÃO

Ao analisarmos o desenvolvimento sob a perspectiva das questões sociais, observamos que grande parte dos estudos, descreve o desenvolvimento focado apenas na sua relação com o crescimento econômico, e que não existem muitos estudos que se esforçam para compensar esta deficiência, objetivando trazer a questão social para o centro dos modelos explicativos disponíveis (FAVARETO, 2006).

Dentre os teóricos que se destacam neste esforço está Amartya Sen (2010), o qual defende que o desenvolvimento se apresenta como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Para isso, é necessário remover as principais fontes que restringem estas liberdades, como: “[...] pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistêmica, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência dos Estados repressivos[...]”. O desenvolvimento, portanto, promove a liberdade em si, revela-se como fator fundamental para que as liberdades substantivas sejam alcançadas.

Amartya Sen (2010) afirma que as liberdades substantivas “[...] incluem capacidades elementares como, por exemplo, ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão, etc[...]”.

A ausência dessas liberdades está relacionada com a pobreza econômica. A falta de recursos econômicos faz com que o indivíduo não possui a liberdade para saciar a fome, ter uma nutrição adequada e medicamentos para doenças tratáveis, possuir vestimentas, moradia adequada, acesso a água tratada e saneamento básico. Ainda, segundo o autor, as liberdades podem ser vistas sob uma perspectiva “instrumental”, que são as liberdades políticas, as facilidades econômicas, as oportunidades sociais, a garantia de transparência e a segurança protetora. Nesse sentido, as liberdades não são vistas como os fins primordiais para alcançar o desenvolvimento, mas que cada uma delas é um meio para que através delas possa-se alcançar o objetivo, neste caso, o desenvolvimento.

Esta teoria de Sen apresenta uma visão inovadora do desenvolvimento quando transfere o foco da análise da acumulação do capital dos indivíduos para o seu conjunto de capacitações. Assim, a renda é considerada um dos meios e não o fim primordial do desenvolvimento e o objetivo é a expansão das capacitações e não da renda. Isso ocorre ao permitir que o

indivíduo escolha o tipo de vida que deseja ter e que isto esteja relacionado aos aspectos econômico, social, cultural e político (LACERDA, 2009).

Nesta perspectiva, muitos países da América Latina têm adotado políticas públicas com o objetivo de reduzir a pobreza e a fome. Uma das maneiras encontradas para solucionar ou amenizar este problema foi a criação de políticas de Transferência Condicionada de Renda (TCR). Os principais programas de transferência de renda não contributivos no Brasil são o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício Prestação Continuada (BPC) (BRASIL, 2017). A partir delas é destinado mensalmente um valor às famílias que se encontram em situação de pobreza ou pobreza extrema, objetivando garantir o acesso à bens e serviços que possibilitem uma melhor condição de vida (MATTEI, 2010).

Neste estudo, o enfoque será o Programa Bolsa Família, política pública de combate à fome e à pobreza no Brasil, que funciona sob o mecanismo da transferência condicionada de renda e é descrito como modelo de desenvolvimento com inclusão. Busca ainda, através das condicionalidades, garantir o acesso à educação e à saúde. Além disso, a seleção dos beneficiários ocorre com base nos dados do Cadastro Único que, facilita o acompanhamento dos benefícios e das condicionalidades e agiliza o processo de atendimento aos beneficiários pelos setores de assistência social, saúde e educação (CAMPELLO, 2013). As condicionalidades para que o beneficiário permaneça no programa, consistem em manter crianças e adolescentes freqüentando as aulas e estar em acompanhamento pelos profissionais de saúde pública, para pesar, medir e verificar o desenvolvimento das crianças e das gestantes (BRASIL, 2018a).

O CadÚnico (Cadastro Único) unificou os programas sociais de transferência de renda no Brasil, o que permitiu que o Programa Bolsa Família, já nos dez primeiros anos de atuação, apresentasse redução da desigualdade social. Dados do IBGE (2018) demonstram melhora nos Índices de Gini ¹ no Brasil e no estado do Paraná, em relação aos anos de 2003 a 2009. O Brasil que, em 2003 apresentava o valor de 0,5815, em 2009 apresentou 0,5401, e no estado do Paraná o valor reduziu no mesmo período de 0,5439 para 0,4938. Segundo Campello

¹O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza (IPEA, 2004).

(2013), o programa apresentou impacto positivo quanto a fornecer autonomia para as famílias beneficiárias ao possibilitar liberdade na alocação dos recursos.

A escolha pelo público beneficiário do Programa Bolsa Família para esta pesquisa, ocorreu porque ele identifica as famílias que se encontram em maior índice de vulnerabilidade econômica e social e seriam, portanto, aquelas que se enquadram na linha da pobreza e extrema pobreza. No entanto, uma primeira pergunta a ser feita é: estaria o Programa Bolsa Família conseguindo alcançar seu objetivo de reduzir a fome, ou mais especificamente, estaria ele diminuindo a insegurança alimentar e promovendo o direito humano à alimentação adequada? Como desdobramentos desta primeira questão surgem outras duas: existem no caso analisado, diferenças neste impacto nos meio urbano e rural e se existem, o que pode explicar estas diferenças?

Segundo Maluf (2007), Segurança Alimentar e Nutricional é a nomenclatura utilizada com o propósito de destacar os dois principais enfoques que este tema aborda no Brasil, o socioeconômico e o de saúde e nutrição. Além disso, expressa a perspectiva intersetorial que norteia as atividades em SAN e considera duas dimensões do tema que são a disponibilidade de alimentos e a qualidade desses bens.

As demandas de SAN, muitas vezes, não são passíveis de serem atendidas pelos indivíduos, principalmente pela falta de acesso e condições que possibilitem a prática de um consumo alimentar adequado. Dessa forma, a incapacidade que os indivíduos possuem de atender as necessidades alimentares os coloca em situação de insegurança alimentar (BURLANDY, 2007).

Assim sendo, esta pesquisa tem como objetivo principal avaliar o impacto do Programa Bolsa Família na SAN dos beneficiários, e para isso, se propõe avaliar a situação de insegurança alimentar dos beneficiários; analisar se houveram mudanças na quantidade, variedade e consumo de alimentos saudáveis/adequados antes e depois de receber o benefício do Programa e, ainda, descrever se há aquisições não monetárias de alimentos, incluindo benefícios de outras políticas públicas e da produção para autoconsumo. Todos os objetivos serão analisados realizando uma comparação dos impactos do Programa Bolsa Família na SAN em relação aos beneficiários do meio urbano e rural. Esta comparação é importante para que se possa entender se o Programa tem diferentes impactos nestes locais de residência e se outras questões interferem nisto, auxiliando ou prejudicando nesta conjuntura. Neste caso pretende-se entender o quanto a existência de outras políticas (a exemplo do Programa Leite

das Crianças, existente no Paraná), ou a produção para o autoconsumo (considerando a forma de produção e tipo de alimentos produzidos) são potenciais coadjuvantes neste processo, ou não.

Muitos estudos como o de Souza e Osorio (2013) constataram mudanças na vida dos beneficiários após a inclusão no Programa Bolsa Família, principalmente nos índices de redução da extrema pobreza, que segundo os autores, teve queda de 8,0% para mais de 3,0% da população brasileira e os índices de pobreza recuaram de 15,9% para 6,3% no período de 2003 a 2011. Os mesmos autores consideram os números tão positivos que indicam a possibilidade de erradicação de extrema pobreza (erradicar a pobreza, não significa reduzi-la a zero, mas torná-la meramente residual) e até da pobreza extrema medidas pelas PNADs (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio) caso o desempenho do Brasil nos próximos anos seja parecido com o da última década.

Seguindo na perspectiva destes estudos, a hipótese central deste trabalho é a de que o Programa Bolsa Família impacta positivamente na SAN dos beneficiários, mas com diferentes nuances entre meio rural e urbano, a depender de outras políticas e práticas envolvidas. Porém, esta política por si só não é suficiente para viabilizar efetivamente o direito humano à alimentação adequada e nem as liberdades substantivas dos beneficiários, sendo necessários outros conjuntos de políticas estruturais como as relacionadas à criação de empregos e renda, políticas alimentares e políticas agrárias.

Ao realizar a comparação entre o meio urbano e o rural, esta pesquisa considera fatores como o de que a pobreza rural no Brasil é fruto do rápido processo de industrialização e de urbanização que expandiu a produção econômica e acarretou danos nos resultados sociais, principalmente quanto aos elevados níveis de pobreza. Assim, fatores que incentivaram este aumento, como restrições de acesso à terra, limitações da educação oferecida, dificuldades no acesso aos mercados e privações de acesso a serviços básicos (ZIMMERMANN et al., 2014) devem ser considerados como problemas a serem enfrentados pelas políticas públicas para garantir as liberdades substantivas e reverter este quadro. O Programa Bolsa Família seria, portanto, uma ação urgente e necessária dentro de um conjunto de políticas mais abrangentes para o enfrentamento da pobreza no meio rural, como também no meio urbano.

Para buscar esclarecer estas questões e objetivos, foi escolhido o município de Laranjeiras do Sul como caso a ser investigado, por apresentar altos níveis de pobreza. Em

2010 (IBGE, 2010), este município tinha 5.747 pessoas residentes no meio rural, sendo que 562 pessoas eram extremamente pobres, ou 9,77%. Das 25.030 pessoas residentes no meio urbano, 1.268 pessoas eram extremamente pobres, ou seja, 5,06%. Constatou-se a partir desses dados que a pobreza rural se mostrava relativamente maior que a do meio urbano neste caso (IBGE, 2010). No Estado do Paraná, os níveis de desigualdade de renda, quando comparados os meios urbano e rural, tiveram uma redução, devido ao crescimento da renda per capita de 44% no meio rural entre os anos de 2001 e 2009, enquanto que no meio urbano esse crescimento foi de 29,5%. Os valores apresentados no Paraná estão acima da média nacional para este período que, de maneira geral (sem discriminar meio urbano ou rural) apresentou crescimento de renda per capita de 23,5% (IPEA, 2016).

Outra particularidade de Laranjeiras do Sul é que este município faz parte do Território da Cantuquiriguaçu, juntamente com outros dezenove municípios (Campo Bonito, Cândói, Cantagalo, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná, Catanduvás e Virmond), e representam 7% do território paranaense com uma área de cerca de 13.986,40km². Considerada uma das microrregiões menos desenvolvidas socioeconomicamente do Paraná, em termos de renda, produção, representação política e conflitos ambientais; o território apresenta IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) inferior à média estadual em todos os municípios da região.

Dados do IPARDES (2007), indicam que em termos absolutos, os municípios de Laranjeiras do Sul, Pinhão e Quedas do Iguaçu concentravam o maior número de famílias pobres do Território, com predominância de população rural, o que contribuiu para que os dados encontrados sejam de níveis elevados de pobreza nos meios rurais desses municípios. As mobilizações de acesso à terra e a participação do Programa Nacional de Reforma Agrária na região são fortemente representados pelo número de famílias que residem nos assentamentos rurais desta região. Dados do INCRA (2007), relataram que 3.090 famílias foram assentadas, distribuídas em 13 municípios, equivalendo a 19,3% da área total de assentamentos de reforma agrária no Paraná. Estes dados corroboram a importância de entender de que maneira Programas como o PBF têm impactado nestas realidades.

A presente dissertação está estruturada em seis capítulos, incluindo a introdução e as considerações finais. O segundo capítulo aprofunda a perspectiva de desenvolvimento de

Amartya Sen, considerando as liberdades substantivas e instrumentais. O capítulo segue abordando as políticas públicas de combate à fome e a pobreza no Brasil, sua trajetória e a garantia de Segurança Alimentar e Nutricional como objetivo deste processo, culminando com o Programa Bolsa Família.

O capítulo três descreve a metodologia utilizada para alcançar os objetivos propostos e testar a hipótese deste trabalho. Descreve brevemente o município de Laranjeiras do Sul no Paraná, onde as entrevistas foram realizadas; as estruturas do Programa Bolsa Família; os beneficiários do município e as análises estatísticas realizadas.

O capítulo quatro apresenta os índices de Insegurança Alimentar nos beneficiários do Programa Bolsa Família no meio urbano e rural e analisa o consumo alimentar antes e depois da aquisição do benefício, também comparando os meios de residência. Apresenta as finalidades para a utilização do benefício, mudanças na quantidade, variedade e no consumo de alimentos saudáveis, e, uma avaliação do consumo alimentar por grupos de alimentos.

O quinto capítulo enfatiza as aquisições não monetárias de alimentos, considerando outras ações, políticas públicas e a produção para o autoconsumo. Dessa forma, busca identificar quais são as políticas acessadas para além do PBF, e os alimentos produzidos para autoconsumo por grupos alimentares, nos beneficiários do meio urbano e rural, antes e depois de receber o benefício do Programa Bolsa Família. E, por fim a utilização de técnicas orgânicas e agroecológicas ou convencionais para a produção destes alimentos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO DAS LIBERDADES

Uma política de SAN é um conjunto de ações planejadas para garantir a oferta e o acesso aos alimentos para toda a população, promovendo a nutrição e a saúde. Deve ser sustentável, ou seja, desenvolver-se articulando condições que permitam sua manutenção no longo prazo. Requer o envolvimento tanto do governo, quanto da sociedade civil organizada, em seus diferentes setores ou áreas de ação – saúde, educação, trabalho, agricultura, desenvolvimento social, meio ambiente, dentre outros – e em diferentes esferas – produção, comercialização, controle de qualidade, acesso e consumo (CONSEA, 2004).

A garantia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) exige que sejam conjugados e priorizados os esforços do Estado com ações públicas de diferentes setores e esferas do governo e da sociedade civil. Para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) são necessárias ações intersetoriais, atividades que previnam e controlem Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), promovam o consumo de alimentos saudáveis e incentivem à prática de um modo de vida saudável (BRASIL, 2006).

Cada país possui uma estratégia para tratar os componentes da questão alimentar e a maneira como isso ocorre pode contribuir ou dificultar a promoção da equidade social e da melhoria sustentável da qualidade de vida dessa população. Por isso é preciso que o objetivo de garantir a SAN da população seja colocado entre os eixos ordenadores das ações, políticas e programas e que estes busquem uma interação positiva entre a questão alimentar e a igualdade social (MALUF, 2007).

Para que se possa discutir a questão alimentar, faz-se necessário apresentar primeiramente a definição de Segurança Alimentar.

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2004).

A definição de Segurança Alimentar utiliza-se de alguns elementos conceituais que podem ser distintos e complementares. Dividem-se em duas dimensões, a primeira refere-se à

produção e disponibilidade de alimentos, e indica que devem ser suficientes e adequados para atender as necessidades da família quanto à quantidade e qualidade; possuir uma oferta permanente de alimentos; ter acesso universal às necessidades nutricionais adequadas, nas diferentes fases da vida e em diferentes grupos de população, e ainda, ser sustentável e assegurar SAN para as próximas gerações. A segunda dimensão trata das relações entre o ser humano e o alimento, inclui a disponibilidade de alimentos saudáveis, a preparação com técnicas que conservem o valor nutricional dos alimentos, alimentação adequada em todas as fases do ciclo de vida, ter condições de saúde e de higiene, direito a acesso aos serviços de saúde, a prevenção e controle em relação a determinantes como as condições psicossociais, econômicas, culturais e ambientais. E, ainda, oportunizar o desenvolvimento pessoal e social no local onde vivem (ABRANDH, 2013).

As políticas de SAN buscam a partir de suas atividades, ampliar o acesso ao alimento, questionar o padrão de consumo alimentar das famílias, sugerir maneiras mais igualitárias e sustentáveis para a produção e comercialização dos alimentos. Qualificam as ações que atingem os grupos populacionais vulneráveis ou que tenham necessidades alimentares específicas. Estas linhas de atuação podem fazer com que as ações de Segurança Alimentar (SA) se revelem estratégias para o desenvolvimento de um país, assim como as ações que buscam o desenvolvimento sustentável e igualdade social (MALUF, 2007).

Por seu turno, a idéia de desenvolvimento é apresentada sob diversas visões que coexistem e disputam entre si o esforço de buscar um significado para o termo. Favareto (2006) considera que em muitos estudos o desenvolvimento se mostra como sinônimo de crescimento, em outros, é tratado como um mito e, por fim, como algo que não possui validade teórica ou prática. No entanto, há teorias que buscam considerar o desenvolvimento como forma de melhorar as condições de vida dos indivíduos e, portanto, apontam para a necessidade de vê-lo pelo âmbito social.

Para Castilho e Silva (2014), estudar o desenvolvimento exige que problemas como a pobreza e as novas dificuldades, criadas pelo impacto do homem sobre a natureza, sejam consideradas. Nos anos 1950, o desenvolvimento era compreendido no Brasil apenas no âmbito econômico, buscando avançar na capacidade produtiva, inicialmente, e depois resolver os demais problemas. Novas formas de compreender o desenvolvimento começam a surgir a partir de então, a fim de criar uma noção ampliada, baseada em princípios econômicos, sociais e ambientais.

Neste contexto é válido realizar uma breve discussão sobre algumas das teorias a respeito do desenvolvimento, a fim de demonstrar sua influência nas pesquisas existentes e justificar a escolha das teorias de Amartya Sen para conduzir este estudo.

Em suas teorias, Douglas North (1990, tradução nossa), apresenta o desenvolvimento diretamente ligado ao desempenho econômico dos mercados, a partir das percepções ou “modelos” subjetivos que as pessoas se utilizam para avaliar a sociedade em que vivem, pois orientam as opções individuais e a percepção que cada indivíduo possui de desempenho econômico. No caso de Boisier (1996), o autor dirige suas pesquisas ao estudo do desenvolvimento regional e a formulação de propostas que dêem “respaldo e incentivo ao processo do desenvolvimento”. Faz isso ao afirmar que a cultura do desenvolvimento se manifesta de maneira “competitiva/individualista”, gerando crescimento, mas incapaz de gerar um “verdadeiro desenvolvimento”, e que quando esta cultura ocorre de forma cooperativa e solidária pode gerar “equidade sem crescimento”.

O termo desenvolvimento para Polanyi (2000) é como uma visão, descrição ou medida do que deve ser a sociedade desejada. Considera um processo histórico de mudança social, em que a sociedade é transformada através de práticas e esforços que visam a promoção de melhorias onde os atores sociais e as agências possuem papel fundamental, incluindo governos, organizações e movimentos sociais. Polanyi identifica algumas contradições que ocorrem nos sistemas de mercado como reguladores das atividades econômicas e denomina “duplo-movimento”, ao observar os incentivos à crescente mecanização da agricultura, à migração do homem do campo para as áreas urbanas e a falta de políticas públicas de incentivo ao campesinato. Sob esta perspectiva, as atividades de apoio às práticas saudáveis e sustentáveis como a agroecologia podem ser consideradas “contra movimentos”.

A partir de meados de 1980 é que os debates sob a perspectiva da agroecologia tiveram sua origem no Brasil, apresentando um contexto de defesa da agricultura familiar camponesa, objetivando fortalecer estilos sustentáveis de desenvolvimento rural. O movimento agroecológico brasileiro é considerado como do âmbito social, por buscar mudanças estruturais no campo, fortalecimento do movimento camponês e da agricultura familiar. A agroecologia no país tem como objetivo garantir o acesso ao direito universal aos alimentos e preservar o meio ambiente, não apenas em atender uma demanda de mercado e consumidores (CAPORAL; PETERSEN, 2012).

As discussões sobre desenvolvimento rural e agroecologia apontam para diferentes olhares sobre a dinâmica rural-urbana e remetem a temas que envolvem críticas sobre o próprio sistema capitalista, a distribuição de renda, o meio ambiente, os modelos produtivos e a própria forma de se fazer ciência. Estas questões são provocativas, considerando que não há desenvolvimento sem que nele estejam evidenciados o bem estar social e o cuidado com o ambiente, para além do aumento das riquezas.

Nesse sentido, para Favareto (2006), o principal mérito da análise de Amartya Sen sobre o desenvolvimento, é conseguir discutir de forma pertinente dois dos três dilemas fundamentais que cercam o tema.

Primeiro, se desenvolvimento não se reduz ao crescimento, então quais são suas dimensões empíricas fundamentais? Segundo, se são várias as dimensões, como elas se compõem ou conflitam, quais delas são um fim dos processos de desenvolvimento, quais são os meios para atingi-los? Sobre o terceiro dilema é difícil responder cabalmente se houve um êxito tão grande como nos anteriores: a explicação da mudança em desenvolvimento. Sen, alias, elege como interlocutores justamente os dois pólos apresentados até aqui: de um lado, ele irá se colocar em debate com aqueles que tomam desenvolvimento por crescimento econômico apenas; e de outro, com alguns dos críticos igualitaristas (FAVARETO, 2006).

Para Favareto (2006), a idéia central dos estudos de Sen é a de que a expansão das liberdades humanas é a um só tempo o fim e o meio dos processos de desenvolvimento. Essa é a grande definição de desenvolvimento cunhada por Sen e que lhe permite sair do unidimensionalismo e da armadilha pela oposição entre meios e fins.

A remoção de privações significa a realização de certos funcionamentos. O conceito de desenvolvimento [...] tem seu foco na vida das pessoas e, portanto, justiça e desenvolvimento, com a defesa da igualdade e da expansão de capacitações estão integradas na abordagem de Sen (KANG, 2011).

Dessa forma, o foco da teoria de Sen sobre o desenvolvimento é o ser humano e sua liberdade. De acordo com Pinheiro (2012), Sen defende a idéia de que, quanto maior a liberdade dos indivíduos, mais eles podem “melhorar” a si próprios e influenciar positivamente a comunidade em que vivem. Portanto, a razão efetiva das liberdades individuais importarem para o desenvolvimento se relaciona com o exercício da condição de agente dos indivíduos.

Para Sen, há distinção entre os papéis avaliativo e instrumental das liberdades, que dizem respeito aos meios e aos fins do desenvolvimento. O papel avaliativo é dado pelas

liberdades substantivas e o instrumental pelas liberdades instrumentais. Existe portanto, uma distinção conceitual entre elas.

As liberdades substantivas são aquelas que enriquecem nossas vidas e a que queremos atingir como fins. Ao passo que as liberdades instrumentais são os meios para atingir aqueles fins. Por exemplo, para atingir a liberdade substantiva de ter boa saúde (fim), eu busco as liberdades instrumentais de me alimentar bem, repousar, fazer exercícios físicos, viver em um lugar livre de poluição, etc (meios) (PINHEIRO, 2012).

Portanto, é importante observar o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais desfrutado pelas pessoas. Para que seja considerada a possibilidade de desenvolvimento faz-se necessário que se excluam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva dos Estados repressivos (SEN, 2010).

Dentre os determinantes que indicam as liberdades pode-se citar: disposições sociais e econômicas como serviços de educação e saúde e direitos civis como a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas. Muitas vezes a ausência de liberdades substantivas está relacionada diretamente com a condição de pobreza econômica, em que rouba-se a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, o acesso à água tratada e saneamento básico (SEN, 2010).

Os casos de privação de liberdade podem ainda estar relacionados à carência de serviços públicos e assistência social. Podem ser exemplos a ausência de programas epidemiológicos, de assistência médica, de educação e da inexistência de instituições que garantam a manutenção da paz e da ordem local. Observa-se que em todo o mundo existem vítimas de várias formas de privação de liberdade. Destacam-se, no entanto, o grande número de seres humanos vulneráveis atingidos pela subnutrição, o pouco acesso à saúde, saneamento básico e água tratada. Ainda, ressalta-se que existem muitas pessoas que passam a vida lutando contra a morbidez desnecessária e por tantas vezes sucumbindo à morte prematura (SEN, 2010).

Kang (2011) apresenta uma discussão entre as teorias de Sen e sua crítica à proposta de Rawls (2000), que tem como foco do desenvolvimento o alcance dos bens primários. O autor apresenta a idéia de que as teorias de Sen afirmam que é preciso focar não somente nos

fins, como solução para os problemas da sociedade, mas que é necessário fornecer os meios para que cada um possa a sua maneira alcançar esses fins.

Neste caso, Sen enfatiza as liberdades instrumentais e demonstra como elas contribuem, direta ou indiretamente para a liberdade global, que dá às pessoas o direito de viver como elas desejam. Segundo o autor, deve-se considerar cinco tipos distintos de liberdade na perspectiva instrumental, a fim de salientar algumas questões de políticas específicas que requerem atenção especial. As liberdades instrumentais tratadas são: as liberdades políticas, as facilidades econômicas, as oportunidades sociais, as garantias de transparência e a segurança protetora. “[...] essas liberdades instrumentais tendem a contribuir para a capacidade geral de a pessoa viver mais livremente, mas também têm o efeito de complementar umas às outras [...]” (SEN, 2010).

São necessários para o entendimento das liberdades instrumentais, principalmente dois conceitos: funcionamentos e capacitações. Funcionamentos se apresentam como atividades, que as pessoas consideram importantes em suas vidas como estar bem nutrido, poder escapar de uma morte prematura e fazer parte da vida de sua comunidade. Enquanto as capacitações tratam da liberdade que o indivíduo possui para alcançar bem estar. São, portanto, as combinações de funcionamentos que proporcionam à pessoa o direito de viver a vida da maneira que ela desejar (KANG, 2011).

As liberdades políticas referem-se às oportunidades que a população tem de determinar quem deve governar e em que princípios se baseiam. E, inclui a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura, e ainda a liberdade de escolher entre diferentes partidos políticos. Refere-se ainda, aos direitos políticos associados à democracia, bem como o direito de voto e seleção participativa de legisladores e executivos. As facilidades econômicas se definem pelas oportunidades dadas aos indivíduos para escolher como irão utilizar os recursos econômicos, com propósitos de consumo, produção e troca. Ao tratar dos intitamentos econômicos ², é necessário observar que eles dependerão dos recursos disponíveis, das condições de troca, dos preços relativos e do funcionamento dos mercados. “[...] à medida que o processo de desenvolvimento econômico aumenta a renda e a riqueza de um país, estas se refletem no correspondente aumento de intitamentos econômicos da população [...]” (SEN, 2010).

²Sen (2010), utiliza o termo para representar um conjunto de pacotes alternativos de bens que podem ser adquiridos mediante o uso de vários canais legais de aquisição facultados a essa pessoa.

As oportunidades sociais referem-se às alternativas estabelecidas pela sociedade, principalmente nas áreas de saúde e educação. São muito importantes, não somente para a condução da vida privada, como também para a participação em atividades econômicas e políticas. Além de influenciarem a maneira como as pessoas conduzem sua vida, as oportunidades sociais garantem maior participação efetiva das pessoas nas atividades políticas e econômicas como, por exemplo, o analfabetismo que se apresenta como barreira para participação política, pois o indivíduo não possui condições de ler jornais ou de outros tipos de comunicação escrita sobre o assunto e assim, dificultando a informação (KANG, 2011).

As garantias de transparência incluem a liberdade de lidar com os outros sob a segurança de ter clareza dos acontecimentos. Pois são inibidores da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas. A segurança protetora aliada à democracia é necessária para evitar os problemas de fome coletivas e prevenir crises econômicas catastróficas, pois de acordo com ele “[...] o governo democrático, com eleições multipartidárias e meios de comunicação sem censura, torna altamente provável a instituição de medidas visando a uma segurança protetora básica [...]” (SEN, 2010). Mesmo os incentivos econômicos, tão importantes para o alcance das liberdades instrumentais, não substituem a ausência de incentivos políticos, pois é através destes que a população participa das decisões tomadas pelo Estado, evitando erros que possam prejudicá-la por decisões inadequadas tomadas pelos governantes não garantindo o acesso aos direitos de todos os cidadãos.

A segurança protetora busca proporcionar uma rede de segurança social e impede que a população afetada seja reduzida à miséria abjeta e até mesmo à fome e à morte. Nestas atividades estão incluídos benefícios aos desempregados, suplementos de renda regulamentares para os indigentes, distribuição de alimentos em crises de fome coletiva ou empregos de emergência com o objetivo de gerar renda para os necessitados (SEN, 2010).

Pode-se observar que alguns países como o Brasil demonstram maior dificuldade em alcançar a ampla participação econômica comparado aos países do Leste e Sudeste Asiático. Em países como o Brasil, a criação de oportunidades sociais ocorrem de forma mais lenta, o que as torna uma barreira para o desenvolvimento econômico. Nos locais onde há a expansão das oportunidades sociais pode-se observar um alto nível de emprego, redução das taxas de mortalidades e conseqüentemente aumento da expectativa de vida (SEN, 2010).

Para garantir as liberdades substantivas de que Sen nos previne, o caminho da intervenção social, através das políticas públicas, parece o mais indicado na

transição de sujeitos privados de liberdade a sujeitos aptos a realizarem escolhas sobre suas vidas e suas comunidades (CASTILHO; SILVA, 2014).

Para Sen (2010), uma família é forçada a passar fome, ainda que ao seu redor haja abundância de alimentos, o que pode ocorrer em uma situação de crise financeira, de desemprego ou de uma grande queda no valor daquilo que ela produz para vender. E nos casos em que acontece uma queda no estoque de alimentos em nível regional ou nacional, este não é fator obrigatório para que muitas pessoas naquele local passem fome, desde que haja uma divisão igualitária dos alimentos disponíveis e o incentivo à criação de emprego e outras fontes de renda para os mais vulneráveis.

A disponibilidade adequada de alimentos é necessária para a promoção e proteção da saúde, e fundamental para o desenvolvimento humano baseado na garantia da qualidade de vida das famílias, no direito à cidadania e a estruturas das condições sociais. Anteriormente, a insegurança alimentar e a falta de acesso aos alimentos eram relacionadas à produção insuficiente de alimentos nos países mais pobres. Essa análise era restrita à quantidade produzida de alimentos para a população. No entanto, os estudos acerca da insegurança alimentar passaram a incorporar questões como o acesso universal aos alimentos, o aspecto nutricional, composição, qualidade e aproveitamento biológico dos alimentos.

As discussões que norteiam a SAN são recentes, somente em 1996, na realização da Cúpula Mundial de Alimentação em Roma é que alguns chefes de estado e governo discutiram de maneira clara o direito a uma alimentação adequada e o direito fundamental de todos a não passar fome. Os documentos gerados neste encontro reconhecem a problemática da fome e da insegurança alimentar, em uma dimensão global, acentuada por fatores de crescimento populacional e a não utilização adequada dos recursos naturais. A partir dessas dimensões, apresenta-se a pobreza como principal causador da insegurança alimentar e que somente um desenvolvimento sustentável poderia erradicar a fome e garantir a todos o acesso aos alimentos (BRASIL, 2009).

Nesta conjugação entre a defesa de Sen sobre o que entende por desenvolvimento e os princípios da SAN é que cabe considerar que o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é de responsabilidade do Estado e da sociedade e requisito fundamental para o desenvolvimento físico, mental e social de uma população. A garantia de que esse direito será alcançado através dos mecanismos que orientam a relação entre o Estado e a sociedade para a

garantia da segurança alimentar e nutricional da população, baseia-se nas obrigações que o Estado tem para com os indivíduos perante a sociedade:

- Respeitar: A obrigação de respeitar os direitos humanos requer que os Estados não tomem quaisquer medidas que resultem no bloqueio à realização desses direitos. O Estado não pode, por meio de leis, políticas públicas ou ações, ferir a realização dos direitos humanos e, quando o fizer, tem que criar mecanismos de reparação.
- Proteger: O Estado tem que proteger os habitantes de seu território contra ações de empresas ou indivíduos que violem direitos humanos.
- Promover: A obrigação de promover/facilitar significa que o Estado deve envolver-se pró-ativamente em atividades destinadas a fortalecer o acesso de pessoas a recursos e meios e a sua utilização por elas, para garantia de seus direitos humanos. O Estado tem que promover/facilitar políticas públicas que aumentem a capacidade das famílias de alimentarem a si próprias.
- Prover: O Estado tem também a obrigação, em situações de emergências e/ou individuais ou familiares que, por condições estruturais ou conjunturais, não se tenha condições de garantir para si mesmo alimentação, moradia adequada, educação, saúde. O Estado tem, por exemplo, a obrigação de garantir a alimentação e a nutrição com dignidade a famílias que passam fome ou estão desnutridas por condições que fogem ao seu controle. O Estado deve também buscar garantir que essas famílias/pessoas recuperem a capacidade de se alimentar, quando forem capazes de fazê-lo (VALENTE, J; OLIVEIRA; VALENT, D., 2017).

Para Sen (2010), ao Estado, cabe prioritariamente a implementação de políticas públicas de SAN, uma vez que a fome é uma questão que deve estar na agenda prioritária de atuação do poder público. Para tal, é necessário que se construam estratégias políticas, que objetivem a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, compreendendo que somente se esse direito for garantido é possível oferecer ao indivíduo saúde e qualidade de vida, ou seja, suas liberdades substantivas.

Desta forma, importa entender como o Estado brasileiro vem formulando e pensando suas políticas públicas voltadas para garantir à população seu direito básico de alimentação, diminuindo as vulnerabilidades e buscando a inserção social dos cidadãos, dada pelas suas liberdades instrumentais e substantivas.

2.2 POLÍTICAS DE COMBATE À FOME E À POBREZA NO BRASIL

No ano de 1909, constitui-se o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), uma instituição federal que atuou no semi árido nordestino, região que sofria com a fome, seguido pela criação do Comissariado de Alimentação Pública em 1917. No entanto,

nos anos de 1920 é que com a ajuda de higienistas, médicos e outros profissionais, as discussões sobre as políticas de combate à fome se intensificaram. A falta de informações sobre as condições alimentares da população brasileira para a elaboração de políticas públicas para o setor incentivou a realização dos primeiros inquéritos alimentares no Brasil nos anos de 1930. A partir dos inquéritos que foram realizados nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, o governo de Getúlio Vargas em 1940, institucionalizou o salário mínimo e estreitou a relação entre a alimentação e a renda no país (BRASIL, 2009).

A relação entre a SAN e o Direito à Alimentação Adequada começou a se desenhar a partir da constituição dos direitos humanos na Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Para Albuquerque (2009), a preocupação era enfatizar que os seres humanos tinham direitos que deveriam ser reconhecidos, e entre eles, apresentava a necessidade de incluir questões sociais, econômicas, civis e políticas, direitos que estão vinculados às “liberdades fundamentais e à dignidade humana”.

No início dos anos de 1950, o setor saúde no país elaborou e aprovou o Primeiro Plano Nacional de Alimentação e Nutrição no Brasil. Em seguida, na década de 1960, passou a ter destaque o interesse do Estado em apoiar as indústrias de alimentos formulados, de alto valor nutricional e na suplementação de alimentos hiperprotéicos. O Governo Federal contava na década de 1980 com um conjunto de programas de alimentação, nutrição e abastecimento que foram implantados no país ao longo desses anos (BRASIL, 2009).

A Constituição de 1988 representou um grande impulso ao desenvolvimento dos benefícios semi contributivos fornecidos aos trabalhadores rurais e dos benefícios assistenciais para idosos e deficientes. Ainda que a Constituição indicasse que a proteção à família, à infância e à adolescência eram os principais objetivos da Assistência Social, incluindo o acesso à renda; deixava sem cobertura a população pobre que se encontrava em idade ativa, com capacidade produtiva e seus filhos.

No início dos anos 1990, o Brasil apresentava um cenário onde a fome e a miséria não se limitavam apenas às regiões mais necessitadas do nordeste. Nesse período foram incentivadas ações de apelo à solidariedade, parceria e descentralização promovidas pela “Ação de Cidadania” para combater a fome e a miséria no país. Para Vasconcelos (2004), neste período, a trajetória da fome e das estratégias para sua superação tiveram como destaque o movimento liderado por Betinho, “Ação da Cidadania Contra Fome, a Miséria e pela Vida”, lançado oficialmente em 08 de março de 1993 com o objetivo de “[...]mobilizar, e acima de

tudo, sensibilizar a sociedade para a necessidade de mudanças fundamentais e urgentes capazes de transformar a realidade econômica, política e social do país[...]” (CONSEA, 1995).

Nos anos que se seguiram - 1993 e 1994 - foi realizada uma ação conjunta entre o CONSEA e o Programa Ação da Cidadania Contra Fome, a Miséria e pela Vida, onde foram desenvolvidas várias atividades, que em sua maioria possuíam caráter emergencial de combate à fome e a miséria. Incluindo a formação dos chamados Comitês de Combate à Fome, nos níveis local, municipal e estadual. Em 1999, criou-se o Programa Comunidade Ativa (PCA), voltado para as comunidades e priorizando os municípios com menores IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Este programa realizava agendas de desenvolvimento e a partir delas priorizava os municípios com programas como Redução da Mortalidade Infantil, Agentes comunitários de Saúde, Saúde da Família, entre outros. Este Programa foi incorporado a uma nova ação chamada Projeto Alvorada, que foi a junção de diversos outros programas (VASCONCELOS, 2004).

Em fevereiro de 2001, o Ministério da Educação criou e implantou o Programa Bolsa Escola, que fornecia o valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por mês para cada criança matriculada na escola, sendo que o benefício máximo era de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por família (BELIK et al., 2001). O programa de transferência de renda Bolsa Família (PBF) foi instituído no ano de 2003, unificando-se os programas em curso, na época, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação. Este Programa tratava-se de uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil, que tornou-se a principal estratégia governamental na orientação das políticas econômicas e sociais do país. A implementação do Programa ocorreu em 2003, sob a coordenação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (BRASIL, 2010).

Segundo documentos do Estado, além de transferir recursos diretamente aos beneficiários para alívio da pobreza, o Programa atuaria na promoção do acesso aos serviços básicos de Educação e Saúde para as famílias beneficiadas, contribuindo para o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza. O desafio de superar a fome e a pobreza do país nortearia as ações do Programa Bolsa Família, enquanto objeto de promoção do alívio imediato da fome através da transferência direta de renda. Portanto, o Programa Bolsa Família seria a principal política do governo dentro do Programa Fome Zero (instituído em 2003) para garantir a SAN das famílias mais pobres (BRASIL, 2007).

Desde o lançamento do “Programa Fome Zero”, as discussões que norteavam seus objetivos, demonstravam não tratar-se de um tema novo mas de um forma de transformar as discussões a respeito da fome no Brasil em prioridades que seriam planejadas e executadas pelo Estado com ajuda da participação social. Seria portanto, a principal estratégia governamental para orientar a elaboração e execução das políticas econômicas e sociais, através de políticas estruturais e emergenciais para combater a fome e a pobreza, incluindo novas políticas para agricultura familiar.

Partindo do pressuposto de que todas as famílias têm o direito ao acesso diário e de forma digna à alimentos em quantidade e qualidade suficientes, torna-se essencial garantir tal direito e incluí-lo juntamente ao plano dos demais direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. A fim de se tornar uma política pública permanente de segurança alimentar e nutricional, fez-se necessário a mobilização popular, para garantir não somente a decisão política dos governantes mas a efetiva participação de toda a sociedade. Para o Programa Fome Zero, a fome possuía três dimensões fundamentais que deveriam ser consideradas, a primeira incluía “[...]a insuficiência de demanda decorrente da concentração de renda, dos elevados níveis de desemprego e subemprego e do baixo poder aquisitivo dos salários pagos à maioria da classe trabalhadora[...]”. A segunda seria “[...]a incompatibilidade dos preços atuais dos alimentos com o baixo poder aquisitivo da maioria da sua população[...]”. A terceira dimensão considerava que “[...]a fome daquela parcela da população pobre, excluída do mercado de alimentos, muitos dos quais trabalhadores desempregados e subempregados, idosos, crianças e outros grupos carentes que necessitam de um atendimento emergencial[...]” (SILVA; DEL GROSSI; FRANÇA, 2010).

O Programa Fome Zero desde sua instituição, apresentou um desenho que continha as políticas públicas propostas para alcançar o objetivo de combater a fome no país. Faziam parte deste desenho os Programas Estruturais: Elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o Plano emergencial de assentamento de 60 mil famílias acampadas, a recuperação de assentamentos em situação precária (beneficiando 40 mil famílias), a ampliação do atendimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para 200 mil famílias, o financiamento para agricultura familiar nas safrinhas, o Projeto Emergencial de Convivência com o Semiárido (Seguro-safra), o abastecimento emergencial de água e a construção de pequenas obras hídricas (cisternas e barragens subterrâneas). Além do Programa de Superação do Analfabetismo através da pré-

alfabetização nos municípios atendidos pelo Programa Fome Zero e do Programa de educação de jovens e adultos em áreas de reforma agrária, e o Programa de Geração de Emprego com o Financiamento para habitação e saneamento (SILVA; DEL GROSSI; FRANÇA, 2010).

Apresentava ainda, os Programas Específicos que tratavam de restaurantes populares, bancos de alimentos, ampliação da alimentação escolar, Programa Cartão Alimentação Emergencial e educação alimentar. O Programa Fome Zero envolvia três eixos simultâneos que eram “[...]a ampliação da demanda efetiva de alimentos, barateamento do preço dos alimentos e programas emergenciais para atender à parcela da população excluída do mercado[...]”. Entendia-se que para combater a fome no Brasil era necessário um novo modelo de desenvolvimento econômico que privilegiasse o crescimento com distribuição de renda. Compreendendo que para superar a fome e a pobreza seria necessário que o objetivo da política de segurança alimentar estivesse associado a estratégias de desenvolvimento econômico e social que buscassem a equidade e inclusão social (SILVA; DEL GROSSI; FRANÇA, 2010). “[...] Era a primeira vez que se desenhava uma política pública nacional voltada ao enfrentamento da pobreza, visando garantir o acesso de todas as famílias pobres não apenas a uma renda complementar, mas a direitos sociais[...]” (CAMPELLO, 2013).

Em estudo que buscava analisar a segurança alimentar das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, Santos e Silva (2014), relataram a necessidade de abordar a relação entre a segurança alimentar e a proposta desta política pública, e consideravam ainda que a pobreza dificultava o acesso de um indivíduo ao bem estar físico, mental e social. Chamavam atenção para a relevância do tema, já que o mesmo dificultava o crescimento econômico de uma nação, pois um país com alto índice de pobreza não conseguiria alavancar economicamente.

A pobreza é um tema que vem ganhando espaço nas ciências sociais, incluindo a ciência econômica. Interligado com a questão do desenvolvimento econômico, o seu estudo tem avançado em direção a uma visão mais complexa do conceito e dos métodos de mensuração, repercutindo na formulação das políticas que objetivam o seu enfrentamento (LACERDA, 2009).

Para Santos e Silva (2014), a pobreza é um fator limitante, pois gera um impedimento ao crescimento econômico de uma nação, pois um país que possui alto índice de pobreza, não possui plena autonomia e não alcança um desenvolvimento econômico adequado.

No Brasil, a eficácia das políticas públicas conta com um desafio que é a grande extensão territorial do país, a descentralização geográfica dos órgãos públicos (União, estados e municípios) e o grande número deles.

O controle social é a participação da população na gestão pública que garante aos cidadãos espaços para influir nas políticas públicas, além de possibilitar o acompanhamento, a avaliação e a fiscalização das instituições governamentais, visando assegurar os interesses da sociedade (BRASÍLIA, 2010).

Estabelecer um controle social³ torna-se indispensável para que os órgãos que fiscalizam a aplicação dos recursos públicos para os programas seja realizado de forma adequada. A participação da população no controle social contribui para a correta aplicação dos recursos públicos, e pode ocorrer através das instâncias de controle social (conselhos), de forma organizada ou individualmente (CGU, 2012).

No entanto, para Caporal e Petersen (2012), o padrão da atual gestão pública apresenta-se como indicativo da incapacidade que os governos têm de executar políticas sociais que almejem de fato a superação da pobreza através da promoção do “desenvolvimento democrático e sustentável”. O Estado brasileiro encontra dificuldades para ampliar a abrangência das políticas públicas, principalmente pela ausência de um “projeto nacional de desenvolvimento próprio”. Observa-se a necessidade de implementar políticas que objetivem o fortalecimento das estruturas econômicas internas e que busquem reduzir as desigualdades de renda.

Evidentemente, se renda e riqueza fossem medidas que, embora não correspondendo ao fim do processo de desenvolvimento, refletissem fielmente o padrão de vida das pessoas (correlação perfeita), não haveria na prática problemas se continuasse a usar *somente* tais medidas. No entanto, o caso do Brasil é apenas um entre tantos em que a distribuição desigual dos recursos e a baixa qualidade de serviços públicos como educação básica e saúde levam a distorções tais que cidadãos de países de renda

3 As Instâncias de Controle Social do Programa Bolsa Família devem atuar nas seguintes atividades:
Acompanhamento do Programa Bolsa Família no município, em especial nos seus componentes de gestão (cadastramento, gestão de benefícios e das condicionalidades, articulação de ações complementares e fiscalização);
Auxílio na identificação das famílias mais pobres e vulneráveis do município, para que sejam cadastradas e possam ter acesso aos programas desenvolvidos para atender as suas necessidades, entre eles o Bolsa Família;
Avaliação da oferta e a qualidade dos serviços públicos do município, especialmente de educação, saúde e assistência social, considerando as condições de acesso da população mais vulnerável;
Apoio ao desenvolvimento de outras políticas sociais que favoreçam à emancipação e à sustentabilidade das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e avaliação da sua implementação e dos resultados;
Auxílio na fiscalização e na apuração de denúncias do Programa Bolsa Família no município;
Incentivo à participação da comunidade no acompanhamento e fiscalização das atividades do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2010).

média bastante inferior à brasileira às vezes exibem qualidade de vida superior à dos brasileiros (KANG, 2011).

As políticas que buscam garantir o acesso aos alimentos não devem preocupar-se somente em garantir que a população coma regularmente, mas que se alimente com produtos de qualidade, que sejam adequados aos seus hábitos culturais, se baseiem em práticas saudáveis e associem o prazer à alimentação. Ao tratar de grupos com maior vulnerabilidade à fome, deve-se pensar da mesma forma e não oferecer a esses indivíduos qualquer alimento, mas também, acesso regular a alimentos saudáveis e evitar a ocorrência de fome e desnutrição. É necessário para isso que o custo dessa alimentação esteja acessível à renda da família e permita que esta possa ter uma vida digna, educação, saúde, habitação e lazer e essa questão deve ser ressaltada principalmente em países com tamanha desigualdade social como o Brasil (MALUF, 2007).

A renda, está entre os indicadores sócio-demográficos que, quando analisados, refletem positivamente na SAN dos indivíduos. A situação de SA normalmente difere entre os indivíduos de acordo com a renda familiar per capita, sendo que, a prevalência de Insegurança Alimentar é mais comum nas famílias onde esta renda é de até um salário mínimo (IBASE, 2008). Desta forma, para atingir o objetivo de erradicar a pobreza e a fome e garantir a SAN são essenciais políticas relativas à renda, tanto as emergenciais, quanto àquelas mais estruturais, que aumentem as chances de emprego e conseqüentemente, de renda às famílias.

Para que haja uma ação efetiva de SAN é preciso que seja considerada também o modo como os alimentos são produzidos, comercializados e consumidos. Para tanto, políticas relativas à produção de alimentos devem buscar não só produtividade, mas também qualidade. Neste sentido, a produção para autoconsumo, aparece como uma alternativa sustentável e de suma relevância para a reprodução social das unidades familiares. Alguns papéis da produção para autoconsumo podem ser destacados: manter a alimentação sob controle da unidade familiar, contribuir para a segurança alimentar, diversificar os meios de vida, economizar recursos e potencializar o uso da força de trabalho e da terra, restabelecer a coprodução entre homem, trabalho e natureza, promover a sociabilidade e contribuir para a identidade social (IPEA, 2016). É importante destacar que a produção para autoconsumo, embora seja mais frequente no meio rural, também vem sendo uma prática no meio urbano, onde as pessoas se utilizam de terrenos próprios ou coletivos para produção de alimentos.

Além do fornecimento de alimentos, a produção para autoconsumo fortalece os aspectos econômico, social, ambiental e cultural da vida dos produtores/consumidores. Pois a atividade, embora não apareça nos cálculos de renda total no final do mês, representa uma fonte de renda não monetária, colaborando para a disponibilidade de alimentos nas refeições da família. A prática do autoconsumo vem se consolidando através da diversificação dos alimentos e da produção sem o uso de adubos químicos e agrotóxicos. Mormente, este tipo de produção é de base agroecológica, diversificada, com baixa dependência de insumos externos, resgatando os conhecimentos tradicionais das famílias. Aspectos esses que compõe uma política de sustentabilidade na agricultura (PINTO et al., 2018) no meio rural e urbano.

Por outro lado, não só a produção para autoconsumo deveria basear-se nestes princípios, mas a produção de alimentos como um todo, já que atualmente, grande parte dos alimentos é produzida a partir de processos que visualizam a ‘mercantilização’ e não o bem estar social. Assim sendo, os alimentos mais baratos não são os mais saudáveis e nem os mais adequados, o que configura um contexto onde a população de menor renda nem sempre consegue ter acesso à alimentação de qualidade. Portanto, políticas que visem a produção de alimentos com equidade social, apontam para o incentivo aos modelos agroecológicos. No entanto, no Brasil, estas políticas ainda são frágeis, desfragmentadas e incipientes.

Mesmo sem deixar de considerar a relevância de outras políticas para efetivamente viabilizar desenvolvimento com redução da pobreza, SAN e direito à alimentação adequada, o foco deste trabalho é relativo ao Programa que se consagrou no Brasil como o principal dentro do Programa Fome Zero, o Bolsa Família.

2.3 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Como já referenciado, o Programa Bolsa Família (PBF) foi instituído em outubro de 2003, por meio da Medida Provisória nº132, que foi convertida na Lei nº 10.386/2004, e representou a unificação dos procedimentos de gestão e execução de ações de transferência de renda condicionada existentes no Brasil (COTTA; PAIVA, 2010).

Aprofundando mais em sua análise, este Programa contempla os indivíduos com benefícios que estão classificados em benefício básico (fixo) e o benefício variável (não focalizado), sendo que o valor que a família recebe por mês é a soma de vários tipos de benefícios previstos no Programa Bolsa Família. Os tipos e as quantidades de benefícios que

cada família recebe dependem da composição (número de pessoas, idades, presença de gestantes etc.) e da renda da família beneficiária.

O Benefício Básico no valor de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) é pago apenas às famílias extremamente pobres, aquelas cuja renda mensal não ultrapassa R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) por pessoa. Os Benefícios Variáveis permitem beneficiar até cinco pessoas por família, sendo eles: Benefício Variável Vinculado à Criança ou ao Adolescente de 0 a 15 anos, no valor de R\$ 39,00 (trinta e nove reais), pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 (cento e setenta reais) por pessoa e que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade em sua composição. Para receber este, é exigida frequência escolar das crianças e adolescentes entre 6 a 15 anos de idade.

Benefício Variável Vinculado à Gestante, no valor de R\$ 39,00 (trinta e nove reais) pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 (cento e setenta reais) por pessoa e que tenham grávidas em sua composição. São repassadas nove parcelas mensais e o benefício só é concedido se a gravidez for identificada pela área de saúde para que a informação seja inserida no Sistema Bolsa Família na Saúde. O Benefício Variável Vinculado à Nutriz, no valor de R\$ 39,00 (trinta e nove reais), pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 (cento e setenta reais) por pessoa e que tenham crianças com idade entre 0 a 6 meses em sua composição, para reforçar a alimentação do bebê, mesmo nos casos em que o bebê não more com a mãe. O benefício ocorre em seis parcelas mensais e para que seja concedido, a criança precisa ter seus dados incluídos no Cadastro Único até o sexto mês de vida. O Benefício Variável Vinculado ao Adolescente, no valor de R\$ 46,00 (quarenta e seis reais), pode ser concedido até dois benefícios por família com renda mensal de até R\$ 170,00 (cento e setenta reais) por pessoa desde que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos em sua composição, e atendam a exigência de frequência escolar dos adolescentes. O Benefício para Superação da Extrema Pobreza, tem seu valor calculado individualmente para cada família, é pago às famílias que continuam com renda mensal inferior a R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais), mesmo após receberem os outros tipos de benefício do Programa. Nesse caso, o valor é calculado de acordo com a renda e a quantidade de pessoas da família, para garantir que a família ultrapasse o piso de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) de renda mensal por pessoa (BRASIL, 2018b).

Os principais objetivos do Programa Bolsa Família segundo o CGU (2012) são:

1. combater a fome e incentivar a segurança alimentar e nutricional;
2. promover o acesso das famílias mais pobres à rede de serviços públicos, em especial os de saúde, educação e assistência social;
3. apoiar o desenvolvimento das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza;
4. combater a pobreza e a desigualdade;
5. incentivar que os vários órgãos do poder público trabalhem juntos nas políticas sociais que ajudem as famílias a superarem a condição de pobreza.

O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) foi a solução encontrada para unificar os programas sociais de transferência de renda através de uma base única de dados e facilitar a gestão do PBF. Dentre os resultados alcançados pelo programa, em seus dez primeiros anos de atuação, destacam-se fatores como a redução observada da desigualdade social, a melhoria do acesso das famílias beneficiárias a créditos bancários e ao consumo planejado. E, no caso das famílias que se encontram à margem do circuito econômico a oportunidade de se integrar e influenciar a dinamização de territórios e regiões deprimidas (CAMPELLO, 2013).

Deve-se destacar algumas condições e normativas para a inclusão das famílias como beneficiárias do PBF, inicialmente a necessidade de estarem devidamente incluídas no Cadastro Único. Neste caso, as especificações para que sejam cadastradas estão fornecidas no pelo Decreto 6.135 de 26 de junho de 2007, que trata da legislação básica do Cadastro Único (BRASIL, 2007).

Para que o PBF tivesse sua efetividade aumentada, em 2011, o programa inclui mais 800 mil famílias, aumentando o limite de filhos beneficiados de três para cinco crianças com até quinze anos e forneceu o recebimento do benefício para o nutriz e a gestante. Ainda, garantiu retorno para aqueles que solicitassem desligamento voluntário caso a família voltasse a precisar do benefício em algum momento (CGU, 2012).

De acordo com Castilho e Silva (2014), o PBF relaciona-se diretamente com o objetivo de erradicar a fome e a miséria ao possibilitar o aumento da renda das famílias, e indiretamente melhorar o acesso à saúde e a educação. Pode – se dizer que isso se dá principalmente devido ao cumprimento das condicionalidades exigidas pelo Programa.

As condicionalidades são compromissos assumidos pelo Estado e pelos beneficiários nas áreas de saúde e educação. O governo assume a responsabilidade de garantir o acesso e a qualidade dos serviços, o acompanhamento das condicionalidades permite ao poder público monitorar resultados e a partir dessas informações elaborar ações para garantir o acesso aos

serviços sociais básicos. O acompanhamento das condicionalidades é realizado pelos ministérios do Desenvolvimento Social, da Saúde e da Educação e é registrado em sistemas informatizados. Dentre as condicionalidades no setor da saúde estão: crianças menores de 7 anos devem estar com o calendário vacinal em dia e ter o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento, e gestantes devem fazer consultas de pré-natal, pelo calendário do Ministério da Saúde. No setor educação as condicionalidades são: todas as crianças e os adolescentes de 6 a 15 anos das famílias beneficiárias devem estar matriculados na escola e ter frequência mínima de 75% das aulas, e jovens de 16 e 17 anos devem estar matriculados na escola e ter frequência mínima de 75% das aulas (BRASIL, 2015).

O descumprimento destas condicionalidades não tem como consequência o desligamento imediato da família ao programa, o que ocorre é que primeiro as famílias são notificadas e persistindo o problema o benefício é bloqueado e então somente depois é suspenso. Cabe ao poder público por meio da Secretaria de Assistência Social identificar os motivos do descumprimento e oferecer apoio e acompanhamento à família para que essa possa resolver os motivos que levaram ao descumprimento. O acompanhamento dessas famílias através das condicionalidades é uma ferramenta que permite ao poder público monitorar a qualidade e a oferta dos serviços básicos a população beneficiária (BRASIL, 2015).

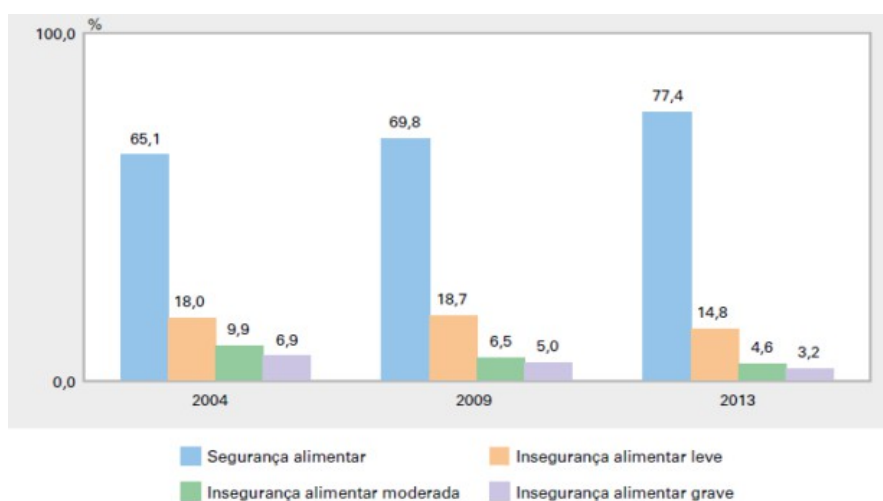
Em 2013, após dez anos da implementação do PBF, observa-se que muitos dos objetivos propostos pelo Programa foram alcançados. Primeiramente, o impacto positivo em relação à autonomia dada pela transferência de renda às famílias, pela opção do programa em dar liberdade aos beneficiários na alocação dos recursos transferidos. Pode-se observar o empoderamento feminino em espaços públicos e privados devido ao fato de que 93% das titulares do benefício são mulheres. Alguns resultados são relevantes como a redução da desnutrição e da insegurança alimentar e nutricional das famílias, através do acesso dos segmentos mais vulneráveis aos alimentos, a melhora das condições de saúde das crianças, redução da desnutrição infantil e diminuição da mortalidade infantil. E, no campo da educação, constatou-se que as condicionalidades contribuíram para reduzir taxas de evasão escolar principalmente nas faixas entre os 6 e os 16 anos (CAMPELLO, 2013).

O impacto do PBF em conjunto com outras políticas no Brasil, pode ser visto nas pesquisas realizadas para avaliar a insegurança alimentar. A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) em 2004 demonstrou que:

65,2% dos cerca de 52 milhões de domicílios particulares estimados residiam pessoas em situação de segurança alimentar. Por outro lado, nos outros 34,8% dos domicílios em situação de insegurança alimentar, residiam, aproximadamente, 72 milhões de pessoas (39,8% dos moradores em domicílios particulares), ou seja, viviam em unidades domiciliares em que a condição de IA leve, moderada ou grave estava presente (IBASE, 2008).

Já na Figura 1 pode se observar que esta situação foi sendo modificada com o tempo, em todas as regiões do país, aumentando os índices de SAN.

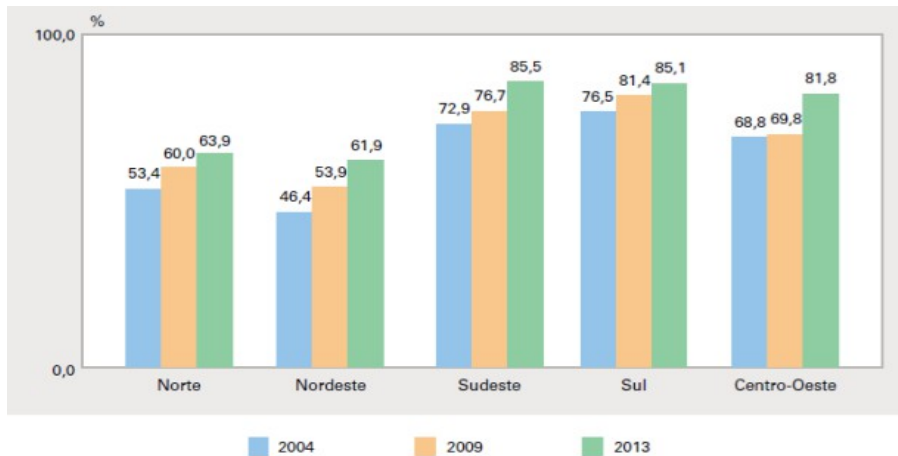
Figura 1 - Distribuição percentual dos domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio – Brasil – 2004/2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por amostra de domicílios, 2013.

Percebe-se ainda, na Figura 2 que em cada região do país essas mudanças ocorreram de forma proporcional, em todas houve aumento da população em situação de SAN. Mas que as regionalidades devem ser consideradas, já que cada região apresentou porcentagens específicas para cada classificação de segurança alimentar da população, apontando para maiores índices nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste e baixos índices de SAN nas regiões nordeste e norte, embora crescentes.

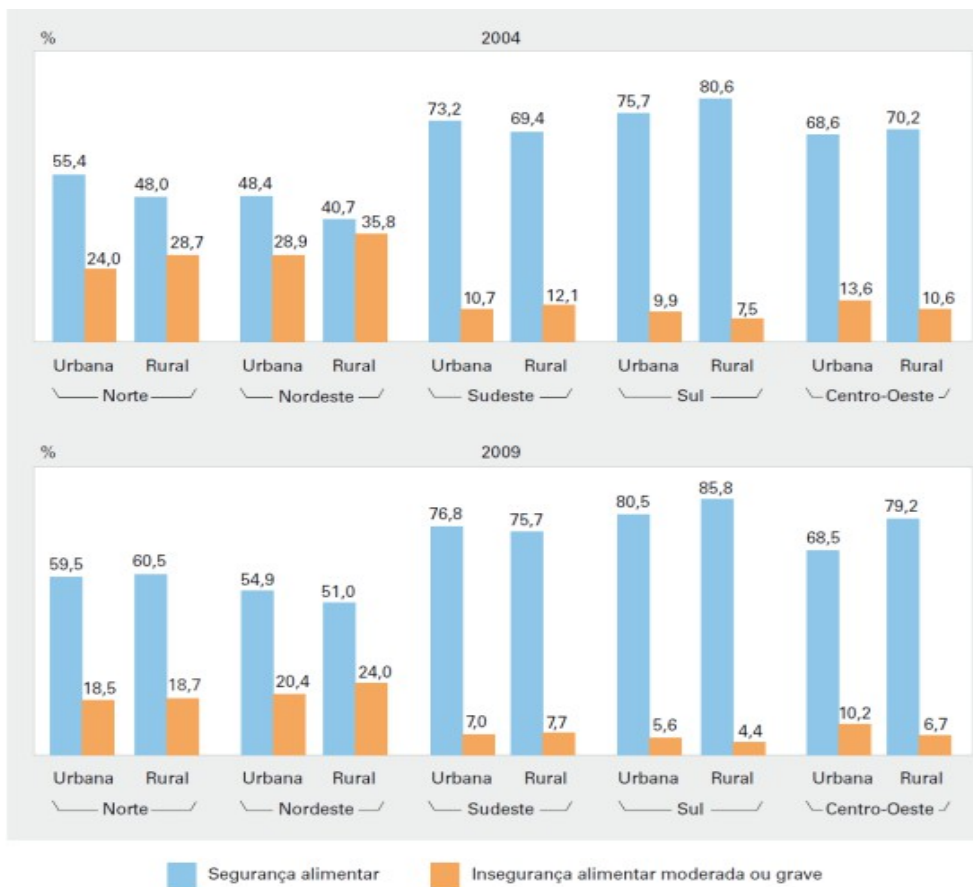
Figura 2 - Prevalência de domicílios em situação de segurança alimentar, segundo as Grandes Regiões – 2004/2013.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por amostra de domicílios, 2013.

Ainda, em cada região deve-se considerar as diferenças que podem aparecer entre os meios de residência. Variáveis demográficas e socioeconômicas são analisadas como fatores que influenciam nas escolhas alimentares e conseqüentemente na situação de SAN dos indivíduos. Em questões geográficas, tanto no meio urbano quanto no meio rural houve redução dos níveis de Insegurança Alimentar conforme apresenta a Figura 3.

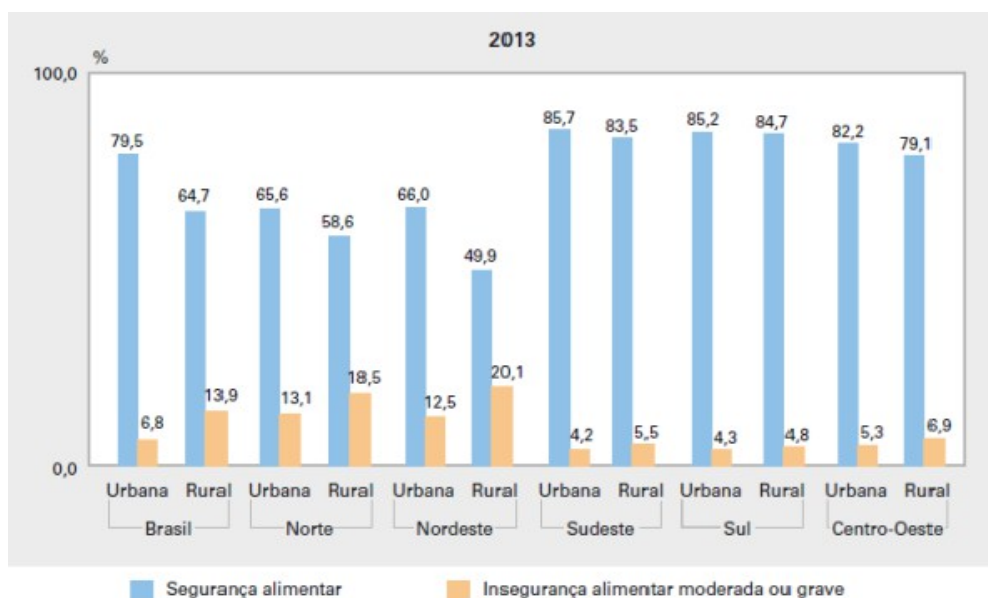
Figura 3 - Percentual de domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, segundo a situação do domicílio e as Grandes Regiões – 2004/2009.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por amostra de domicílios, 2013.

No Brasil, o que pôde-se constatar a partir dos dados apresentados na Figura 4, é um aumento da população em situação de SAN no meio urbano no período analisado, em relação a do meio rural, levantando questionamentos de que motivos levam a esses dados, e como o alcance das políticas públicas de combate a fome pode estar atingindo cada uma dessas zonas de residência de acordo com as particularidades da população de cada uma.

Figura 4 - Proporção de domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, segundo a situação do domicílio e as Grandes Regiões (2013).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por amostra de domicílios, 2013.

Comparando as figuras 3 e 4, verifica-se que nos inquéritos de 2004 e 2009, no meio rural das regiões sul e centro-oeste havia maiores índices de SAN, se comparados ao meio urbano, porém em 2013, em nenhuma região, o rural se sobressai ao urbano neste quesito. Estes dados revelam uma resposta mais positiva no meio urbano e bem mais tímida no meio rural neste período. Tomando o exemplo da região sul, a população urbana tem uma ascendência linear dos índices de SAN nos três inquéritos (2004-75,7%, 2009-80,5% e 2013-85,2%), enquanto a população rural melhora no primeiro período analisado para cair a seguir, em 2013 (2004-80,6%, 2009-85,8%, 2013-84,7%). Pode se supor que as questões que afetam a SAN no meio rural sejam muito mais complexas e instáveis do que aquelas que atingem o meio urbano.

De acordo com o Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo, publicado pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) em 2014, ilustrado pela Figura 5 o Brasil havia reduzido de forma muito expressiva a fome, a desnutrição e a subalimentação. Para isto, a FAO se utilizou do Indicador de Prevalência de Subalimentação, que acompanha a fome em nível internacional. No caso do Brasil, este nível era menor que 5%, considerando-se portanto, que ele havia superado o problema da fome. Outros dados relevantes são os de que entre 2001 e 2012, a renda dos 20% mais pobres da população brasileira cresceu três vezes mais do que a renda dos 20% mais ricos. E, que de 1990 a 2012, a parcela da população em extrema pobreza passou de 25,5% para 3,5%.

Figura 5 - Material de Divulgação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com os dados de como o Brasil saiu do Mapa da Fome da ONU.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), 2018.

Segundo o relatório da FAO (2014, tradução nossa), os avanços no combate à fome e à pobreza, decorrem da priorização da agenda de SAN, principalmente a partir de 2003. Ações como: o lançamento da Estratégia Fome Zero, a reativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, as políticas de SAN, articuladas às de proteção social e ao fomento de produção agrícola, garantiram os resultados positivos. Igualmente importante a

promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº11.346/2006), que a define como

a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Outros acontecimentos como a incorporação do Direito Humano à Alimentação Adequada na Constituição Federal em 2010, a institucionalização do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com muitos programas e ações e o envolvimento dos Ministérios de Saúde, Agricultura e Meio Ambiente, destacaram-se nesse processo. Ainda em 2011, com o objetivo de eliminar a pobreza extrema, o Plano Brasil sem Miséria⁴ articulou a proteção social dos mais vulneráveis, através de políticas de promoção da igualdade de renda, emprego, produção familiar e nutrição. Destacou-se no relatório da FAO (2014, tradução nossa), o êxito das ações entre o PBF através do acesso aos serviços públicos, educação, saúde e emprego. Em 2013, todas as famílias em situação de extrema pobreza passaram a receber benefícios monetários, e cerca de 22 milhões de brasileiros foram retirados da extrema pobreza. Segundo este relatório, a evolução e a institucionalização da governança da SAN e o contínuo compromisso político e orçamentário, colocam o Brasil em uma base sólida para proteger os avanços alcançados e garantir condições pra enfrentar novos desafios.

Os estudos realizados a respeito do PBF têm demonstrado que este é a maior política pública de transferência condicionada de renda em números absolutos de pessoas atendidas.

Alguns estudos apontam outro fator importante que é o de que ao estar cadastrado no CADÚNICO, o individuo utiliza-se desse vinculo com o serviço publico para alcançar outras

4 O Plano Brasil Sem Miséria (BSM) foi lançado em junho de 2011, voltado às famílias que viviam com uma renda familiar inferior a R\$ 70 mensais por pessoa. Em quatro anos, as ações do BSM retiraram 22 milhões de pessoas da situação de extrema pobreza. Em 2014, a linha que caracteriza a extrema pobreza passou de R\$ 70 mensais *per capita* para R\$ 77, e o benefício médio mensal repassado às famílias chegou a R\$ 170,00, reajuste aproximado de 88% para o período. O plano é baseado em três pilares: garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; acesso aos serviços públicos, visando melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e inclusão produtiva, com o objetivo de aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades (BRASIL, 2018e).

políticas disponíveis. Uma vez que se torne beneficiário, ele passa a estabelecer uma relação interpessoal com os funcionários do Cadastro único e do PBF, normalmente fixados nas Secretarias de Assistência Social (EIRÓ, 2017). Desta forma, os benefícios vão além dos efeitos materiais, pois o representante da família mantém contato com os agentes responsáveis pela aplicação do Programa e utiliza-se dessa relação para alcançar outros benefícios fornecidos pelo poder público, além de apresentar ao agente suas necessidades e dificuldades.

A relação entre o responsável pelo benefício e os funcionários da Secretaria de Assistência Social e Segurança da Família é constante devido ao acompanhamento das condicionalidades. Senna, Brandão e Dalt (2016), acompanharam dez municípios brasileiros, sendo eles: Bom Jesus do Oeste (SC), Riozinho (RS), Nova Santa Helena (MT), Nova Alvorada do Sul (MS), Macapá (AP), Manacapuru (AM), São Cristóvão (SE), Camaçari (BA), Belo Horizonte (MG) e Campinas (SP). A partir das observações constataram que os índices de acompanhamento das condicionalidades podem estar relacionados à permanência de um gestor por mais tempo no cargo. Todos os municípios apresentaram estrutura física adequada para o atendimento, na maioria dos casos o espaço era compartilhado com outros serviços. Relataram ainda, a falta de computadores e de recursos humanos para operar os sistemas de informação. Para o atendimento das condicionalidades, o PBF orienta que todos os municípios possuam um comitê gestor intersetorial, composto por representantes das áreas de assistência social, educação e saúde.

No caso dos municípios envolvidos na pesquisa de Senna, Brandão e Dalt (2016), o controle social demonstrou-se “incipiente”, em apenas quatro dos dez acompanhados, o Conselho de Assistência Social ou outro órgão similar participava das decisões sobre a utilização dos recursos do Programa. A participação da sociedade no acompanhamento e

fiscalização das políticas públicas revela-se como um mecanismo fundamental para garantir a efetividade dessas ações.

De acordo com o mesmo estudo, a realização dos acompanhamentos na área da saúde, e o alcance dos níveis acima da média por alguns municípios está relacionado ao modelo de organização dos serviços de saúde, nos quais, o acompanhamento das condicionalidades esta entre as ações prioritárias da Atenção Básica de Saúde.

Sen (2010) descreve a pobreza como inadequação da capacidade. A pobreza e o baixo nível de renda, embora conceitualmente diferentes, não podem deixar de estar vinculados, pois através da renda o indivíduo possui um meio de obter capacidades. A renda, portanto aumenta as capacidades da família, fazendo com que ela se torne potencialmente mais produtiva, contribuindo para a redução do ciclo de pobreza de renda. A garantia de educação básica e serviços de saúde melhoram a qualidade de vida, mas também, aumentam o potencial da pessoa para melhorar a sua renda, por isso, quanto maior a garantia desses direitos, maior a probabilidades dessa família, ainda que potencialmente pobre, superar essa situação.

O PBF não busca somente a transferência de renda, mas a garantia aos direitos sociais básicos de saúde, alimentação, educação e assistência social, a fim de tirar a família das situações de vulnerabilidade. O papel da educação neste processo é reduzir os índices de desigualdade social através da universalização da Educação Básica. Nessas famílias, um fator de impedimento à permanência na escola é a inserção precoce no mercado de trabalho formal ou informal, também pode ter influência à incompreensão das famílias da importância da escola na vida das crianças (CRAVEIRO; XIMENES, 2013). Ao permanecer na escola, além de garantir o direito a Educação, o governo busca garantir através do fornecimento de alimentação escolar, uma alimentação saudável para o desenvolvimento da criança.

Entretantes, ainda que o direito à assistência seja previsto por lei, a gestão dos benefícios está condicionada aos julgamentos dos funcionários das prefeituras municipais, que, normalmente tratam-se de assistentes sociais. O vínculo estabelecido entre o beneficiário do Programa e o assistente social está sujeito às representações de pobreza que acompanham muitas das discussões onde o beneficiário é desestimulado a trabalhar, é “preguiçoso”, entre outros. Nesses casos, os beneficiários podem ser prejudicados pela avaliação subjetiva realizada pelo funcionário que o atendeu (EIRÓ, 2017).

Essa percepção em torno dos beneficiários, também conhecida como “efeito preguiça”, seria resultado de uma acomodação supostamente gerada pelo repasse do benefício, de modo que, uma vez recebendo, o indivíduo não buscaria encontrar um emprego ou até mesmo abandonaria se o tivesse. Oliveira e Soares (2013), analisam esta percepção como equivocada, a partir das análises de fatores como o de que muitas famílias recebem o benefício fixo e que não aumenta se ela reduzir sua renda, ao abandonar um emprego, por exemplo. E quanto às transferências de renda não focalizadas, onde o repasse ocorre sem a necessidade da comprovação da renda, não há estudos que comprovem a existência de um desincentivo e nem mesmo um incentivo ao trabalho. Isto não depende necessariamente do benefício e sim da reação específica de cada indivíduo, baseado em suas condições físicas, culturais e outras.

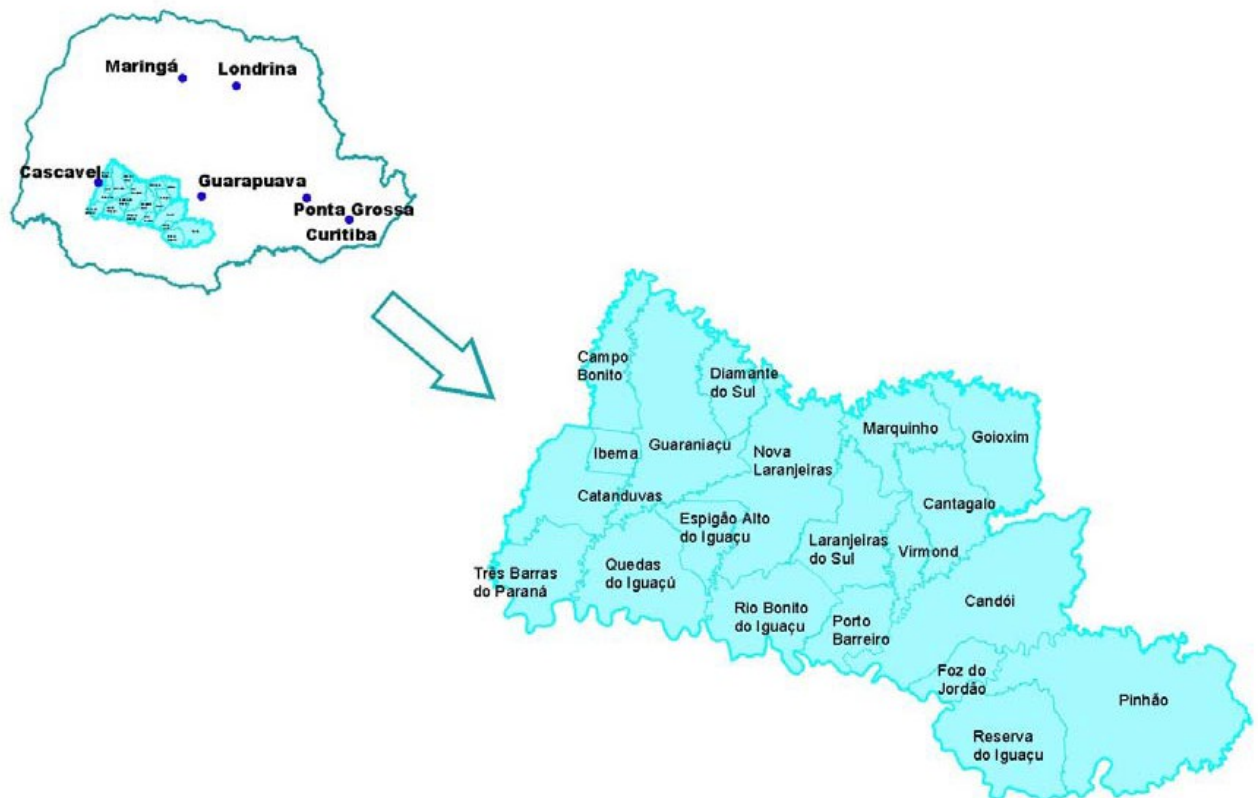
Diante destas pesquisas, verifica-se que este Programa tem impactado bastante nas condições de SAN da população, bem como na sua educação e saúde. Mas, ainda é necessário entender melhor como o Bolsa Família interfere no consumo alimentar dos diferentes locais de residência – urbano e rural. Além disso, verificar o papel do autoconsumo e de outras ações e políticas que viabilizam aquisições não monetárias de alimentos na promoção do direito humano à alimentação adequada e, dessa forma, nas liberdades instrumentais e substantivas dos cidadãos, gerando desenvolvimento.

3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caráter quantitativo transversal, realizado com beneficiários do Programa Bolsa Família do município de Laranjeiras do Sul – PR. Na primeira etapa no período de 15 de julho de 2017 a 15 de setembro de 2017, entrevistou-se os que foram contemplados com o benefício no período de Julho até Dezembro de 2016. E, na segunda etapa (justificada posteriormente), no período de 09 de outubro a 30 de outubro de 2017, apenas beneficiários do meio rural.

O município de Laranjeiras do Sul, escolhido para este estudo, está localizado no Território da Cantuquiriguaçu, conforme mapa 1:

Mapa 1 - Localização do Território Cantuquiriguaçu no Estado do Paraná e as cidades que compõe o Território.



FONTE: IPARDES, 2007.

Neste território foram identificadas profundas desigualdades na realidade local, incentivando a criação do Conselho de Desenvolvimento do Território da Cantuquiriguaçu. Dentre os 20 municípios que compõe a região, 11 possuem famílias assentadas, sendo que o Rio Bonito do Iguaçu tem o maior número, seguido por Candói, Goioxim e Nova Laranjeiras (PARANÁ, 2004).

O Território da Cantuquiriguaçu é delimitado pelos rios Piquiri, Iguaçu e pelo rio Cantu. Entrecortado por estradas rurais, já teve mais de 80% de sua área coberta por florestas, mas atualmente elas representam menos de 20% deste território. Observa-se ainda, a predominância de estabelecimentos agrícolas com área inferior a 50 hectares, e as atividades realizadas neste território estão em sua maioria dirigidas à produção de milho, soja, feijão e as atividades pecuárias (PARANÁ, 2004).

Laranjeiras do Sul teve sua origem a partir do desmembramento do município de Guarapuava no estado do Paraná, e tem uma área territorial de 673,313 Km². Possui divisa territorial com os municípios de Cantagalo, Rio Bonito do Iguaçu, Porto Barreiro, Marquinho, Nova Laranjeiras e Virmond conforme o Mapa 2.

Mapa 2 - O município de Laranjeiras do Sul e os municípios com os quais possui divisa territorial.



FONTE: IPARDES, 2016.

Detém de acordo com dados do censo demográfico de 2010, um total de 10.455 domicílios recenseados, sendo que 8.457 estão localizados na área urbana e 1.998 na área rural. O município conta com uma população de 32.228 habitantes de acordo com dados do IBGE divulgados em 2016, apresentando aumento da população quando comparado aos dados

do censo de 2010 em que a população era de 30.777 habitantes. Laranjeiras do Sul apresentou em 2016, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) de 0,706, sendo que, o IDHM-Longevidade é de 0,835 e a esperança de vida ao nascer é de 75,11 anos. O IDHM – Educação foi de 0,594 e de renda 0,709 (IPARDES, 2016).

Em relação ao Programa Bolsa Família, neste município são beneficiados cerca de 1.069 famílias, aproximadamente 8,85% da população total do município. Dentre elas, 73 famílias foram classificadas como em condição de extrema pobreza. Dados do mês de dezembro de 2017 demonstram que foram transferidos R\$ 139.740,00 às famílias, um benefício médio de R\$ 130,72 por família. O PBF possui cobertura de 45,96% em relação à estimativa de famílias pobres do município, que se encontra abaixo da meta de atendimento do Programa. A gestão municipal deve ter como foco as ações de Busca Ativa para localizar as famílias que estão no perfil do programa e ainda não estão cadastradas, além de atentar para a manutenção da atualização cadastral dos beneficiários, evitando o bloqueio dos benefícios.

Em Laranjeiras do Sul, 657 famílias foram convocadas pelo gestor do Cadastro Único durante o ano de 2017, destas, 457 ainda não atualizaram o cadastro, cerca de 42,75% do total de beneficiários do município, e podem ter o benefício cancelado, caso encerre o prazo de 02 anos para a atualização.

A instituição financeira responsável pela operação dos benefícios, emissão e entrega dos cartões e atendimento aos beneficiários é a Caixa Econômica Federal. O histórico de valores repassados às famílias beneficiárias em Laranjeiras do Sul no ano de 2017, conforme Tabela 1:

Tabela 1 – Famílias atendidas e o valor repassado pelo Programa Bolsa Família ao município de Laranjeiras do Sul-PR por mês em 2017.

Mês / 2017	Nº de famílias atendidas	Valor repassado ao Município
Janeiro	1.075	R\$ 140.059,00
Fevereiro	1.064	R\$ 140.213,00
Março	1.055	R\$ 138.048,00
Abril	1.051	R\$ 137.491,00
Maior	1.043	R\$ 137.495,00
Junho	1.056	R\$ 139.477,00
Julho	1.006	R\$ 133.218,00
Agosto	1.051	R\$ 139.245,00
Setembro	1.063	R\$ 138.974,00

Outubro	1.065	R\$ 139.284,00
Novembro	1.056	R\$ 138.953,00
Dezembro	1.069	R\$ 139.740,00

Fonte: BRASIL, 2018d.

As condicionalidades do Programa são compromissos assumidos pelo município, que incluem acesso de suas crianças e adolescentes à saúde e educação. No caso de Laranjeiras do Sul, 1.360 crianças e jovens de 6 a 17 anos precisavam ter a frequência escolar acompanhada no último bimestre de 2017, destas, 1.306 foram acompanhadas (96,03%), considerando que a média nacional de acompanhamento na educação é de 91,07%, o município está acima da média nacional. Na área da saúde, 933 famílias deveriam ter sido acompanhadas (famílias com crianças de até 7 anos e/ou mulheres gestantes) no último semestre, o município acompanhou 862 famílias, o que corresponde a um acompanhamento de 86,81%. Acima da média nacional que é de 72,76% de acompanhamento na saúde.

A Assistência Social possui entre suas atribuições, a de acompanhar as famílias que descumprem as condicionalidades, através de advertências, bloqueios e até mesmo a suspensão do benefício. Para os gestores do Programa, esses efeitos são sinalizadores de possíveis vulnerabilidades das famílias, demonstram que elas não estão exercendo seus direitos sociais básicos à saúde e à educação. Laranjeiras do Sul apresentou em setembro de 2017, 48 famílias em fase de suspensão do benefício acompanhado, dessas, 28 famílias apresentam registro de Acompanhamento Familiar no Sistema de Condicionalidades do PBF.

O cadastro das famílias que desejam receber além de outros benefícios o do PBF, ocorre pelo sistema do Cadastro Único, que identifica as famílias com baixa renda, seus membros e suas condições econômicas e sociais. Os dados que são utilizados para o planejamento de ações e para a seleção de beneficiários para programas sociais do município em 2018 são:

- 3.040 famílias inseridas no Cadastro único;
- 2.244 famílias com o cadastro atualizado nos últimos dois anos;
- 2.376 famílias com renda até ½ salário mínimo e;
- 1.782 famílias com renda até ½ salário mínimo com o cadastro atualizado (BRASIL, 2018c).

A taxa de atualização cadastral do município é de 75%, sendo que a média nacional é de 73,16%, ou seja, os dados estão atualizados e a maioria das famílias cadastradas pertence ao público alvo, conforme demonstra o Quadro 1:

Quadro 1 - Acompanhamento da atualização cadastral e das condicionalidades do PBF no município de Laranjeiras do Sul até Março de 2018.

Acompanhamento da Atualização Cadastral		Acompanhamento das Condicionalidades de Educação		Acompanhamento das Condicionalidades de Saúde	
Média Nacional	Município	Média Nacional	Município	Média Nacional	Município
0,70	0,75	0,93	0,96	0,78	0,86

Fonte: BRASIL, 2018c.

O Ministério do Desenvolvimento Social, recomenda que os dados fornecidos sejam utilizados para guiar as ações do Cadastro único e do PBF para planejar as ações, eger as prioridades e decidir como podem ser melhor atendidas as famílias do município dentro das condicionalidades (BRASIL, 2018c).

3.1 POPULAÇÃO DE ESTUDO

Para realizar a seleção da população do estudo, em primeiro lugar, identificou-se a partir dos dados do Cadastro Único (ferramenta de identificação dos beneficiários de baixa renda do governo federal), um total de 126 famílias no período estipulado (de julho a dezembro de 2016). Destas, 102 eram do meio urbano e 24 do meio rural, conforme apresenta a Tabela 2.

Tabela 2 - Número de beneficiários do Município de Laranjeiras do Sul dos meios urbano e rural com Cadastro Único atualizado e aptos a receber o benefício, inseridas no PBF no período de Julho à Dezembro de 2016.

Ano	Mês	Contemplados	Meio Urbano	Meio Rural
-----	-----	--------------	-------------	------------

com o benefício				
2016	Julho	21	16	05
2016	Agosto	35	29	06
2016	Setembro	17	13	04
2016	Outubro	12	10	02
2016	Novembro	27	24	03
2016	Dezembro	14	10	04
	Total	126	102	24

Fonte: Arquivos do Cadastro Único, 2016.

Este recorte temporal leva em conta a minimização do viés de memória dos pesquisados, já que as perguntas feitas consideram informações anteriores ao recebimento do benefício.

A pesquisa se propôs inicialmente a entrevistar apenas os selecionados pelo recorte temporal, que, no momento da entrevista ainda estivessem recebendo o benefício. O que excluiu, portanto, aqueles que tiveram o benefício bloqueado ou cancelado por não atenderem as condicionalidades do programa.

Dessa forma, dos 126 selecionados, apenas 67 estavam recebendo o benefício e ou puderam ser encontrados para serem entrevistados, sendo que destes 61 residiam no meio urbano e apenas 06 no meio rural. No caso daqueles em que não foram encontrados, cita-se os que não moravam mais no endereço informado na data da entrevista do cadastro único. As entrevistas foram realizadas na Secretaria de Assistência Social, sede do Cadastro Único e PBF e em visitas domiciliares. E os beneficiários foram contatados pelo telefone fornecido ao Cadastro único, por visitas domiciliares e por chamadas realizadas pelo rádio. Pelo pequeno número encontrado no meio rural, optou-se por aumentar o escopo da amostra com busca ativa, extrapolando o critério da data de entrada no Programa. Para isso, a entrevistadora visitou todos os postos de saúde localizados nas regiões rurais do Município, no período de 09 de outubro de 2017 a 30 de outubro de 2017, entrevistando os beneficiários que estavam com o benefício ativo no momento das entrevistas. Foram visitados os postos localizados nas comunidades de: Alto São João, Passo Liso, Rio do Tigre, Vila Rural e Herval Grande, acrescentando mais 19 entrevistas a esta pesquisa, conforme mostra a Tabela 3.

Tabela 3 - Lista de beneficiários do Programa Bolsa Família do meio rural de Laranjeiras do Sul selecionados para a pesquisa.

Comunidade Rural	Nº de beneficiários entrevistados
Alto São João	03

Passo Liso	08
Rio do Tigre	03
Vila Rural	03
Herval Grande	02

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Esta dificuldade em encontrar uma quantidade satisfatória de beneficiários do PBF, pode ser justificada pelo número de beneficiários no meio rural ser consideravelmente inferior ao meio urbano. Segundo dados do IBASE (2008), no Brasil 78% das famílias beneficiárias do PBF residem em área urbana enquanto 22% em áreas rurais. A maior concentração de famílias rurais beneficiadas pelo PBF está na Região Nordeste (50%).

3.2 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A coleta constou de dados primários e secundários. Os dados secundários incluem a lista de beneficiários, os endereços, a situação dos benefícios (atualizado, bloqueado ou cancelado), além de dados que foram fornecidos pela Folha de Pagamento enviada mensalmente ao Operador Municipal do Cadastro Único, pela Caixa Econômica Federal.

Os dados primários foram coletados a partir de entrevistas estruturadas, conforme Anexo 01. A partir de questões contendo basicamente informações sobre a origem da família, a influência do PBF nos casos em que houve êxodo; como a família avalia a renda mensal, e em que mais utiliza o benefício do Programa (alimentação, vestuário, material escolar e outros). Investiga a disponibilidade de alimentos no domicílio e as formas de aquisição monetárias ou não dos alimentos, as produções para autoconsumo e as técnicas utilizadas para tanto. Ainda, avalia o consumo por grupos de alimentos, a satisfação das famílias quanto à qualidade e à quantidade de alimentos disponíveis, as condições de saúde da família e o estado nutricional das crianças e adolescentes. Para estas informações eram solicitadas respostas para antes e depois do recebimento do benefício.

Para identificar a insegurança alimentar na amostra estudada, utilizou-se a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), conforme Anexo 02. Esta escala foi atualizada em agosto de 2010, por meio da Oficina Técnica para Análise da Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar, onde participaram: pesquisadores envolvidos na criação da escala dos EUA, IBGE, Ministério da Saúde, técnicos do Ministério do Desenvolvimento Social (SENARC, SNAS, SAGI, Conselho Municipal de Segurança Alimentar de BH/MG, Conselho Nacional de Segurança Alimentar, UFBA; UFMT; UFPB; UFRJ e UNB) (IBGE, 2016).

A EBIA é utilizada como método que permite o diagnóstico rápido da situação de insegurança alimentar da família, comumente utilizada para avaliar políticas públicas. Além de reconhecer a situação de privação de alimentos, a EBIA permite também verificar a qualidade da alimentação destes indivíduos, baseada na concepção que cada um possui da dimensão de qualidade e não necessariamente condiz com o conceito de SAN. Esta escala é capaz de identificar situações prévias de privação de alimentos, antes que o quadro se apresente como desnutrição, permitindo a identificação dos casos em que as famílias encontram-se em situação de insegurança alimentar (IA). Nos casos em que a Escala identifica casos de IA, estes normalmente estão associados à indicadores de outras vulnerabilidades socioeconômicas como a renda domiciliar e o acesso ao mercado de trabalho (IBASE, 2008).

A EBIA consiste em um instrumento com 15 (quinze) questões centrais fechadas, com as respostas sendo sim ou não. O questionário procura investigar a insuficiência alimentar nos últimos 90 (noventa) dias, em diversos níveis de intensidade, que vão desde a preocupação da família de que a comida possa vir a faltar até a vivência de algum momento em que passaram sem comer, estas perguntas permitem que a família seja classificada na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Segundo a EBIA, para cada resposta atribui-se uma pontuação de 1 ponto para resposta sim e 0 ponto para resposta não e não sabe. Depois de responder às 15 questões a somatória dos pontos indica a categorização da família, conforme apresentado no Quadro 2 em: Segurança Alimentar (0 pontos), Insegurança Leve (1 a 5 pontos), Insegurança moderada (6 a 10 pontos) e insegurança severa (11 a 15 pontos), nos domicílios em que há crianças e adolescentes (MARÍN LEON et al., 2005).

Quadro 2 - Classificação dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) de acordo com as respostas fornecidas pela aplicação da EBIA.

Classificação	Nº de respostas afirmativas	
	Famílias com menores de 18 anos	Famílias com pessoas adultas
Segurança Alimentar	0	0
Insegurança Alimentar Leve	1 a 5	1 a 3
Insegurança Alimentar Moderada	6 a 10	4 a 6
Insegurança Alimentar Grave	11 a 15	7 a 8

Fonte: SEGALL-CORRÊA; SALLES-COSTA, 2008.

A análise de dados foi feita a partir de estatística descritiva e de inferência. Para tanto, foram utilizados os softwares Excel e PSPP (2014). Em um primeiro momento, se realizou análise descritiva das variáveis em estudo antes e depois do PBF e uma comparação entre os dois momentos para identificar se houveram mudanças. Também se avaliou a proporção de famílias que estavam em IA. Posteriormente, se fez comparações entre a zona de residência dos beneficiários e as variáveis do estudo (insegurança alimentar, produção para autoconsumo, acesso a alimentos através de fontes não monetárias e políticas públicas), utilizando os testes Chi Square e de Wilcoxon com nível de significância menor que 0,05.

3.3 QUESTÕES ÉTICAS

Quanto às questões éticas, este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da UFFS e foi aprovado (CAAE: 68159517.3.0000.5564). Se solicitou a cada participante o seu consentimento em participar da pesquisa, a partir da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

4 INSEGURANÇA ALIMENTAR E IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO CONSUMO ALIMENTAR DOS BENEFICIÁRIOS DO MEIO URBANO E RURAL

Este capítulo trata de atender ao primeiro objetivo deste estudo, qual seja, avaliar a situação de insegurança alimentar dos beneficiários e verificar se houveram mudanças na quantidade, variedade e consumo de alimentos saudáveis/adequados antes e depois de receber o benefício do PBF, sempre levando em consideração a comparação entre meio urbano e rural.

No primeiro tópico pretende-se investigar as situações de insegurança alimentar nos beneficiários do PBF no município de Laranjeiras do Sul. O Programa tem de fato alcançado um de seus principais objetivos que é o de reduzir a fome no país? Faz-se necessário ainda, estudar como esta política pública está influenciando na segurança alimentar das famílias nas diferentes zonas de residência. Partindo da compreensão de que o meio urbano e o meio rural diferenciam-se por características como acesso à terra e aos alimentos, estaria o PBF atendendo as necessidades dessas duas populações com aspectos diferentes de maneira equivalente?

No segundo tópico analisa-se primeiramente as finalidades para qual as famílias estão utilizando o PBF. A política de transferência de renda permite que o indivíduo invista o valor do benefício para adquirir o que julgar ser preciso para suprir as necessidades de sua família. O senso comum nos induz ao pensamento de que o principal investimento seria na aquisição de alimentos para suprir a fome, mas isso ocorre de fato? Em que a população beneficiária tem investido o valor repassado? Caso existam diferenças entre os meios urbano e rural quanto as suas principais necessidades, como o PBF atende a essas famílias com características diferentes, buscando garantir o acesso à alimentação de qualidade? Para tanto, analisa-se o impacto do benefício no consumo alimentar dos indivíduos através das possíveis mudanças que ocorreram quanto à qualidade, à quantidade, à diversidade e ao consumo de determinados grupos alimentares ou de alimentos específicos.

4.1 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E LIBERDADES INSTRUMENTAIS: PANORAMA DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NO MEIO RURAL E URBANO EM LARANJEIRAS DO SUL - PR

A primeira informação obtida no estudo foi sobre o índice de insegurança alimentar da população estudada, para identificar o quanto o PBF tem solucionado este problema no meio rural e urbano. Verificou-se que 95,3% do total da amostra estavam em insegurança alimentar, sendo que 100% da população urbana e 87,5% da população rural encontravam-se nesta situação. A IA leve foi a mais frequente entre o total das famílias, alcançando 45,3%, seguida pela moderada e grave.

Nesta primeira análise, o que pode ser observado é o fato de que o PBF, utilizando-se da transferência de renda e das condicionalidades, não consegue fornecer aos beneficiários o acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, segundo a EBIA. O valor repassado deveria permitir a família suprir as suas necessidades da maneira como julgassem necessária (liberdades), no entanto, ao que parece, esse valor não consegue garantir a segurança alimentar dos beneficiários.

Outros estudos realizados para verificar os Índices de Insegurança Alimentar entre os beneficiários do Programa Bolsa Família apresentaram resultados semelhantes. Estudo realizado no município de Itabuna na Bahia (SANTOS; SILVA, 2014) com 200 famílias (onde 94% residiam na zona urbana e apenas 6% na zona rural), apresentou resultado onde apenas 17% dos entrevistados encontravam-se em situação de SAN, enquanto que 83% encontravam-se em Insegurança Alimentar. O mesmo identificou beneficiários que tinham desde a preocupação em não ter recursos financeiros para a compra de alimentos, até situações onde há a falta do próprio alimento. Segundo os autores, dos que se encontravam em situação de insegurança alimentar, 31,5% apresentavam Insegurança Alimentar Leve, 33% Insegurança Alimentar Moderada e 18,5% Insegurança Alimentar Grave. Concluem que “[...] mesmo recebendo uma transferência de renda direta do governo, o percentual de famílias que passam

por privações relacionadas ao acesso de alimentos ainda é alto[...]”. Nesta comparação entre os estudos esta conclusão fica ainda mais evidente.

Apresenta-se na Tabela 4 os resultados encontrados em Laranjeiras do Sul, considerando as prevalências entre os estratos rurais e urbanos.

Tabela 4 - Índice de insegurança alimentar dos beneficiários do PBF do Município de Laranjeiras do Sul – PR, dos meios urbano e rural de acordo com a EBIA.

Zona de residência	Total	Urbano	Rural	p
Nível de Insegurança alimentar	N (%)	N (%)	N (%)	
Segurança alimentar	4 (4,7)	0 (0,0)	4 (16,0)	0.006
INSAN Leve	39 (45,3)	27 (44,3)	12 (48,0)	
INSAN Moderada	22 (25,6)	16 (26,2)	6 (24,0)	
INSAN Grave	21 (24,4)	18 (29,5)	3 (12,0)	
Total	86 (100)	61 (70,9)	25 (29,1)	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Como já considerado, dos beneficiários entrevistados no meio urbano, o resultado foi o de que nenhum deles encontra-se em situação de SAN, ou seja, todos demonstraram preocupação em relação a uma possível falta de alimento e, conseqüentemente, alguma restrição ao acesso a alimentos. Dessa forma, a maior parte dos beneficiários urbanos relatou uma insegurança alimentar leve, seguida de grave e moderada. Se comparada ao meio rural, em números relativos, observa-se uma prevalência maior naquele meio de pessoas em segurança alimentar ou insegurança leve (64% no meio rural contra 44,3% no meio urbano). Também verifica-se que no meio rural existem proporção menor de pessoas em insegurança grave.

Em contrapartida, comparativamente ao que vem ocorrendo no país, os dados do IBGE em 2006 revelavam estar no meio rural a maior prevalência domiciliar de Insegurança Alimentar moderada ou grave, e também de indivíduos em IA. Enquanto no meio urbano, 11,4% dos domicílios apresentavam Insegurança Alimentar Moderada e 6% grave, no meio rural, esses valores eram de 17% e 9% respectivamente. Conforme já apresentado no capítulo 2, Figura 4, os dados do IBGE de 2013 demonstravam que esta tendência se mantinha no período analisado. No meio urbano 79,5% das famílias estavam em Segurança Alimentar e

6,8% em Insegurança Alimentar Moderada ou Grave e no meio rural 64,7% das famílias estavam em SAN e 13,9% em Insegurança Alimentar Moderada ou Grave.

Corroborando os achados nacionais, estudo realizado com famílias urbanas e rurais do estado do Amazonas por Youama et al. (2007), observou a prevalência de insegurança alimentar nas duas zonas de residência, apresentando menor prevalência de insegurança alimentar na zona urbana. Ao serem analisados os estratos de renda, tem-se que quanto maior a renda, menor o índice de insegurança alimentar, e que este dado é mais expressivo na zona urbana. E constatou-se a prevalência de Insegurança Alimentar Grave nas famílias com rendimento menor que 01 salário mínimo, destas 5,2% residem no meio urbano e 31,7% no meio rural.

Diante dos achados desta pesquisa e comparados a outros estudos, pode-se verificar que contrariamente ao esperado, na população estudada houve maior prevalência de insegurança alimentar, principalmente em graus mais intensos na área urbana do que na rural. Em uma análise rápida e superficial, poderia se inferir que o PBF é mais efetivo no meio rural que no urbano, porém, muitos são os fatores que podem garantir que haja diferença entre as zonas de residência. Dentre os quais o acesso a alimentos através do autoconsumo e outras fontes de renda (que será analisado no próximo capítulo).

Porém, os resultados apresentados são pertinentes para que se realize a análise de que o PBF é capaz de minimizar a fome como demonstrado pelos resultados do IBGE em suas três pesquisas, reduzindo a intensidade da insegurança alimentar na população. Mas, parece não ser suficiente para retirar as famílias da condição de insegurança alimentar e por si só oferecer aos cidadãos as liberdades instrumentais que levem ao desenvolvimento. O número crescente de famílias em situação de fome não se deve ao fato de um país não produzir alimentos em

quantidade suficiente, mas da falta de acesso físico dessas famílias aos alimentos. Na maioria dos países o que ocorre é que as pessoas que estão em situação de pobreza extrema não conseguem adquirir os alimentos e não possuem meios para produzi-los (GOLDFRAY, 2013). A análise de Schappo (2015) é pertinente porque considera que os fatores geradores da fome e da pobreza são dificultados pela redução ou restrição da garantia de direitos derivados do trabalho. Em um contexto brasileiro, a restrição a outros direitos agrava ainda mais as condições de vida e de trabalho dos cidadãos. O mesmo autor aponta que a população brasileira enfrenta a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal, e apresenta como agravamento a esta situação os obstáculos políticos e econômicos. Pois posicionam-se frente às proposições e possibilidades preventivas e redistributivas das políticas sociais e da riqueza socialmente produzida.

O acesso à renda é preponderante para garantir o acesso da família a um estado de SAN, incluindo o direito de ter uma alimentação segura, com alimentos de qualidade e quantidade para todos os membros da família. No entanto, muitas vezes essa renda é também a única forma de adquirir e ter acesso a outros serviços como medicamentos, vestimentas, moradia, educação e transporte (TEIXEIRA, 2007).

As variáveis que influenciam as altas taxas de IA, podem ser: a região geográfica (com pior situação para a zona rural); número de indivíduos no domicílio, sendo maior a probabilidade de insegurança alimentar entre as famílias com maior quantidade de indivíduos em 47,6% dos estudos acompanhados; tipo de moradia; participação em programas de transferência de renda e/ou doação de alimentos; escolaridade da mãe; sexo do chefe do domicílio; idade da mãe; local do domicílio e abastecimento de água (BEZERRA; OLINDA; PEDRAZA, 2017).

Schappo (2015) ressalta que as questões ligadas ao combate à fome e à pobreza tem relação com as políticas e direitos que contribuem para a superação dos fatores geradores dessa situação, como a dificuldade de acesso à renda, a não disponibilidade dos alimentos, falta de condições para produzir, o não acesso à terra, falta de condições de saúde e habitação. Dados da FAO (2014), demonstram que a IA atingia neste período 805 milhões de pessoas consideradas cronicamente subalimentadas no mundo, ou seja, uma em cada nove pessoas.

Se a análise aqui apresentada é a de que o PBF não é capaz por si próprio de viabilizar a segurança alimentar de seus beneficiários, é possível também realizar uma análise inversa da mesma moeda. Ou seja, se o objetivo do Programa é atingir os mais pobres, pode-se dizer que ele tem tido este êxito, pois grande parte de seus beneficiários sofrem de IA, sendo que esta é altamente associada às iniquidades sociais. A partir de uma análise com base populacional de cidades, regiões ou estados Brasileiros, realizado por Bezerra, Olinda e Pedraza (2017) o que pode ser verificado é que as chances de uma família em iniquidade social encontrar-se em situação de IA foi 18,67 vezes maior que as demais. As amostras das famílias que continham crianças em idade escolar, frequentando creches e beneficiários de serviços de saúde e do PBF, apresentaram maiores índices de IA. Quanto aos graus mais severos de IA, observou-se que as chances de uma família em situação de vulnerabilidade social são 8,72 vezes maior que às populações de base populacional de referência. Ao avaliar as famílias provenientes dos serviços de saúde e beneficiários do PBF observou-se que a chance de se encontrarem em situação de Insegurança Alimentar Grave é 9,24 vezes maior que as demais.

Para Rosaneli et al. (2015), privar um cidadão de renda suficiente para prover alimentação adequada à sua família é condená-los à situação de IA e suas consequências além da pobreza e da privação de alimentos são o desconforto físico e a falta de inclusão social. Destaca ainda,

que as desigualdades de oportunidades em relação aos setores de educação, participação política e cuidados com a saúde são os fatores que impedem as famílias de sair da condição de miséria extrema. Para os autores, no Brasil, as políticas são mais eficazes na redução da pobreza extrema do que ao combate à fome, e associa o crescimento dos indicadores de desnutrição à falta de inserção social, de acesso a serviços de saúde, habitação e renda.

Dessa forma, pode-se considerar que por mais que o PBF realmente esteja atingindo o público que pretende, esta política se caracteriza como apenas um pequeno passo na direção do alcance das liberdades instrumentais e substantivas que Sen defende. Assim sendo, políticas de cunho mais estruturante seriam necessárias para acabar definitivamente com o ciclo intergeracional da pobreza.

No entanto, apenas considerar se os beneficiários estão ou não em IA e o nível desta situação segundo seus relatos não é suficiente para entender a influência deste Programa em sua alimentação. Para aprofundar esta análise, pretendeu-se também investigar o quanto este recurso impacta no consumo alimentar desta população.

4.2 IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO CONSUMO ALIMENTAR DOS BENEFICIÁRIOS RURAIS E URBANOS

O PBF, ao distribuir renda ao invés de gêneros como as políticas que o antecederam (Cestas Básicas, por exemplo), oferece ao beneficiário a possibilidade da escolha do que comprar e do que julga necessário para sua família, sem precisar se justificar. Dessa forma, promove a autonomia dos cidadãos, considerando-os capazes de fazer as melhores escolhas para si e sua família. Muito embora este seja um assunto polêmico, visto que muitos acreditam que nem sempre isso aconteça e que invariavelmente o recurso seja utilizado com bebidas, cigarros e outras despesas que não alimentos. Assim, este trabalho analisou a utilização do benefício em duas situações, a primeira seria qual a principal finalidade do

benefício, e em casos em que a família utilizasse o benefício para mais de uma finalidade, qual seria a segunda finalidade. Segue abaixo a Tabela 5 demonstrativa dos fatores apresentados pelos entrevistados de como estariam gastando esse benefício, considerando sua principal finalidade.

Tabela 5 - Principal finalidade para utilização do benefício do PBF, de acordo com os entrevistados do meio urbano e rural do Município de Laranjeiras do Sul – PR.

	Meio Urbano		Meio Rural		Total	
Alimentação	28	45,9%	5	20%	33	38,4%
Material escolar	8	13,1%	10	40%	18	20,9%
Vestuário	10	16,4%	7	28%	17	19,8%
Fraldas	10	16,4%	1	4%	11	12,8%
Medicamentos	2	3,3%	1	4%	3	3,5%
Aluguel	1	1,6%	-	-	1	1,2%
Contas de água e luz	1	1,6%	-	-	1	1,2%
Parcela de INSS	1	1,6%	-	-	1	1,2%
Passagem de ônibus	-	-	1	4%	1	1,2%

para o meio urbano

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

De acordo com a tabela acima, a totalidade dos beneficiários tiveram como principal finalidade os gastos com alimentação. Porém, na análise por meio de residência, esta finalidade não é a primeira no caso do meio rural, pois 40% dos entrevistados disse usar o dinheiro para material escolar, seguido de vestuário, sendo que a alimentação aparece apenas no terceiro lugar. A disponibilidade de alimentos no meio rural pode ter influenciado neste resultado, já que os moradores do meio rural podem ter acesso a maior diversidade de alimentos através do extrativismo e da produção para autoconsumo, conforme discutiremos melhor no último capítulo deste trabalho.

De maneira geral, o benefício recebido pelo programa de transferência de renda foi utilizado como principal finalidade em ordem decrescente para: alimentação, material escolar, vestuário, fraldas infantis, medicamentos, contas de água e luz, aluguel, parcela de previdência do INSS e passagem. No meio rural não apareceram beneficiários que utilizavam o benefício para pagar contas de água e luz, pagamento de aluguel e pagamento de parcela da previdência. Enquanto que somente neste meio de residência houve relato de gastos com

passagem, justificado pelo fato de que seriam necessárias para ir até o meio urbano fazer algum tipo de atividade como pagar contas, fazer compras, consultas médicas, entre outros.

Nos casos em que a família utilizava o benefício para mais que uma finalidade, os entrevistados do meio urbano apresentaram de modo geral em ordem decrescente como segunda opção: alimentação, vestuário, material escolar, fraldas infantis, gás, contas de água e luz, medicamentos, brinquedos, lenço umedecido e produtos de limpeza, como consta na Tabela 6. Os beneficiários do meio rural apresentaram apenas: alimentação, vestuário, material escolar, medicamentos e gás, nesta ordem.

Tabela 6 - Outra finalidade para utilização do benefício do PBF, de acordo com os entrevistados no meio urbano e rural do Município de Laranjeiras do Sul – PR.

	Meio Urbano		Meio Rural		Total	
Alimentação	21	34,4%	9	36%	30	34,9%
Vestuário	15	24,6%	6	24%	21	24,4%
Material escolar	5	8,2%	4	16%	9	10,5%
Utiliza o benefício	5	8,2%	3	12%	8	9,3%
somente para uma						
finalidade						
Fraldas infantis	4	6,6%	-	-	4	4,7%
Gás	3	4,9%	1	4%	4	4,7%
Contas de água e luz	3	4,9%	-	-	3	3,5%
Medicamentos	1	1,6%	2	8%	3	3,5%
Brinquedos	2	3,3%	-	-	2	2,3%
Higiene pessoal	1	1,6%	-	-	1	1,2%
Produtos de limpeza	1	1,6%	-	-	1	1,2%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Há que se destacar que os gastos com alimentação apareceram como primeira e segunda finalidade do benefício. No primeiro momento, como finalidade principal, a alimentação ficou em primeiro lugar na análise geral e no meio urbano, e, em terceiro lugar no meio rural. Quando a família relatava utilizar o benefício para mais que uma utilidade, isso também ocorreu, a alimentação aparece com 34,9% no geral em primeiro lugar, e no meio urbano com 34,4% e assim também no meio rural com 36%. Observa-se, portanto, que no caso do Município de Laranjeiras do Sul, especificamente nesta amostra entrevistada, a alimentação é a principal finalidade para o benefício.

Outros estudos também evidenciaram resultados semelhantes, como o de Santos e Silva (2014), que demonstraram que 83,5% dos entrevistados utilizavam o benefício para a aquisição de alimentos e a segunda empregabilidade mais citada foi a compra de material escolar com 65%, seguidos por pagamentos de contas, compra de medicamentos e vestuário.

Medeiros e Santos (2016), traçaram o perfil dos beneficiários do PBF do Município de Chapecó/SC, onde foram aplicados 145 questionários semiestruturados. Os dados encontrados concordam com o fato de que a alimentação é o fator de maior utilização do benefício. Sem distinguir os locais de residência o resultado para a utilização do benefício foi em ordem decrescente: alimentação, medicamentos, vestuários (roupas, calçados, etc), educação, bens de consumo (eletrodomésticos, móveis, utensílios), lazer, construção e reparos na habitação, sementes e insumos e outros.

No Brasil, conforme apresentou estudo realizado pelo IBASE (2008), a alimentação também aparece em primeiro lugar entre os entrevistados, representando 87% dos gastos, sendo que, no nordeste chega a 91% e o sul apresentou 73%. Em seguida foram citados a compra de material escolar (37%), medicamentos (22%), gás (10%), contas de luz (6%), tratamento médico (2%) e contas de água (1%). O estudo relatou ainda que as famílias entrevistadas gastavam em média, duzentos reais por mês com alimentação, representando cerca de 56% da renda total e que quanto maior o grau de pobreza da família, maior também o gasto do benefício com a compra de alimentos.

Mas, ao se analisar quais são os alimentos escolhidos, deve-se considerar que esta escolha é definida através de fatores distintos entre os beneficiários de diferentes naturezas como psicossocial, econômica, ética, política ou cultural. Segundo estudo realizado pela ABRANDH (2013), estas escolhas ocorrem de acordo com o gosto individual, com a cultura a qual estamos inseridos, o tempo disponível, a qualidade e o preço dos alimentos, onde e com quem realizamos as refeições, e convicções éticas e políticas. Esses fatores podem dificultar

ou promover o alcance da condição de SAN das famílias. O preço dos alimentos é um fator muito importante, pois, se o preço dos alimentos aumenta e a renda das famílias não acompanha, principalmente aquelas em que a renda é menor, haverá diminuição do consumo alimentar, tanto na quantidade como na qualidade dos alimentos.

No presente estudo analisou-se as mudanças que ocorreram em relação à quantidade, à variedade dos alimentos e ao consumo de alimentos saudáveis pelas famílias antes e depois da aquisição do benefício, segundo relato dos próprios beneficiários (Tabela 7).

Tabela 7 - Análise da quantidade, variedade e do consumo de alimentos saudáveis na percepção dos beneficiários rurais e urbanos do PBF no Município de Laranjeiras do Sul.

		Meio Urbano				p*	Meio Rural				p*
		Antes do PBF		Depois do PBF			Antes do PBF		Depois do PBF		
Quantidade de Alimentos	Normalmente não é suficiente	18	29,5%	6	9,8%	0,005	1	4%	1	4%	0,317
	Às vezes falta	25	41%	34	55,7%		14	56%	13	52%	
	É sempre Suficiente	18	29,5%	21	34,4%		10	40%	11	44%	
Variedade dos Alimentos	Normalmente não é variado	35	57,4%	31	50,8%	0,102	9	36%	9	36%	1,000
	Às vezes é variado	16	26,2%	20	32,8%		11	44%	11	44%	
	É sempre Variado	10	16,4%	10	16,4%		5	20%	5	20%	
Alimentos saudáveis	Normalmente não	5	8,2%	5	8,2%	1,000	1	4%	1	4%	1,000
	Às vezes	17	27,9%	17	27,9%		1	4%	1	4%	

Sempre	39	63,9%	39	63,9%		23	92%	23	92%
--------	----	-------	----	-------	--	----	-----	----	-----

* Teste de Wilcoxon

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Os dados demonstram que houve diferença significativa no aumento da quantidade de alimentos entre os beneficiários do meio urbano depois do benefício. A categoria ‘normalmente não é suficiente’ teve um deslocamento para ‘às vezes falta’ e isso não se repetiu nos quesitos variedade e no aumento da frequência de alimentos saudáveis. Já no meio rural, não se observaram mudanças significativas em nenhum dos quesitos. Salienta-se que a proporção de beneficiários no meio rural que relatou que a quantidade de alimentos era sempre suficiente foi 10% a mais que no meio urbano.

A dificuldade que a população em situação de pobreza e extrema pobreza possui em acessar os alimentos é influenciada por fatores como o crescimento da população, a evolução dos hábitos alimentares e as mudanças nas condições do meio ambiente. Miribel (2013) afirma que a dificuldade em acessar os alimentos e o desenvolvimento estão intimamente relacionados, e que, os principais afetados são as pessoas que vivem em países pobres e que enfrentam crises econômicas. Assim, não é possível combater a fome, sem que sejam desenvolvidas formas de reduzir a pobreza, através do desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas. Não somente a fome e a escassez de alimentos impedem a SAN dessas populações, principalmente nos centros urbanos, a alimentação é frequentemente desequilibrada e de má qualidade, aumentando os índices de obesidade, causando inúmeros problemas a saúde e limitando o desenvolvimento dessas populações.

Dentre os elementos conceituais de Segurança Alimentar e Nutricional estão a escolha de alimentos saudáveis, o preparo dos alimentos preservando o valor nutricional e sanitário, consumo alimentar adequado e saudável e a família ter condições de saúde e higiene em relação aos alimentos e com a própria família e a comunidade. Além de ter acesso a serviços de saúde, e a condições psicossociais, culturais e ambientais. Entende-se que a segurança alimentar fornece meios para a garantia de segurança nutricional mas não é capaz de dar conta

por si só de toda a sua dimensão (BURITY et al., 2010). Por isso, há a necessidade de avaliar a variedade dos alimentos consumidos, como um meio de garantir a oferta de diferentes fontes de vitaminas e minerais para as famílias, e não somente uma alimentação que pode ser basicamente composta por gorduras e carboidratos.

Nesta pesquisa, os beneficiários não relataram mudanças significativas no aumento na variedade dos alimentos consumidos antes e depois de entrarem para o PBF, podendo demonstrar que mantiveram seus hábitos e suas escolhas alimentares, aumentando apenas a quantidade de alimentos consumidos na casa. No meio urbano a maioria dos entrevistados relatou que a alimentação normalmente não é variada com 57,4%, após o recebimento do benefício onde 50,8% manteve a mesma opinião.

A mesma constatação se deu com a ideia dos entrevistados em relação à saudabilidade dos produtos que consumiam antes e depois do benefício. Não houve nenhuma diferença em relação a este aspecto, segundo os mesmos. No entanto, aprofundando mais esta questão, avaliando o tipo de produtos que consumiam antes e depois do PBF, verifica-se que houve sim melhora na frequência de alimentos mais saudáveis e também no consumo de alimentos proteicos. Por outro lado, não houve mudanças na diminuição da frequência de consumo de alimentos menos saudáveis como refrigerantes, salgadinhos, biscoitos como pode ser visto na Tabela 8.

Tabela 8 - Frequência do consumo de determinados tipos de alimentos antes e depois da aquisição do benefício do PBF no meio rural e urbano do Município de Laranjeiras do Sul - PR.

Frequência do consumo de determinados tipos de alimentos	Antes do Programa Bolsa Família (média)	Depois do Programa Bolsa Família (média)	p*
Alimentos mais saudáveis (frutas, hortaliças, leite, arroz e	9,73**	8,88	0,000

feijão)			
Alimentos fonte de proteínas (carnes de frango, porco, peixe, gado, leite e ovos)	17,62	16,95	0,000
Alimentos menos saudáveis (biscoitos, salgadinhos, bebidas industrializadas e bebidas alcoólicas)	12,63	12,52	0,185

* Teste de Wilcoxon

** Médias maiores significam menor frequência de consumo dos alimentos considerados.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

A análise conjunta dos alimentos consumidos antes e depois do PBF apresentam resultados significativamente positivos no grupo de alimentos saudáveis e protéicos, indicando que houve aumento no consumo de frutas, verduras, carnes, laticínios, ovos, arroz e feijão. Isto demonstra que o PBF vem sendo utilizado principalmente para compra de alimentos, impactando na quantidade dos produtos, mas, principalmente, na melhora de sua qualidade nutricional. O maior consumo de frutas, hortaliças, arroz e feijão vêm de encontro à tendência brasileira de diminuição destes produtos em suas dietas.

Discriminando ainda mais esta análise para se verificar quais destes alimentos realmente tiveram mudança significativa de consumo depois do PBF, considerando também a zona de residência, podemos observar os resultados da Tabela 9.

Tabela 9 - Consumo alimentar por grupo de alimentos dos beneficiários no Município de Laranjeiras do Sul - PR, do meio urbano e rural, antes e depois do PBF.

		Meio Urbano			Meio Rural				
		Antes do PBF	Depois do PBF	p*	Antes do PBF	Depois do PBF	p*		
Frutas	<i>Todos os dias</i>	5	8,2%	5	8,2%	8	32%	8	32%
	<i>Quase todos os dias</i>	6	9,8%	12	19,7%	7	28%	10	40%

	<i>dias</i>					0,032					0,206
	<i>De vez em quando</i>	33	54,1%	33	54,1%		8	32%	6	24%	
	<i>Nunca</i>	17	27,9%	11	18%		2	8%	1	4%	
Legumes e Verduras	<i>Todos os dias</i>	12	19,7%	11	18%		11	44%	11	44%	
	<i>Quase todos os dias</i>	9	14,8%	19	31,1%		8	32%	8	32%	
	<i>De vez em quando</i>	29	47,5%	25	41%	0,041	6	24%	6	24%	1,000
	<i>Nunca</i>	11	18%	6	9,8%		-	-	-	-	
Carne de frango	<i>Todos os dias</i>	4	6,6%	5	8,2%		1	4%	1	4%	
	<i>Quase todos os dias</i>	29	47,5%	35	57,4%		13	52%	12	48%	
	<i>De vez em quando</i>	20	32,8%	17	27,9%	0,008	6	24%	7	28%	0,317
	<i>Nunca</i>	8	13,1%	4	6,6%		5	20%	5	20%	
Carne de peixe	<i>Todos os dias</i>	-	-	-	-		-	-	-	-	
	<i>Quase todos os dias</i>	-	-	-	-		-	-	-	-	
	<i>De vez em quando</i>	6	9,8%	5	8,2%	0,317	3	12%	3	12%	1,000
	<i>Nunca</i>	55	90,2%	56	91,8%		22	88%	22	88%	
Carne de porco	<i>Todos os dias</i>	-	-	-	-		-	-	-	-	
	<i>Quase todos os dias</i>	7	11,5%	7	11,5%		10	40%	10	40%	
	<i>De vez em quando</i>	21	34,4%	23	37,7%	0,157	8	32%	8	32%	1,000
	<i>Nunca</i>	33	54,1%	31	50,8%		7	28%	7	28%	
Carne de gado	<i>Todos os dias</i>	-	-	-	-		-	-	-	-	
	<i>Quase todos os dias</i>	10	16,4%	14	23%		5	20%	5	20%	
	<i>De vez em quando</i>	29	47,5%	25	41%	0,356	9	36%	9	36%	1,000

	<i>Nunca</i>	22	36,1%	22	36,1%		11	44%	11	44%	
Ovos	<i>Todos os dias</i>	4	6,6%	5	8,2%	0,739	8	32%	8	32%	1,000
	<i>Quase todos os dias</i>	28	45,9%	27	44,3%		10	40%	10	40%	
	<i>De vez em quando</i>	23	37,7%	23	37,7%		3	12%	3	12%	
	<i>Nunca</i>	6	9,8%	6	9,8%		4	16%	4	16%	
Leites	<i>Todos os dias</i>	19	31,1%	34	55,7%	0,001	17	68%	19	76%	0,157
	<i>Quase todos os dias</i>	5	8,2%	4	6,6%		2	8%	2	8%	
	<i>De vez em quando</i>	19	31,1%	12	19,7%		5	20%	3	12%	
	<i>Nunca</i>	18	29,5%	11	18%		1	4%	1	4%	
Panificados	<i>Todos os dias</i>	15	24,6%	18	29,5%	0,021	19	76%	19	76%	1,000
	<i>Quase todos os dias</i>	10	16,4%	12	19,7%		1	4%	1	4%	
	<i>De vez em quando</i>	23	37,7%	23	37,7%		4	16%	4	16%	
	<i>Nunca</i>	13	21,3%	8	13,1%		1	4%	1	4%	
Biscoitos, chocolates ou doces industrializados	<i>Todos os dias</i>	7	11,5%	6	9,8%	0,885	-	-	-	-	0,157
	<i>Quase todos os dias</i>	5	8,2%	6	9,8%		2	8%	3	12%	
	<i>De vez em quando</i>	24	39,3%	26	42,6%		11	44%	11	44%	
	<i>Nunca</i>	25	41%	23	37,7%		12	48%	11	44%	
Sucos artificiais ou refrigerantes	<i>Todos os dias</i>	20	32,8%	24	39,3%	0,225	14	56%	14	56%	1,000
	<i>Quase todos os dias</i>	12	19,7%	10	16,4%		6	24%	6	24%	
	<i>De vez em quando</i>	21	34,4%	20	32,8%		4	16%	4	16%	
	<i>Nunca</i>	8	13,1%	7	11,5%		1	4%	1	4%	
Bebidas	<i>Todos os dias</i>	1	1,6%	1	1,6%	1,000	-	-	-	-	1,000

alcoólicas	<i>dias</i>										
	<i>Quase todos os dias</i>	-	-	-	-		-	-	-	-	
	<i>De vez em quando</i>	3	4,9%	3	4,9%		5	20%	5	20%	
	<i>Nunca</i>	57	93,4%	57	93,4%		20	80%	20	80%	
Arroz, macarrão ou farinhas	<i>Todos os dias</i>	55	90,2%	57	93,4%	0,257	25	100%	23	92%	0,157
	<i>Quase todos os dias</i>	5	8,2%	4	6,6%		-	-	2	8%	
	<i>De vez em quando</i>	1	1,6%	-	-		-	-	-	-	
	<i>Nunca</i>	-	-	-	-		-	-	-	-	
Feijão ou lentilha	<i>Todos os dias</i>	51	83,6%	53	86,9%	0,257	25	100%	23	92%	0,157
	<i>Quase todos os dias</i>	6	9,8%	5	8,2%		-	-	2	8%	
	<i>De vez em quando</i>	4	6,6%	3	4,9%		-	-	-	-	
	<i>Nunca</i>	-	-	-	-		-	-	-	-	
Batata ou mandioca	<i>Todos os dias</i>	23	37,7%	24	39,3%	1,000	17	68%	17	68%	0,655
	<i>Quase todos os dias</i>	8	13,1%	5	8,2%		3	12%	4	16%	
	<i>De vez em quando</i>	23	37,7%	26	42,6%		4	16%	4	16%	
	<i>Nunca</i>	7	11,5%	6	9,8%		1	4%	-	-	
Salgadinhos	<i>Todos os dias</i>	1	1,6%	1	1,6%	0,317	-	-	-	-	1,000
	<i>Quase todos os dias</i>	2	3,3%	1	1,6%		-	-	1	4%	
	<i>De vez em quando</i>	25	41%	24	39,3%		14	56%	14	56%	
	<i>Nunca</i>	33	54%	35	57,4%		11	44%	10	40%	
Comida de rua ou restaurante	<i>Todos os dias</i>	-	-	-	-	1,000	-	-	-	-	1,000
	<i>Quase todos os dias</i>	1	1,6%	1	1,6%		-	-	-	-	

<i>dias</i>									
<i>De vez em quando</i>	7	11,5%	7	11,5%	7	28%	7	28%	
<i>Nunca</i>	53	86,9%	53	86,9%	18	72%	18	72%	

* Teste de Wilcoxon

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

De acordo com os dados fornecidos pela tabela 9, a diferença percebida pelo aumento no consumo de alimentos saudáveis e ricos em proteínas é dada principalmente no meio urbano. Verifica-se que no rural, não houve significância em nenhuma frequência no consumo de alimentos depois do PBF. No meio urbano, os alimentos que obtiveram mudanças positivas significativas na frequência de consumo foram as frutas, hortaliças, frango, leite e panificados, o que aponta para a melhora na saudabilidade de sua alimentação.

Em relação aos produtos específicos pesquisados neste trabalho, salienta-se que no caso do leite, as famílias que relataram aumento em seu consumo foram beneficiadas, concomitantemente, pelo Programa Leite das Crianças (que será mais discutido no capítulo a seguir) e passaram a receber 7 litros de leite por semana para o consumo familiar. No caso dos beneficiários do município de Laranjeiras do Sul, entrevistados para esta pesquisa, a integração entre as duas políticas públicas através do Cadastro Único possibilitou o fornecimento desse produto importante para o desenvolvimento saudável das crianças pertencentes a essas famílias. Há que se salientar que este Programa Leite das Crianças (PLC), neste município, foi prioritariamente para moradores do meio urbano. No Brasil, o acesso a outros serviços e integrações entre programas complementares ainda é pouco expressivo em relação ao PBF e outras políticas públicas (IBASE, 2008).

De acordo com as entrevistas realizadas, houve aumento significativo no consumo de frutas após a aquisição do benefício no meio urbano. O consumo de frutas diário apareceu somente em 32% dos casos do meio rural e 8,2% no meio urbano, possivelmente pelo acesso a frutas ser mais facilitado para os moradores do meio rural. No entanto, o aumento na frequência do seu consumo depois do PBF foi significativa pelos urbanos. Assim também ocorreu para o consumo de hortaliças, que apresentou aumento representativo no meio urbano, pois muitos daqueles que consumiam somente “de vez em quando” ou “nunca”, passaram a consumir “quase todos os dias”, embora a maioria ainda não alcance as

recomendações de consumo diário desses alimentos. Seu consumo, no entanto, é mais frequente no meio rural, possivelmente em função da produção para autoconsumo.

Outro alimento em que houve aumento significativo no consumo no meio urbano foi a carne de frango, possivelmente por ser mais barata que as outras carnes. Com o benefício, 57,4% dos urbanos disseram consumir esta proteína quase todos os dias, diminuindo o número de pessoas que afirmaram nunca comer ou comer de vez em quando. As carnes de aves, principalmente a de frango, são ricas em proteínas de alta qualidade, vitaminas e minerais (BRASIL, 2014). Além do frango, outra proteína usualmente consumida foi o ovo de galinha, principalmente no meio rural, com mais de 70% de respostas relativas ao consumo diário ou quase que diário. Estes são alimentos relativamente baratos no Brasil e assim são mais acessíveis às populações de baixa renda. Em contrapartida, o peixe foi a carne menos consumida, tanto no meio rural, quanto urbano, com índices em torno de 90% de entrevistados afirmando nunca consumirem o produto. Isto pode ser devido à baixa oferta com preços relativamente altos em relação às carnes vermelhas e de aves. No geral, as carnes de porco, gado e peixes e os ovos, não tiveram mudança significativa no consumo no meio urbano e rural depois do PBF.

Por fim, um último produto a ser frisado na pesquisa, aparecendo com maior frequência na dieta dos urbanos depois do PBF foram os panificados. Mas, embora a maioria dos entrevistados relate consumir produtos panificados somente “de vez em quando”, houve um considerável aumento do consumo desses produtos no meio urbano, e muitos passaram a consumir os produtos diariamente. Já no meio rural, mais de 70% dos beneficiários já diziam consumir panificados todos os dias e isso não mudou com o PBF.

Ao serem questionados quanto ao consumo de biscoitos, doces industrializados, sucos artificiais e refrigerantes, as famílias de beneficiários do PBF, não apresentaram diferença significativa no consumo desses alimentos antes e depois de receber o benefício. Alimentos essencialmente calóricos apareceram em quantidade semelhante nas duas zonas de residência, no entanto o consumo de açúcar foi maior no meio rural e o de refrigerantes foi maior no meio urbano. A frequência de consumo de álcool demonstrou-se baixa na pesquisa, onde somente 20% dos beneficiários do meio rural e 5% do meio urbano afirmaram fazê-lo de vez em quando.

Ao analisar o perfil dos moradores que consomem álcool nos Assentamentos rurais do Rio Grande do Norte e no Piauí, Macedo et al. (2016) identificaram que as ocupações que

mais fazem consumo problemático de álcool são os agricultores (56,71%) e as donas de casa (7,51%), e registraram um percentual considerável entre os aposentados (12,88%) e entre os beneficiários dos programas sociais como o PBF (42,29%). No entanto, ao analisar a relação entre o consumo de álcool e a participação de programas sociais, destaque para o PBF, no Rio Grande do Norte o resultado foi de 62,04%, resultado bastante distinto do Piauí (49,10%), dentre estes que estão incluídos no PBF, todos ficaram acima do ponto de corte, enquadrando-se em um dos três níveis de uso de álcool. Demonstrando que as situações de desigualdade social são um importante fator para o desenvolvimento de problemas psíquicos e o uso abusivo de substâncias como o álcool. Fato a ser considerado é que a maioria das responsáveis pelo cadastro no PBF são mulheres, conseqüentemente, as entrevistadas para esta pesquisa (cerca de 90%) relataram nunca consumir bebidas alcoólicas e apenas 01 entrevistado afirmou consumir álcool diariamente.

Dentre os entrevistados, somente 17% relataram ter realizado o consumo de alimentos fora do domicilio durante o período de recebimento do benefício. A realização de refeições fora de casa foi superior no meio rural (86,9%) em relação ao meio urbano (72%), possivelmente pelo relato dos entrevistados de que consumo é feito nos dias em que se deslocam até os centros para receber o benefício e então acabam por fazer um lanche antes de retornar ao meio rural.

Entre as mudanças que vem ocorrendo nos hábitos alimentares da população, destaca-se o aumento da realização das refeições em lanchonetes, restaurantes e panificadoras, e os fatores que podem estar colaborando para isso são os tipos de serviços oferecidos, a despesa com alimentação, a qualidade dos serviços, a preocupação em relação a segurança alimentar e conseqüentemente o aumento da oferta desses serviços. Além disso, a rotina dos indivíduos, influenciada por questões profissionais, culturais e econômicas (LEAL, 2010).

Este estudo aponta para um impacto positivo em relação à qualidade nutricional da alimentação dos beneficiários do PBF, principalmente no que tange ao meio urbano, o que corrobora alguns estudos e confronta outros.

O estudo de Lignani (2011, tradução nossa) utilizou-se de um método em que os entrevistados classificam o consumo de determinado alimento depois de receber o benefício com as seguintes opções: aumentou, diminuiu e não mudou. O mesmo observou o aumento no consumo de alguns grupos específicos e em ordem decrescente: cereais, alimentos processados, carne, leite e derivados, feijão, açúcar, café, gorduras, doces, biscoitos,

refrigerantes, vegetais, comidas fritas, frutas, ovos e raízes e tubérculos. Este estudo identificou aumento no consumo de alimentos ricos em calorias, como açúcar, alimentos processados e refrigerantes. E por não ter observado aumento no consumo de alimentos saudáveis, como vegetais, frutas e outros, sugere que o programa deveria incorporar ações de educação nutricional e que facilitassem o acesso à alimentos saudáveis. O mesmo autor relata que as escolhas dos alimentos ocorrem em meio a dilemas como a ampla disponibilidade de alimentos ricos em calorias e com baixo valor nutricional, influência das propagandas realizadas para incentivar o consumo desses produtos e o preço dos alimentos. Esses fatores deveriam ser considerados pelas políticas públicas para promoverem incentivos à alimentação saudável e desenvolverem ações em várias dimensões, incluindo a família, a comunidade, os meios de comunicação, escolas, sistemas de saúde e outros órgãos que forneçam alimentação.

Resultados similares foram identificados pela pesquisa realizada pelo IBASE (2008), de acordo com os titulares entrevistados, depois de acessar o benefício do PBF. Os beneficiários relataram que passaram a comprar mais destes grupos alimentares: 78% aumentaram a compra de açúcares, 76% de arroz e cereais, 68% de leite, 63% biscoitos, 62% produtos industrializados, 61% carnes, 59% feijões, 55% óleos, 55% frutas, 46% ovos, 43% raízes e 40% vegetais.

Coelho, Aguiar e Fernandes (2009) concluíram em seu estudo que houve diferenças significativas no consumo alimentar entre as regiões do país, que isso também ocorre quando analisados comparativamente o meio urbano e rural do Brasil, sem cortes de renda. Segundo eles, a aquisição de alimentos no meio rural foi maior para os produtos básicos e mais energéticos e entre os produtos em que há a possibilidade de produção própria, como o leite por exemplo. Enquanto que no meio urbano, o produto que se destacou em relação ao consumo entre as zonas de residência foi o pão francês.

Estudos mais recentes como o de Gomes (2017), apresentam uma visão do Brasil, onde a procura pelos alimentos “saudáveis” está aumentando a cada dia e é uma opção de mercado para investir, tanto na venda como na produção de alimentos mais naturais, orgânicos e livres de aditivos químicos. O crescimento do mercado de alimentos naturais no Brasil, apresentou nos últimos cinco anos, um aumento nas vendas de 12,3% ao ano, um dado consideravelmente alto quando comparado a média mundial que foi de 8%. A substituição de produtos convencionais por outras versões mais saudáveis por adultos brasileiros, aparece mais popularmente na pesquisa pela opção de consumir produtos sem corantes artificiais.

Defante, Nascimento e Lima-Filho (2015), afirma que a renda é fator determinante no comportamento alimentar dos indivíduos. Nos casos em que a família encontra-se em situação de vulnerabilidade econômica, observa-se que as escolhas alimentares são motivadas pelo custo. Ao analisar o consumo alimentar da população de baixa renda, constatou que alimentos como o arroz e feijão são consumidos com mais frequência do que carnes e leites. E, que o consumo de frutas, legumes e verduras ocorrem menos frequentemente nesta população.

Em estudos voltados para analisar o consumo alimentar de beneficiários do Programa Bolsa Família, Sperandio et al. (2017) considera que as múltiplas situações de vulnerabilidade desta população influenciam nas condições alimentares e nutricionais. Por isso, ressalta a importância de pesquisas que avaliam o impacto do PBF no consumo de alimentos ou de grupos de alimentos. Nestes estudos, deve-se levar em consideração a região e os costumes locais que variam e apresentam as diferenças no consumo de populações de um local para outro. Constatou ainda que na região Nordeste os não beneficiários do PBF possuíam maior consumo calórico (1.557 kcal) do que os que recebiam o benefício (1.410 kcal), sem descrever as condições sócio econômicas dos não beneficiários. Do consumo alimentar dos beneficiários do PBF, 68% da ingestão de energia é proveniente de alimentos in natura ou minimamente processados. Já os alimentos ultraprocessados são mais consumidos pelo grupo de não beneficiários. Embora tenham sido encontradas diferenças no consumo alimentar dos entrevistados, estas não foram significativas para apresentar um impacto do PBF na alimentação da população desse estudo no Nordeste.

Observando diferenças no impacto do PBF no consumo entre beneficiários do meio urbano e rural é importante considerar outros fatores que podem estar favorecendo a SAN deste público, como a produção para autoconsumo – principalmente no meio rural – e a conjunção de outros programas e ações que viabilizam aquisições não monetárias de alimentos.

5 AQUISIÇÃO NÃO MONETÁRIA DE ALIMENTOS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUNTRICIONAL DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL-PR

Neste capítulo pretende-se discutir o papel do autoconsumo e de outras ações e políticas que viabilizam aquisições não monetárias de alimentos (alimentos adquiridos através de produção própria, retirada do negócio, troca, doação e outros) para os beneficiários do PBF na promoção do seu direito humano à alimentação adequada e, dessa forma, nas suas liberdades instrumentais e substantivas, gerando desenvolvimento.

Por um lado, é importante considerar a existência de doações e de outras políticas e ações que atuam como coadjuvantes ou convergentes para o objetivo do PBF, oferecendo outras formas de aquisição não monetária. Assim, Programas estaduais como o PLC, e federais como o Programa de Aquisição de Alimentos, são políticas com objetivos semelhantes, que fortalecem umas às outras e que em conjunto poderiam ter resultados mais positivos. Portanto, se identificará se está ocorrendo esta convergência e se ela se distribui equitativamente entre as zonas de residência.

Por outro lado, a produção para autoconsumo inclui a presença de hortas urbanas e rurais, que apesar de possuírem diferentes características, possuem um mesmo objetivo que é o de fornecer alimentos saudáveis, frescos e com menor custo ao alcance das famílias independente da sua renda. Para que essa prática forneça um alimento de qualidade que contribua para o adjetivo ‘adequado’ do DHAA, se discutirá as técnicas de produção, com destaque para o incentivo da produção orgânica e agroecológica como forma de garantir saúde para os beneficiários e para o meio ambiente.

5.1 AQUISIÇÃO NÃO MONETÁRIA DE ALIMENTOS E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: DOAÇÕES E CONVERGÊNCIA DE OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A maneira como a população adquire os alimentos é um dos fatores que determinam os padrões de consumo alimentar das famílias. No Brasil, de acordo com pesquisa realizada pelo IBASE (2008), as principais formas de acesso aos alimentos eram a compra de

alimentos no mercado (96,3%), alimentação na escola (33,4%), ajuda de parentes e amigos (19,8%), produção de alimentos para consumo próprio (16,6%), doação de alimentos (9,7%), caça, pesca e extrativismo (8,5%) e programas públicos de assistência alimentar (4,7%). Isso demonstra que a aquisição não monetária de alimentos possui papel muito importante na garantia de acesso aos alimentos pelas populações em situação de vulnerabilidade social, pobreza e pobreza extrema.

Neste estudo, buscou-se identificar a relação deste tipo de aquisição com o PBF nos meios rural e urbano. Na Tabela 10 pode-se observar o acesso que os beneficiários de PBF de Laranjeiras do Sul possuem formas não monetárias para a aquisição de alimentos.

Tabela 10 - Aquisição não monetária de alimentos dos meios urbano e rural do Município de Laranjeiras do Sul - PR, antes e depois de receber o benefício do PBF.

	Meio Urbano				p*	Meio Rural				
	Antes do PBF		Depois do PBF			Antes do PBF		Depois do PBF		
Sim	33	54,1%	49	80,3%	0,000	19	76%	20	80%	0,317
Não	28	45,9%	12	19,7%		6	24%	5	20%	
	61	100%	61	100%		25	100%	25	100%	

* Teste de Wilcoxon

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Dentre os beneficiários do Programa Bolsa Família entrevistados para esta pesquisa, a aquisição não monetária de alimentos foi bastante expressiva. No meio urbano 54,1% já possuíam alguma forma de aquisição não monetária antes de receber o benefício e esse valor aumentou ainda para 80,3% depois de estarem incluídos no Programa. O número de famílias que passou a ser beneficiado por alguma tipo de política pública ou outra opção de aquisição não monetária mostrou aumento significativo no meio urbano, enquanto que no meio rural, embora tenha demonstrado um aumento, o valor não foi significativo. A partir destes dados, esta pesquisa analisou as formas de aquisição não monetária destes alimentos mais detalhadamente (conforme demonstra o Tabela 11).

Tabela 11 - Formas de aquisição não monetária de alimentos dos beneficiários antes e depois do PBF no meio urbano e rural do Município de Laranjeiras do Sul – PR.

	Meio Urbano				Meio Rural			
	Antes do PBF		Depois do PBF		Antes do PBF		Depois do PBF	
<i>Ajuda de familiares ou amigos</i>	26	42,6%	31	50,8%	6	24%	7	28%
<i>Programa de Aquisição de Alimentos</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Programa Leite das Crianças</i>	-	-	23	37,7%	-	-	1	4%
<i>Doações do Governo Municipal, Estadual ou Federal</i>	3	4,9%	13	21,3%	-	-	3	12%
<i>Doações de Igrejas ou Grupos Religiosos</i>	2	3,3%	4	6,6%	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Observou-se que no Município de Laranjeiras do Sul, no meio urbano, as doações de alimentos destacaram-se pela ajuda de familiares e amigos, antes de receber o benefício, representando 42,6% dos entrevistados e 50,8% depois do PBF. Enquanto que no meio rural apenas 24% da população entrevistada recebia ajuda antes e 28% depois de acessar o PBF. Segundo dados do IBASE (2008), 28,5% das famílias beneficiadas pelo PBF recebem algum tipo de doação ou são beneficiados por algum programa público de fornecimento de

alimentos. As doações mais frequentes se referem a cestas básicas oferecidas por organizações não governamentais e de leite por organizações governamentais. Nesse sentido, a ajuda de familiares e amigos foi uma das principais formas de adquirir alimentos, a solidariedade entre a própria população em situação de extrema pobreza gera uma rede de apoio que pode reduzir as situações de escassez alimentar.

Outro Programa que poderia auxiliar tanto o meio rural, quanto o urbano já que beneficia agricultores familiares e populações em vulnerabilidade social, seria o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Porém, nenhum depoente disse acessar ou receber doações pelo PAA. Frisa-se que esse programa objetiva a inclusão produtiva e geração de renda com garantia de um processo sustentável de desenvolvimento das capacidades econômicas de seus beneficiários produtores. Além de ser uma oportunidade para o mercado de produtos alimentícios da agricultura familiar, o PAA é parte de uma estratégia da política brasileira de SAN, possui uma abordagem multidimensional e objetiva garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade as populações em situação de vulnerabilidade social (COTTA; PAIVA, 2010).

Neste sentido, não só o público rural seria beneficiário do PAA, mas também o urbano, já que o Estado compra de Agricultores Familiares (AFs) para doar os alimentos para indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional como a população que é atendida por alguma rede socioassistencial ou equipamento de alimentação e nutrição⁵. Para tanto, os mesmos deveriam procurar a rede socioassistencial, ou os equipamentos de alimentação e nutrição em seu município, para que sejam incluídas. O PAA conta com ampla

5 O Programa de Aquisição de alimentos pode beneficiar diretamente com doação de alimentos as seguintes entidades:

1. Centro de Referência de Assistência Social (Cras);
2. Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas);
3. Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP);
3. Equipamento que ofereça o serviço de acolhimento a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral;
4. Equipamentos de segurança alimentar e nutricional: restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos;
5. Estruturas públicas que produzam e disponibilizem refeições a beneficiários consumidores, no âmbito das redes públicas de educação, conforme regulamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), de justiça e de segurança;
6. Redes públicas e serviços públicos de saúde que ofereçam serviços de saúde básicos, ambulatoriais e hospitalares por meio do Sistema Único de Saúde – SUS, e estabelecimentos de saúde de direito privado sem fins lucrativos que possuam Certificado de Entidade Beneficente da Assistência Social (Cebas), que produzam e disponibilizem refeições a beneficiários consumidores;
7. Entidade e organização de assistência social sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestem atendimento e assessoramento aos beneficiários da Assistência Social, bem como atuem na defesa e garantia de direitos, e que obrigatoriamente estejam inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social (BRASIL, 2018d).

participação civil, e sua instância de controle é o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional nos níveis nacional, estadual e municipal. A inclusão no PAA é uma oportunidade para a população em situação de vulnerabilidade social conseguir alimentos como: arroz, feijão, milho, trigo, sorgo, farinha de mandioca, farinha de trigo, leite em pó integral, castanha de caju, castanha do Brasil, e outros produtos que são definidos pelo grupo gestor do Programa baseado na disponibilidade dos agricultores familiares em produzir determinados alimentos (BRASIL, 2012).

De acordo com informações fornecidas pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, o município de Laranjeiras do Sul recebeu em 2017 alimentos oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos através da modalidade de doação simultânea. No Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), os alimentos são utilizados para produção de refeições fornecidas às crianças em situação de vulnerabilidade social, assim também ocorre no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), no Serviço de acolhimento e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Embora indiretamente, essas famílias entrevistadas que possuem crianças em idade escolar ou participando de algum desses programas sociais são beneficiadas pelo PAA, mas, possivelmente, por não terem conhecimento do Programa, não passaram esta informação.

Outro Programa vinculado ao atendimento assistencial no caso do Estado do Paraná é o Programa Leite das Crianças (PLC). Este se destaca no fornecimento de leite para as crianças do município, principalmente do meio urbano, de forma significativa, como visto no capítulo anterior. Antes de acessar o PBF nenhum dos entrevistados recebia o leite do PLC, e depois de se tornar beneficiário do PBF, 37,7% das famílias começaram a recebê-lo regularmente. No meio rural apenas 01 beneficiário PBF passou a receber o leite, o que ocorreu porque o PLC é raramente distribuído nas Escolas Estaduais do Meio Rural. A única família do meio rural beneficiada, reside em área próxima ao meio urbano e dirige-se até o ponto de entrega (escolas estaduais) mais próximo da sua casa para receber os leites doados pelo PLC, como pode ser observado da Tabela 12.

Tabela 12 - Pontos de entrega do Programa Leite das Crianças do Núcleo Regional de Laranjeiras do Sul – PR.

Município	Meio Urbano	Meio Rural
Cantagalo	04	01

Diamante do Sul	01	-
Espigão Alto do Iguaçu	01	02
Laranjeiras do Sul	07	-
Marquinho	01	-
Nova Laranjeiras	01	08
Porto Barreiro	01	01
Quedas do Iguaçu	05	01
Rio Bonito do Iguaçu	01	03
Virmond	01	-
Total	23	16

Fonte: Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul, 2018.

Pôde-se observar que o PLC prevê a entrega de leite para beneficiários do meio rural, como vem ocorrendo em outros municípios do mesmo núcleo regional, porém, no município de Laranjeiras do Sul, conforme relatado pela Coordenadora do PLC do Núcleo Regional de Laranjeiras do Sul, não houve nenhuma solicitação por parte da secretaria de saúde (responsável pelos encaminhamentos do PLC) de que fosse instalada um ponto de entrega em alguma comunidade rural (embora a necessidade seja evidente, devido a pobreza e a insegurança alimentar no meio rural). A distribuição nos pontos de entrega do meio urbano podem ser observadas na Tabela 13.

Tabela 13 - Beneficiários do PLC cadastrados em cada ponto de distribuição do Município de Laranjeiras do Sul - PR.

Ponto de Distribuição – Instituição de Ensino	Beneficiários
Col. Est. José Marcondes Sobrinho	15
Col. Est. Floriano Peixoto	52
Col. Est. Prof. Gildo Aluísio Schuck	47
Col. Est. da Vila Industrial	27
Col. Est. Tancredo de Almeida Neves	17
Esc. Mun. Teotônio Vilela	88
Esc. Mun. Florindo Pellizzari	123
Total	369

Fonte: Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul, 2018.

É importante ressaltar que a relação entre essas políticas públicas acontece principalmente pelo Cadastro Único, serviço obrigatório que auxilia na identificação dos possíveis beneficiários e permite o acompanhamento daqueles já cadastrados.

O Programa Leite das Crianças surgiu no estado do Paraná, como um caminho para o resgate das famílias que se encontravam em situação de vulnerabilidade e risco social.

Com a consagração do direito à alimentação adequada, como algo inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos demais direitos constitucionalmente garantidos, brota o dever do Poder Público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população que consiste “na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (Lei nº 11.346/2006) (PARANÁ, 2018).

O principal objetivo do Programa Leite das Crianças (PLC) é o combate à desnutrição infantil, através da distribuição gratuita e diária de um litro de leite (PARANÁ, 2018). Em todos os 399 municípios do Estado do Paraná, o leite é distribuído três vezes na semana: segunda-feira a mãe, pai ou responsável recebe dois litros de leite, na quarta-feira mais dois litros e na sexta-feira três litros para o final de semana, totalizando sete litros por semana por criança atendida no Programa (CORRENT, 2015). Os beneficiários são crianças de 06 a 36 meses, em que a renda familiar total seja inferior a meio salário mínimo.

Outro objetivo do PLC é o fomento à agricultura familiar através da geração de emprego e renda (fornecimento de leite ao Programa), a garantia de qualidade do produto oferecido e a fixação do homem no campo. O PLC é intersetorial e envolve ações das Secretarias de Agricultura e do Abastecimento, das Secretarias de Educação do Estado, das Secretarias de Saúde e Secretarias da Família e Desenvolvimento Social. Na Secretaria de Agricultura e do Abastecimento, as ações são coordenadas pelo Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional, que realiza a formulação e implantação da política de SAN no Estado (PARANÁ, 2018).

As crianças beneficiadas são cadastradas no Comitê Gestor Municipal do PBF e a sua permanência depende da condição de que todas as crianças devem passar por uma avaliação nutricional, realizada na Unidade Básica de Saúde mais próxima de casa, mensalmente.

Para Bressan e Baço (2013), o PLC além de contribuir para o desenvolvimento nutricional das crianças, contribui para o desenvolvimento local e oferece oportunidades para o desenvolvimento dos agricultores familiares da região. O PLC também é apontado como promotor do desenvolvimento de cadeias locais e regionais de leite, pois todo o leite distribuído pelo programa é adquirido de laticínios do mesmo município onde ocorrerá a

distribuição. Para tanto, é considerado como produtor beneficiado “todo aquele que fornece leite *in natura* aos laticínios parceiros do Programa”. Neste contexto, o PLC fortaleceria a rede de agricultores familiares, principalmente dos fornecedores de leite, que incrementam a renda familiar através da venda do produto aos laticínios que fornecem para o Programa. Para Bazotti (2013), o PLC fortalece os pequenos produtores e os pequenos laticínios, potencializando o desenvolvimento rural e a garantia de que muitas crianças tenham acesso a leite de qualidade diariamente.

Outras doações foram identificadas nesta pesquisa. Algumas famílias relataram receber doações de cestas de alimentos dos Governos Municipal, Estadual ou Federal. No meio urbano representavam 4,9% antes de serem incluídas no PBF e 21,3% depois. No meio rural, antes de estar no PBF nenhum dos entrevistados recebia qualquer tipo de doação dos governos, o que mudou para 12% depois de acessar o Programa. Em relação a outras entidades que realizam doações de alimentos somente Igrejas e grupos religiosos foram citados, sendo que no meio urbano, a porcentagem de famílias que recebia doações variou antes e depois do PBF de 3,3% para 6,6%, e no meio rural não houve relatos de doações de igrejas, grupos religiosos ou outras entidades não governamentais.

No caso do município de Laranjeiras do Sul/PR, de acordo com Resolução N°001/CMAS/2015, as cestas básicas são concedidas aos moradores por meio de benefícios eventuais na modalidade auxílio alimentação, como descrito no seu Artigo segundo:

Art. 2º Os Benefícios Eventuais e emergenciais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

§ 1º São formas de Benefícios Eventuais:

I – auxílio-funeral;

II – auxílio-natalidade;

§ 2º São formas de Benefícios emergenciais:

I – auxílio -transporte;

II – auxílio-alimentação;

III – auxílio-documentação;

IV – auxílio- aluguel social

§ 2º Os Benefícios serão concedidos à família em número igual ao da ocorrência desses eventos.

Portanto, verifica-se que após a identificação das famílias como vulneráveis com a inclusão no PBF, também houve uma contrapartida do governo municipal quanto a auxílios de alimentos via cestas básicas.

Diante destas análises, observa-se uma complementariedade entre políticas federais como o PBF, com políticas estaduais como o PLC e com políticas municipais – cestas básicas, o que confere um conjunto de ações que auxiliam este público a ter um suporte alimentar, evitando ou minimizando a fome. Entrementes, elas não são equitativamente distribuídas entre os meios rural e urbano. Identifica-se claramente que os beneficiários urbanos tiveram mais acesso a doações, cestas básicas e ao PLC que os rurais. A entrada no PBF auxiliou significativamente o acesso a outras aquisições não monetárias dos urbanos por meio de doações e políticas públicas, se comparada aos rurais, explicando em boa parte as diferenças significativas encontradas no capítulo anterior no aumento da frequência do consumo de certos alimentos pelos urbanos. Cita-se como exemplo o caso do leite, do frango, dos panificados e das frutas e hortaliças. Além disso, nenhuma das famílias do meio rural relatou participar como beneficiária produtora do PAA e nem do PLC, o que aponta para um descompasso entre as políticas relativas ao meio rural.

Além disso, vale ressaltar que, tanto as políticas estaduais, quanto as municipais citadas aqui oferecem gêneros alimentícios e não renda, restringindo a opção de escolha do que comprar ou comer dos beneficiários e lhes cerceando a liberdade e autonomia. Assim, assume-se muitas vezes a inabilidade das pessoas em vulnerabilidade social de utilizar racionalmente os recursos, dando-lhes apenas uma ‘ração’ ou alimento específico que diminua sua fome.

Em relação às cestas básicas, invariavelmente são compostas de alimentos não perecíveis como grãos, farinhas e derivados, açúcar, sal, óleo e enlatados. Ou seja, alimentos considerados mais calóricos do que nutritivos. Alimentos perecíveis como frutas, hortaliças e carnes, considerados de melhor qualidade nutricional, não são gêneros doados normalmente por cestas básicas, o que leva a considerar que neste caso, só se busca aplacar a fome, mas não viabilizar a alimentação adequada, como consta nas diretrizes do DHAA.

No caso do PLC, verifica-se que apenas o nome muda, mas ele é muito similar a Programas alimentares que existiram no passado, como o Programa Leite é Saúde - PLS (1993-1998) que distribuía leite e óleo para o público de gestantes e crianças de até dois anos. Por outro lado, se assemelha também à modalidade de Incentivo à Produção e Consumo de Leite do PAA, por ter como objetivo a compra do produto da região (muito embora o compre de Usinas de Leite e não de agricultores familiares). Porém, novamente, a exemplo do PAA, nenhum beneficiário do meio rural relatou que vendia leite para alguma usina participante do

PCL. Assim sendo, além de negar a autonomia da compra aos beneficiários, este Programa se restringe a apenas um produto – o leite, sem considerar outras necessidades nutricionais do público que atende e, mais desconcertante ainda, não se encontra vinculado aos rurais em vulnerabilidade social (nem como beneficiários produtores, nem como beneficiários consumidores).

Por sua natureza, nenhum Programa destes seria suficiente para oferecer ao público em situação de vulnerabilidade social a dignidade do acesso ao DHAA, mas apenas pode ser considerado como coadjuvante de outras políticas. Em conjunto com o PBF formam um grupo de políticas que podem obter resultados positivos, no sentido de minimizar a fome, mas ainda possuem incongruências e restrições no que diz respeito a dar condições efetivas da população mais pobre se tornar autônoma, livre e obter sua segurança alimentar, principalmente no meio rural.

No entanto, observa-se no Tabela 9 (pág 74) que os beneficiários rurais não sofreram alterações importantes em sua frequência alimentar como os urbanos, porque já mesmo antes de receber este recurso tinham uma frequência mais adequada no consumo de alimentos considerados mais saudáveis e nutritivos como verduras, frutas e proteínas (carne, leite e ovos), se comparado aos urbanos. Portanto, surge uma pergunta: qual o fator que os protege em relação à sua segurança alimentar que supera os beneficiários urbanos, mesmo que as políticas e doações complementares alcancem muito mais a estes últimos?

5.2 A PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO

O autoconsumo é comumente mais encontrado nas unidades familiares do meio rural com uma trajetória histórica de valorização e como técnica de acesso a alimentos para o consumo familiar. No meio urbano, o autoconsumo é mais raramente encontrado e os fatores que determinam o aparecimento deste nas cidades, destacam-se através da agricultura urbana, que vem sendo cada vez mais difundida pelos meios de comunicação, embora não se tenha muito conhecimento de políticas públicas que apoiem significativamente esta atividade.

Esta pesquisa buscou analisar a existência de produção para autoconsumo, não só no meio rural (dada que a sua relevância já seja definida como instrumento para reduzir a vulnerabilidade e a IA das famílias, e contribuir para a redução da pobreza no meio rural - GAZOLLA, 2004), mas também, no meio urbano, relacionando-a com o PBF. A primeira

questão a ser respondida foi se o PBF incentivou a produção para autoconsumo das famílias. Como se verifica na Tabela 14, o Programa Bolsa Família foi positivamente associado a esta produção no meio urbano.

Tabela 14 - Produção para autoconsumo e extrativismo dos beneficiários do PBF do meio urbano e rural no Município de Laranjeiras do Sul - PR.

	Meio Urbano				p*	Meio Rural				
	Antes do PBF		Depois do PBF			Antes do PBF		Depois do PBF		
<i>Sim</i>	28	45,9%	36	59%		20	80%	20	80%	
<i>Não</i>	33	54,1%	25	41%	0,005	5	20%	5	20%	1,000
<i>Extrativismo</i>	12	19,7%	13	21,3%	1,000	18	72%	18	72%	1,000

* Teste de Wilcoxon

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

A porcentagem de famílias que produziam para o autoconsumo no meio urbano aumentou significativamente de 45,9% para 59% depois do PBF, enquanto que no meio rural não houve alteração após o recebimento do benefício. Por outro lado, mesmo com o aumento verificado no meio urbano, o meio rural tem uma proporção significativamente maior (80%) de pessoas que produzem para o autoconsumo, o que pode responder em boa medida os menores níveis de insegurança alimentar neste meio de residência no município de Laranjeiras do Sul e sua maior frequência de alimentos mais saudáveis e nutritivos como frutas, verduras e fontes de proteínas, mesmo antes do PBF. Alguns estudos que buscaram demonstrar a importância de possuir uma horta ou pomar nos estabelecimentos familiares do meio rural verificaram que 92,1% das pessoas possuem horta em casa e 89,9% possuem um pomar, sem discrepância entre os universos pesquisados, nesse caso nos municípios de Veranópolis e Morro Redondo (GRISA; SCHNEIDER, 2008).

Além do autoconsumo é importante frisar a importância do extrativismo, que destacou-se com 72% antes e depois da inserção no PBF no meio rural. As atividades como o extrativismo, a caça e a pesca são mais relevantes em famílias que residem nas áreas rurais, embora existam relatos de que estas práticas vêm diminuindo com o passar do tempo devido a fatores como a degradação ambiental e os impactos causados na oferta de alimentos pela natureza (IBASE, 2008).

No meio rural, mudanças e transformações vem ocorrendo no Brasil, principalmente desde a década de 1970. Elementos característicos das atividades camponesas como o uso da enxada, a tração animal, a carroça, a colheita manual foram sendo substituído por novas práticas. Neste contexto, entende-se que outras características da agricultura e do meio rural, como a prática da produção para o autoconsumo sofreriam modificações, e para muitos estudiosos esta prática deixaria de existir ao longo do tempo, o que resultou em pouco conhecimento e pesquisas sobre esse assunto especificamente (GRISA; SCHNEIDER, 2008).

A permanência da produção para autoconsumo nas propriedades rurais demonstra que os agricultores a estão utilizando como estratégia de garantia de acesso a alimentos e de reprodução social da propriedade. Essa atividade destaca-se como um modo de organizar a atividade produtiva e conservar a sociabilidade e a identidade dos pequenos agricultores, a ainda, como importante fonte de renda não monetária, auxiliando nas condições de vida dos agricultores, na garantia de segurança alimentar e nutricional e no combate à pobreza rural. Grisa e Schneider (2008) definem ainda, a produção para autoconsumo como a parcela da produção produzida pela família e destinada ao seu consumo, não se tratando de uma produção residual e nem associada à produção em quantidades pequenas e produtos incompatíveis aos padrões de qualidade do mercado. O autoconsumo faz parte dos meios de vida encontráveis no espaço rural e um mecanismo muito importante para o desenvolvimento da unidade familiar.

Em relação à agricultura urbana, a mesma é considerada uma alternativa para reduzir os problemas do meio urbano relacionados à alimentação, saúde, meio ambiente e geração de renda. Normalmente, os produtos são destinados ao consumo próprio ou à comercialização em mercados locais, apresentando uma estreita relação com a segurança alimentar e nutricional. A mesma favorece tanto a população diretamente envolvida nas atividades, quanto àqueles que adquirem esses alimentos (RIBEIRO; BÓGUS; WATANABE, 2015).

A partir da análise da produção para autoconsumo, sob a ótica de que essa técnica pode ser uma aliada no combate à fome e à pobreza, e na busca pela garantia de segurança alimentar e nutricional da população é necessário analisar quais alimentos estão sendo produzidos. A fim de que não sejam fornecidas somente calorias, mas também produtos fontes de vitaminas, minerais necessários para a saúde. Observa-se na Tabela 15 as diferenças entre a produção para autoconsumo no meio rural e urbano.

Tabela 15- Itens produzidos para autoconsumo pelos beneficiários do PBF nos meios urbano e rural do Município de Laranjeiras do Sul - PR.

Produtos	Meio Urbano		Meio Rural	
	Nº de famílias	%	Nº de famílias	%
Chás	11	18%	3	12%
Temperos	26	42,6%	6	24%
Frutas	4	6,6%	2	8%
Legumes e Verduras	32	52,5%	17	68%
Grãos e oleaginosas	-	-	14	56%
Raízes e Tubérculos	8	13,1%	20	80%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

No meio urbano destaca-se a produção de hortaliças (legumes e verduras) e temperos, enquanto no meio rural, houve mais referências à produção de raízes e tubérculos, hortaliças e grãos e leguminosas, nesta ordem. Pode-se supor que no meio rural se tenha mais acesso à terra e aos meios de produção do que no urbano, viabilizando assim maior espaço para plantio de outras culturas como feijão, mandioca, batatas, milho, entre outros. No meio urbano, pelo espaço ser mais restrito, a preferência é por culturas que também tomem menos espaço, como temperos e folhosas.

Para além da proporção de famílias que produziam cada um dos grupos de alimentos, o meio rural também destacou-se pela maior variedade de culturas em relação ao meio urbano ($p < 0,05$). Os produtos listados pelos entrevistados das duas zonas de residência foram: temperos (salsinha, cebolinha, manjerona), chás (cidreira, macela, boldo, erva doce e outros),

frutas (banana, pêssego, laranja, maracujá, morango, uva e poncan), legumes e verduras (couve, alface, rúcula, repolho, abóbora, brócolis, pepino, tomate, abobrinha, pimentão e radiche), grãos e oleaginosas (arroz, feijão, milho e amendoim) e raízes e tubérculos (mandioca, batata, cebola, batata doce, beterraba, rabanete, cenoura e alho).

No meio urbano, o crescimento da agricultura urbana, aparece como uma saída para melhorar as condições de vidas das pessoas ao acesso à alimentos. A família que decide produzir para autoconsumo obtém inúmeras vantagens como o fator econômico, a possibilidade de consumir alimentos de qualidade nutricional elevada e livres de agrotóxico. Além de dispor de uma variedade maior de alimentos produzidos, enriquecendo a dieta de toda a família, essa técnica facilita o acesso a diversas plantas medicinais, que podem proporcionar melhor qualidade de vida para as famílias (MENDES, 2016).

Essa prática promove mudanças na estrutura social, econômica e ambiental do meio urbano, mas para isso, muitas vezes requer apoio das organizações governamentais ou não-governamentais, na forma de orientação para implantá-la e de recursos financeiros para que ela ocorra, principalmente quando em grande escala. Machado (2002) defende que a agricultura urbana contribui para o meio ambiente reduzindo o lixo orgânico descartado, uma vez que incentiva a utilização deste para adubo, além do acesso a plantas medicinais e outros produtos que podem ser incluídos nessa produção. Entre tantas possibilidades e iniciativas, sem dúvida, o desenvolvimento da agricultura urbana tem importante papel para contribuir para o futuro da sustentabilidade das cidades.

Também foi de interesse deste estudo verificar não só os tipos de alimentos produzidos para autoconsumo, mas como eram produzidos, o que pode ser visualizado na Tabela 16. Entre os entrevistados que afirmaram produzir algum tipo de alimento para autoconsumo, alguns afirmaram utilizar insumos químicos em pelo menos uma das etapas de produção. Já entre os que foram incluídos na porcentagem que utilizam técnicas orgânicas ou agroecológicas para produção, estão aqueles que relataram apenas plantar o alimento e não fazer nenhuma interferência no processo, não adubar e não podar. Os casos em que não houve relato de produção para autoconsumo (Tabela 14), estão classificados como “*não se aplica*”

quando realizada a verificação de quais são as técnicas utilizadas para produção na Tabela 16. Vale observar que 70% dos rurais e 82% dos urbanos que produzem para si o fazem utilizando técnicas orgânicas/agroecológicas, o que é um número que reflete o que as pesquisas de produção para autoconsumo têm demonstrado – que o mesmo, em sua grande parte, é feito sem insumos químicos e sem agrotóxicos.

Tabela 16 - Técnicas de produção para autoconsumo dos beneficiários do PBF do meio urbano e rural do Município de Laranjeiras do Sul - PR.

	Meio Urbano		Meio Rural	
<i>Utiliza técnicas orgânicas ou agroecológicas para a produção</i>	29	47,5%	14	56%
<i>Utiliza insumos químicos para a produção</i>	7	11,5%	6	24%
<i>Não se aplica</i>	25	41%	5	20%
<i>Total</i>	61	100%	25	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Nesta pesquisa, não foram investigados mais detalhadamente os motivos que levam as famílias a utilizar ou não insumos químicos na produção dos alimentos, no entanto, um dos fatores que se pôde observar foi o de que no meio rural o acesso a químicos é maior que no meio urbano, os quais encontram dificuldades para adquirir mudas, sementes e adubos.

A utilização desmedida de agrotóxicos precisa ser discutida e as famílias precisam ser orientadas quanto aos riscos em utilizá-los, principalmente no que diz respeito ao esclarecimento de questões muitas vezes propagadas erroneamente pela mídia, como a de que a utilização desses produtos não causa malefícios à saúde, por exemplo. Ao utilizar insumos

químicos na produção de alimentos para autoconsumo, a família fica exposta aos malefícios desses produtos desde o momento do plantio e tratamento pelo contato direto ou indireto com os insumos, até a mesa das famílias do momento em que consomem produtos que estão contaminados. É necessário que sejam realizadas atividades de educação ambiental, para que as pessoas saibam o quanto estão vulneráveis, e quais são os riscos dessa prática, e principalmente, sugerir técnicas de como produzir alimentos saudáveis de forma sustentável ao público beneficiário do PBF.

De toda forma, se observa nesta seção que o autoconsumo e o extrativismo são duas formas de aquisições não monetárias que têm um papel muito importante na viabilização da SAN das famílias, principalmente do meio rural. Nas unidades familiares onde os agricultores são capazes de produzir os alimentos e as matérias-primas usadas para seu consumo ou dos animais da unidade produtiva, estas não dependem integralmente de insumos externos para garantir o processo de produção, e sendo assim o excedente pode ser utilizado para troca ou comercializado já que as necessidades da unidade familiar já foram supridas. O autoconsumo apresenta ainda a vantagem de que se a família produz o suficiente para suprir as necessidades alimentares da família, ela não fica exposta a flutuação dos preços no mercado de insumos e de alimentos (IPEA, 2013).

Assim sendo, o autoconsumo pode ser considerado como mais vantajoso e com influências mais efetivas em assegurar alimentação adequada, do que as doações e as políticas públicas vistas no tópico anterior. Ele pode explicar a superioridade da qualidade da alimentação e da prevalência e dos níveis mais baixos de intensidade de insegurança alimentar no meio rural, verificados neste estudo. Mesmo que seja desassistido por outras políticas como o PLC e das Cestas Básicas voltadas mais para o meio urbano; o meio rural ainda se

apresenta mais protegido contra as mazelas da fome e da má alimentação. Os mesmos têm mais autonomia de escolher o que produzir e como produzir e possuem mais independência das variações econômicas que afetam suas aquisições elementares, como os alimentos.

Dessa forma, muito mais que políticas assistencialistas, importa que o Estado tenha em mente políticas estruturais que dêem condições para as pessoas produzirem seus alimentos com qualidade, ou adquirindo-os de forma a ter condições de acessar não só calorias, mas alimentos adequados do ponto de vista nutricional, cultural e ambiental.

O PBF tem se destacado como uma política de transferência de renda não só voltada para o meio urbano, mas também para o rural, onde está no Brasil, o maior percentual de pessoas em IA, principalmente nas regiões norte e nordeste. Verifica-se que no rural onde é possível o autoconsumo e o extrativismo, como este caso nos mostra, o PBF se torna muito menos impactante, mas não menos importante. Portanto, incentivar o autoconsumo deve ser uma prioridade entre as políticas que desejam reduzir a pobreza, a fome e a insegurança alimentar, favorecendo o alcance do desenvolvimento com equidade. Nesse sentido, é importante frisar que isto deveria ser uma política também para o meio urbano, viabilizando as hortas urbanas e/ou a agricultura urbana, visto que grande parte da população está vivendo neste meio de residência e que a tendência futura é de cada vez mais termos que produzir alimentos onde as pessoas vivem. Ou seja, nas cidades e não só no meio rural.

O desafio é criar políticas alimentares que visem o DHHA com dignidade e, esta só se atinge quando se tem autonomia e liberdades instrumentais (meios para produção de alimentos ou de renda para aquisição) para alcançar as liberdades substantivas (alimentação adequada, bem estar, saúde), criando assim uma sociedade desenvolvida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou abordar o impacto que o Programa Bolsa Família teve na garantia de segurança alimentar e nutricional, ou de acordo com Amartya Sen, nas liberdades substantivas e instrumentais (relacionadas à alimentação) do público de beneficiários do município de Laranjeiras do Sul – PR.

Basear-se nos estudos de Amartya Sen, a respeito das liberdades, facilitou a compreensão de como o PBF, ainda que tenha como objetivo a garantia de saúde, educação e direitos socioassistenciais, não consegue, por si só, garantir que seus beneficiários tenham segurança alimentar e nutricional, visto que mais de 80% da amostra relatou estar em insegurança alimentar em algum nível.

É preciso pontuar a importância das análises desta pesquisa terem sido realizadas comparando as zonas de residência (meio urbano e rural), visando identificar como esta política impacta nos diferentes locais de residência e como ela se conjuga com outras ações, contextos e políticas, melhorando as condições de vida destas populações e favorecendo o seu desenvolvimento. A autonomia para utilizar o benefício, demonstrou que os entrevistados gastam o valor recebido com diferentes bens e serviços, mas que a prioridade é o gasto com alimentação, embora sem resolver o problema da fome e da insegurança alimentar. Aparentemente os alimentos adquiridos representam um complemento à alimentação, que depende de outros fatores para ser suficiente e de qualidade.

Segundo depoimento dos beneficiários, a quantidade de alimentos consumidos teria aumentado somente no meio urbano, mas não teria havido diferença significativa na variedade e no consumo de alimentos saudáveis em ambas as zonas de residência. Porém, ao investigar o consumo por grupo de alimentos, identificou-se melhora substancial na frequência do consumo de alimentos saudáveis e protéicos, a exemplo, principalmente, de frutas, verduras, leite, frango e panificados no meio urbano. No entanto, destaca-se que o consumo destes mesmos alimentos já era mais frequente no meio rural mesmo antes de receber o recurso, o que leva a supor que o PBF melhora a alimentação do meio urbano, mas este não chega a elevá-la ao nível do meio rural.

Para tentar entender melhor estes dados, buscou-se identificar a aquisição não monetária dos alimentos nos diferentes meios de residência. No meio urbano, destacam-se a conjugação de outras políticas públicas como o Programa Leite das Crianças e as doações

realizadas pelo governo municipal e por igrejas ou grupos religiosos. Neste sentido, explica-se por exemplo o maior consumo de leite por beneficiários do PBF, já que os mesmos passaram também a ser beneficiários do PLC. Também pode-se explicar o aumento no consumo de frutas, hortaliças, carnes, panificados, já que as cestas básicas oferecem alimentos não perecíveis o que faz com que os mesmos possam usar o recurso do PBF para aquisição de alimentos perecíveis.

Já no meio rural, pode-se considerar que o diferencial é a produção para autoconsumo. Essa produção forneceu acesso a todos os grupos de alimentos (chás, temperos, frutas, legumes e verduras, grãos e oleaginosas e raízes e tubérculos), o que explica em grande medida a superioridade da alimentação dos beneficiários destes locais. Por outro lado, também pode explicar em parte, a melhora da alimentação dos urbanos, no que tange a maior frequência de consumo de hortaliças e frutas. As técnicas utilizadas para a produção destes alimentos (orgânica e ou agroecológica e utilização de insumos químicos) demonstraram maior incidência da utilização de agrotóxicos no meio rural, possivelmente facilitada pelo acesso a esses produtos. Mas, mesmo assim, observou-se que a grande parte dos beneficiários (70% dos rurais e 82% dos urbanos) que produzem para autoconsumo o fazem com técnicas agroecológicas/orgânicas, favorecendo a qualidade dos produtos que consomem.

Destes achados pode-se concluir que o PBF auxilia a população em vulnerabilidade social a ter acesso a alimentos, mas não é o suficiente para que os mesmos tenham SAN e DHAA. No meio urbano, verifica-se que a conjugação de outras políticas estaduais e municipais auxiliam neste suporte, melhorando a alimentação dos beneficiários. Já no meio rural, o impacto na alimentação parece ser mais pela via do autoconsumo do que pelo benefício do PBF, pois os beneficiários entrevistados não relataram diferenças substanciais em sua alimentação com este auxílio, mas já possuíam melhor qualidade alimentar anteriormente.

Este estudo serve para considerar a importância da convergência de políticas públicas (PBF, PLC, cestas básicas) para resolver os problemas da insegurança alimentar na população, principalmente com aquelas políticas que ultrapassam objetivos assistencialistas, como o Programa de Aquisição de Alimentos por exemplo, onde tanto rurais, quanto urbanos se beneficiam. Porém, este estudo mostra que o PAA existe no município, mas não houve menção a ele em nenhum dos locais.

Também chama a atenção para a necessidade de promover ações, programas ou políticas que incentivem o autoconsumo que vem perdendo espaço no meio rural com o

passar dos anos, mas que mostra seu potencial na SAN deste público, não só neste meio, mas também no meio urbano. Assim sendo, aponta-se para a importância de aquisições não monetárias de alimentos como coadjuvantes do PBF, mas que ainda precisam sofrer alguns ajustes para serem eficazes em seu intuito de favorecer o alcance das liberdades instrumentais e substantivas desta população.

Considerando que o BF e outras políticas assistenciais sejam importantes, mas não suficientes para oferecer liberdades instrumentais para atingir as liberdades substantivas, aponta-se para a necessidade de políticas mais abrangentes e estruturais (embora não tenham sido objeto deste trabalho), como as relacionadas à criação de mais empregos e mais direitos aos trabalhadores no meio urbano e as relacionadas ao meio rural, como a reforma agrária e as políticas agrícolas que visem o fomento e a reprodução da agricultura familiar. No que tange ao meio rural, enfrentar a pobreza rural com políticas assistencialistas como o PBF deveria ser apenas o início de um conjunto de políticas que viabilizassem este local como gerador de renda a partir de uma agricultura sustentável do ponto de vista social, econômico e ambiental. Frisa-se isso, principalmente no meio rural em pauta, onde o modelo campesino de fazer agricultura vem dando cada vez mais espaço para o modelo do agronegócio, o que tem levado ao êxodo rural ou ao empobrecimento dos que permanecem. Portanto, mais que políticas assistencialistas e emergenciais como o PBF, o rural precisa de políticas que favoreçam a inserção dos agricultores para que possam produzir e viver de seu trabalho e atingir sua liberdade para que haja um efetivo desenvolvimento rural.

Dentre as limitações deste estudo é necessário considerar que os valores recebidos pelos beneficiários entrevistados eram diferentes, o que pode ter influenciado nos resultados. Além disso, a amostra do meio rural foi pequena, considerando a dificuldade de encontrar pessoas para entrevistar neste local de residência. Nesse sentido, o poder da amostra pode ter invisibilizado as possíveis diferenças existentes depois do recebimento do recurso em relação às variáveis investigadas.

Recomenda-se para trabalhos futuros, pesquisar mais detalhadamente a influência das políticas públicas de combate à fome e à pobreza e incentivo ao desenvolvimento do meio rural. E, investigar os motivos que influenciam a decisão de produzir para autoconsumo com técnicas orgânicas, agroecológicas ou utilizando insumos químicos, a fim de que essas famílias tenham acesso e garantia da disponibilidade de alimentos saudáveis.

REFERÊNCIAS

ABRANDH. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional** / organizadora, Marília Leão. – Brasília: ABRANDH, 2013.

ABRAS, Ingrid Brenda. SÁ, Michele Aparecida de. Programa Bolsa Família: educação de crianças e adolescentes em situação de pobreza em idade escolar. **Revista Formação@docente** – Belo Horizonte – Vol. 8, N.2, Julho – Dezembro, 2016.

BAZOTTI, Angelita. CONTI, Irio Luiz. FINOKIET, Manuela. **Programa Leite das Crianças: uma política pública de incentivo à produção local e à segurança alimentar e nutricional**. 2º Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento. Projetos Sociais e Políticas Públicas em Disputa. Universidade Federal do Paraná, 06 e 07 de novembro de 2013.

BEZERRA, Thaíse Alves. OLINDA, Ricardo Alves de. PEDRAZA, Dixis Figueroa. Insegurança alimentar no Brasil segundo diferentes cenários sociodemográficos. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Alimentar para a População Brasileira: Promovendo a Alimentação Saudável**. Departamento de Atenção Básica. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Brasília, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. **Análise da pesquisa sobre gestão descentralizada Programa Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_superior/manuais-e-publicacoes-1>. Acesso em: 27 dez. 2007.

_____. ABRANDH; CERESAN; CONSEA; FAO-RLC/ALCSH. **Avanços e desafios na implementação do Direito Humano à Alimentação Adequada**. Rio de Janeiro, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Fome Zero: A Experiência Brasileira**. Brasília, 2010.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília : ministério da saúde, 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família: Transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, à educação e à assistência social**. Brasília, 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Guia de políticas e programas**. Brasília, DF: MDSA, Assessoria de Comunicação, 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Acesso à educação e saúde**. Disponível em : <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/acesso-a-educacao-e-saude/acesso-a-educacao-e-saude>. Acesso em : 26 jan 2018a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **BENEFÍCIOS**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios>. Publicado em 01/07/2015 16h17. Acesso em: 30/01/2018b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social – Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município**. Relatório gerado em 03 jan 2018c. Disponível em: <http://mds.gov.br/bolsafamilia> Acesso em: 05 fev 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN Institucional**. Disponível em: <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/aquisicao-de-alimentos-da-agricultura-familiar> Acesso em: 31.03.2018d

_____. Secretária de Governo. Presidência da República. **Brasil sem Miséria**. Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/brasil-sem-miseria> Acesso em 14.06.2018e

BOISIER, Sergio. Em busca do Esquivo Desenvolvimento Regional: entre a caixa preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas** n°13 – Junho, 1996.

BRESSAN, Danieli Regina Piotroski. BAÇO, Fernanda Mendes Bezerra. **O Programa Leite das Crianças como Política Pública para o Combate a Desnutrição**. II Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas. Francisco Beltrão/PR, 02, 03 e 04 de outubro de 2013.

BURITY, Valéria. FRANCESCHINI, Thaís. VALENTE, Flavio. RECINE, Elisabetta. LEÃO, Marília. CARVALHO, Maria de Fátima. **Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010.

CAMPELLO, Tereza. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania** / organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. Capítulo 1 Uma Década Derrubando Mitos e Superando Expectativas. – Brasília: Ipea, 2013.

CAPORAL, Francisco. Roberto, PETERSEN, Paulo. **Agroecologia e políticas na América Latina: o caso do Brasil**. Agroecologia 6:63-74, 2012.

CASTILHO e SILVA, Carolina Braz. **O Programa Bolsa Família no Meio Rural: Um caminho ao desenvolvimento no Rio Grande do Sul?**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

CGU (Controladoria – Geral da União). **Orientações para acompanhamento das ações do Programa Bolsa Família**. Coleção Iho Vivo – Brasília, 2012.

COELHO, Alexandre Bragança. AGUIAR, Danilo Rolim Dias de. FERNANDES, Elaine Aparecida. **Padrão de Consumo de Alimentos no Brasil**. RESR, Piracicaba, SP, vol. 47, nº 02, p. 335-362, abr/jun 2009.

CONSEA. **I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (Relatório final)**. Brasília: Consea, 1995.

CONSEA. **Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional**. In: Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2 jul./2004, Brasília. Textos de Referência. Brasília: Consea, 2004.

CORRENT, Nikolas. **Programa Leite das Crianças (PLC): Política Pública Para uma Alimentação de Qualidade**. Artigo apresentado para Especialização em Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia pela Faculdade de Educação São Luís (FESL). São Luís, 2015.

COTTA, T. C.. PAIVA, L. H. **O Programa Bolsa Família e a proteção social no Brasil**. In: CASTRO, J. A. MODESTO, L. Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios. Brasília: Ipea, 2010.

CRAVEIRO, Clélia B. A.; XIMENES, Daniel A. **Dez anos do Programa Bolsa Família: desafios e perspectivas para a universalização da educação básica no Brasil**. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo C. (orgs.) Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013.

DEFANTE, Lilliane Renata. NASCIMENTO, Leidy Diana Oliveira. LIMA-FILHO, Dario de Oliveira. **Comportamento de Consumo de Alimentos de Famílias de Baixa Renda de Pequenas Cidades Brasileiras: O caso de Mato Grosso do Sul. Interações**. Campo Grande, v. 16, n. 2, p. 265-276, jul./dez. 2015.

EIRÓ, Flávio. **O Programa Bolsa Família e os Pobres “ Não Merecedores”**: poder discricionário e os limites da consolidação de direitos sociais. Boletim de Análise Político – Institucional, 2017.

FAO. **The State of food Insecurity in the World 2014**. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Rome, FAO, 2014.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão – do Agrário ao Territorial**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. Porto Alegre (RS): Série PGDR/UFRGS (dissertação de mestrado), 2004.

GOLDFRAY, Charles. **O desafio de alimentar nove mil milhões de pessoas em 2050**. O Futuro da Alimentação: Ambiente, Saúde e Economia. Fundação Calouste Gulbenkian. Abril, 2013.

GRISA, Catia. SCHNEIDER, Sergio. **“Plantar pro gasto”**: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. RER, Piracicaba, SP, vol. 46, nº02, p. 481-515, abr – jun, 2008.

IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas). **Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das famílias beneficiadas**: Resultados referentes à situação de Insegurança Alimentar. IBASE. Junho, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **CENSO 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em 05/02/2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008 – 2009**. Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pof Acesso em 09/11/2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Suplementar de Segurança Alimentar PNAD 2013**. Rio de Janeiro, 2013.

IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009. **Avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil**. Rio de Janeiro, 2010.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnóstico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu**: 1º fase: caracterização global / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba : IPARDES, 2007.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico**: Município de Laranjeiras do Sul. Novembro, 2016.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Desafios do Desenvolvimento 2004**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23 Acesso em: 27/11/2016.

KANG, Thomas H.. Justiça e desenvolvimento no pensamento de Amartya Sen. **Revista de Economia Política**. Julho-setembro, 2011.

- LACERDA, Fernanda Calasans Costa. **A Pobreza na Bahia Sob o Prisma Multidimensional**: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia /Instituto de Economia Uberlândia, 2009.
- LEAL, Daniele. **Crescimento da Alimentação fora do domicílio**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 2010.
- LIGNANI, J D B et al. Changes in food consumption among the Programa Bolsa Família participant families in Brazil. **Public health nutrition**, n 14, p 785 – 792, 2011.
- MACEDO, João Paulo. DIMENSTEIN, Magda. LEITE, Jáder. DANTAS, Candida. Condições de vida, pobreza e consumo de álcool em assentamentos rurais: desafios para atuação e formação profissional. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, setembro a dezembro 2016.
- MACHADO, Altair Toledo. MACHADO, Cynthia Torres de Toledo. **Agricultura urbana**, Machado. – Planaltina, DF : Embrapa Cerrados, 2002.
- MALUF, Renato S Jamil. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.
- MARÍN-LEÓN L, SEGAL-CORRÊA AM, PANIGASSI G, MARANHA LK, SAMPAIO MFA, PÉREZ-ESCAMILLA R. A percepção de insegurança alimentar em famílias com idosos em Campinas. São Paulo, Brasil. **Cad Saúde Pública**, 2005.
- MATTEI, L. **Programa Bolsa Família e seu papel no combate à pobreza no Brasil**. Florianópolis: UFSC, 2010.
- MDS (Ministério do Desenvolvimento Social). **Guia de Atuação das Instâncias de Controle Social do Programa Bolsa Família**. 2º Edição. Brasília/DF, 2010.
- MEDEIROS, Bruna Taize de. SANTOS, Viviane Freitas. **O perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família no Município de Chapecó – SC**. IV SICS – Simpósio de Ciências Sociais. PUC, Minas Gerais, 2016.
- MENDES, Luan Souza. **Agricultura Urbana e Periurbana como fonte de renda através do autoconsumo**. Monografia do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.
- MIRIBEL, Benoît. **Um novo paradigma da segurança alimentar mundial, garantia de um desenvolvimento individual e coletivo**. O Futuro da Alimentação: Ambiente, Saúde e Economia. Fundação Calouste Gulbenkian. Abril, 2013.
- NORTH, D. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- OLIVEIRA, Luís Felipe Batistade. SOARES, Sergei S. D.. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania / organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri**.

Capítulo 22 “EFEITO PREGUIÇA” EM PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA. – Brasília: Ipea, 2013.

PARANÁ. Programa Leite das Crianças. **Ações e Responsabilidades. Secretaria de Agricultura e Abastecimento.** Paraná, 2018.

<http://www.leitedascrianças.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1> Acesso em: 06\01\2018.

PARANÁ. **Território Cantuquiriguaçu Paraná: Diagnóstico Socioeconômico.** Conselho de Desenvolvimento do Território da Cantuquiriguaçu. Curitiba, 2004.

PINHEIRO, Mauricio Mota Saboya. **As liberdades humanas como base do desenvolvimento: Uma análise conceitual de abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen.** Ipea, 2012.

PINTO, Diogo de Souza. AMADOR, Fabrício. OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de. CAMPOS, Marília. **A formação de professores para a Agroecologia e a experiência do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ.** Cadernos de Agroecologia, [S.l.], v. 11, n. 1, June 2016. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/20870>>. Acesso em: 04 jun 2018.

PLOEG, J. D. **O modo de produção camponês revisitado.** In: SCHNEIDER, S. (Org.). A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

POLANYI, K. **A grande transformação.** 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

RAWLS, J.. **O Liberalismo Político.** São Paulo: Ática, 2000.

RIBEIRO, Silvana Maria. BÓGUS, Cláudia Maria. WATANABE, Helena Akemi Wada. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. São Paulo: **Saúde Soc.**, 2015.

ROSANELI, Carolina Filla. RIBEIRO, Ana Lúcia Cardoso. ASSIS, Luana de. SILVA, Tânia Mara da. SIQUEIRA, José Eduardo de. A fragilidade humana diante da pobreza e da fome. **Revista Bioética**, 2015.

SANTOS, Cristina F. dos. SILVA, Marcelo dos Santos da. **Segurança Alimentar e Programa Bolsa Família no Município de Itabuna-Bahia.** Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC. Ilhéus – Bahia, outubro de 2014.

SCHAPPO, Sirlândia. **Avanços e Desafios na Erradicação da Pobreza e da Fome no Brasil.** Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis SC – 27 a 29 de Outubro de 2015.

SEGALL-CORRÊA, A. M. ; SALLES-COSTA, R. Novas possibilidades de alimentação a caminho? **Democracia Viva**, 39 (jun): 68-73, 2008.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** Tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENNA, Mônica de Castro Maia. BRANDÃO, André Augusto. DALT, Salete da. Programa Bolsa Família e o acompanhamento das condicionalidades na área da saúde. São Paulo: **Soc. Soc.**, jan-abril, 2016.

SILVA, Jose Graziano da. DEL GROSSI, Mauro Eduardo. FRANÇA, Caio Galvão de. **Fome Zero: A experiência brasileira**. Brasília : MDA, 2010.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. OSORIO, Rafael Guerreiro. Programa **Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania** / organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. Capítulo 8 **O Perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011**. – Brasília: Ipea, 2013.

SPERANDIO, Naiara. RODRIGUES, Cristiana Tristão. FRANCESCHINI, Sylvia do Carmo Castro. PRIORE, Silvia Eloiza. **Impacto do Programa Bolsa Família no Consumo de Alimentos: Estudo Comparativo das Regiões Sudeste e Nordeste do Brasil**. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(6):1771-1780, 2017.

TEIXEIRA, Islandia Bezerra da Costa. **O Desafio da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para as Famílias Rurais: o que temos no Nordeste?** III Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís – MA, 2007.

TRALDI, D. R. C. **Efetividades e entraves do programa bolsa família no município de Araraquara/SP: um olhar sobre a segurança alimentar dos beneficiários**. 2011. 193 f. Dissertação (Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - mestrado) – Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, São Paulo, 2011.


VALENT, Joice Zagna. OLIVEIRA, Letícia de. VALENT, Vinicius Dornelles. **Agricultura Urbana: O Desenvolvimento de um Projeto Social**. DRd – Desenvolvimento Regional em debate, jul./dez. 2017.

VASCONCELOS, F. de A. G. de. **Fome, solidariedade e ética: uma análise do discurso da Ação da Cidadania contra a fome, a Miséria e pela Vida**. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**. Maio-agosto, 2004.

YUYAMA, Lúcia KO. AGUIAR, Jaime PL. PANTOJA, Lílian. MAEDA, Roberto N. MELO, Tatiana. ALENCAR, Fernando H. NASCIMENTO, Angela M. Matos. NEGREIROS, Neide M Almeida. CORRÊA, Maria Segall. PÉREZ-ESCAMILLA, Rafael. **Segurança/insegurança alimentar em famílias urbanas rurais no estado do Amazonas: I. Validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação**. ACTA AMAZONICA, 2007.

ZIMMERMANN, Silvia Aparecida. GRISA, Catia. TECCHIO, Andréia. LEITE, Sérgio Pereira. BONNAL, Philippe. CAZELLA, Ademir Antônio. DELGADO, Nelson Giordano. MALUF, Renato Jamil. MATTEI, Lauro. **Desenvolvimento Territorial e Políticas de Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 540-573, abr., 2014.

ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DO PBF NA
SEGURANÇA ALIMENTAR DOS BENEFICIÁRIOS DO MEIO URBANO E RURAL DO
MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL PARANÁ

<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL CAMPUS DE LARANJEIRAS DO SUL CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL</p>	
<p>QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA SEGURANÇA ALIMENTAR DOS BENEFICIÁRIOS DO MEIO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL PARANÁ</p>	

Dados do Entrevistado

Nome: _____

NIS: _____

Endereço: _____

Urbano Rural

Composição familiar (nome, idade e escolaridade)

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____

1. QUAL A ORIGEM DA FAMÍLIA?

Meio Urbano Meio Rural Assentamentos de Reforma Agrária

Houve êxodo?

Sim Não

Há quanto tempo mora nesta zona de residência? _____

Qual o motivo da mudança se houver: _____

O benefício recebido pelo PBF influenciou neste contexto? Como?

**2. NA SUA OPINIÃO, A RENDA TOTAL DE SUA FAMÍLIA PERMITE QUE
VOCÊ(S) LEVE(M) A VIDA ATÉ O FIM DO MÊS COM:**

Antes do PBF

Muita dificuldade

Dificuldade

Alguma dificuldade

Depois do PBF

Muita dificuldade

Dificuldade

Alguma dificuldade

- () Alguma facilidade
 () Facilidade
 () Muita facilidade

- () Alguma facilidade
 () Facilidade
 () Muita facilidade

3. PARA QUAL FINALIDADE SUA FAMÍLIA MAIS USA O RECURSO DO PBF?

4. SUA FAMÍLIA TAMBÉM UTILIZA O RECURSO PARA OUTRAS COISAS? QUAIS? _____

5. QUAL A RENDA TOTAL DA SUA FAMÍLIA POR MÊS?

Antes do PBF

Depois do PBF

6. QUAIS SÃO AS FONTES DE RENDA DA SUA FAMÍLIA?

Antes do PBF

Depois do PBF

7. NA SUA OPINIÃO, QUAL SERIA A RENDA NECESSÁRIA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SUA FAMÍLIA ATÉ O FIM DO MÊS?

8. DAS AFIRMATIVAS A SEGUIR, QUAL A QUE MELHOR DESCREVE A QUANTIDADE DE ALIMENTOS CONSUMIDOS POR SUA FAMÍLIA?

Antes do PBF

Depois do PBF

- () Normalmente não é suficiente
 () As vezes é suficiente
 () É sempre suficiente

- () Normalmente não é suficiente
 () As vezes é suficiente
 () É sempre suficiente

9. DAS AFIRMATIVAS A SEGUIR, QUAL A MELHOR QUE DESCREVE O TIPO DE ALIMENTO CONSUMIDO POR SUA FAMÍLIA?

Antes do PBF

Depois do PBF

- () Sempre do tipo que quer
 () Nem sempre do tipo que quer
 () Raramente do tipo que quer

- () Sempre do tipo que quer
 () Nem sempre do tipo que quer
 () Raramente do tipo que quer

10. ONDE A FAMÍLIA ADQUIRE O ALIMENTO CONSUMIDO?

Antes do PBF

- Supermercados
 Mercado de bairro/comunidade
 Feira/Direto da Agricultura Familiar
 Comércio entre vizinhos ou ambulantes
 Outro: _____

Depois do PBF

- Supermercados
 Mercado de bairro/comunidade
 Feira/Direto da Agricultura Familiar
 Comércio entre vizinhos ou ambulantes
 Outro: _____

11. A FAMÍLIA TEM OUTRA FORMA DE CONSEGUIR ALIMENTOS? AQUISIÇÃO NÃO MONETÁRIA DE ALIMENTOS:

Antes do PBF

- Sim
 Não
 Caso a responder tenha sido SIM:

Antes do PBF

- Ajuda de familiares ou amigos
 Extrativismo
 P.A.A.
 Programa do Leite
 Doações da Prefeitura, Estado ou Governo Federal
 Outros: _____

Depois do PBF

- Sim
 Não

Depois do PBF

- Ajuda de familiares ou amigos
 Extrativismo
 P.A.A.
 Programa do Leite
 Doações da Prefeitura, Estado ou Governo Federal
 Outros: _____

12. A FAMÍLIA PRODUZ ALGUM TIPO DE ALIMENTO PARA AUTOCONSUMO?

Antes do PBF

- Sim
 Não
 Se produz, quais são estes produtos?

Antes do PBF

Como produzem?

Antes do PBF

- Utilizam insumos químicos e/ou agrotóxicos
 Usam técnicas orgânicas de produção?
 Quais?

Depois do PBF

- Sim
 Não

Depois do PBF

Depois do PBF

- Utilizam insumos químicos e/ou agrotóxicos
 Usam técnicas orgânicas de produção?
 Quais?

13. SUA FAMÍLIA CONSOME ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS E/OU ORGÂNICOS?

- Sim Não

Biscoitos/chocolates/doces industrializados								
Sucos artificiais Refrigerantes								
Bebidas alcoólicas								
Arroz/macarrão/farinhas								
Feijão, lentilha								
Batata, mandioca								
Salgadinhos								
Comida de rua ou de restaurante								

17. NA SUA OPINIÃO, COMO CLASSIFICA AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA SUA FAMÍLIA:

Antes do PBF

Boa

Razoável

Ruim

Porque _____

Depois do PBF

Boa

Razoável

Ruim

18. ALGUM MEMBRO DA FAMÍLIA TEM DOENÇA CRÔNICA?

Sim Obesidade Diabetes HAS Câncer Doença cardiovascular Anemia

Não

19. SABE QUAL O ESTADO NUTRICIONAL DOS SEUS FILHOS?

Sim

Nº de filhos com peso normal: _____

Nº de filhos com baixo peso: _____

Nº de filhos acima com sobrepeso: _____

Não

ANEXO 2 - QUESTIONÁRIO DA ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA)

ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA)

1. Moradores tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida ()SIM ()NÃO
2. Alimentos acabaram antes que os moradores tivessem dinheiro para comprar mais comida ()SIM ()NÃO
3. Moradores ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada ()SIM ()NÃO
4. Moradores comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou ()SIM ()NÃO
5. Algum morador de 18 anos ou mais de idade diminuiu alguma vez a quantidade de alimentos nas refeições ou deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida ()SIM ()NÃO
6. Algum morador de 18 anos ou mais de idade alguma vez comeu menos porque não havia dinheiro para comprar comida ()SIM ()NÃO
7. Algum morador de 18 anos ou mais de idade alguma vez sentiu fome mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida ()SIM ()NÃO
8. Algum morador de 18 anos ou mais de idade perdeu peso porque não comeu quantidade suficiente de comida devido à falta de dinheiro para comprar comida ()SIM ()NÃO
9. Algum morador de 18 anos ou mais de idade alguma vez fez apenas uma refeição ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida ()SIM ()NÃO
10. Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida ()SIM ()NÃO
11. Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida ()SIM ()NÃO
12. Algum morador com menos de 18 anos de idade diminuiu a quantidade de alimentos nas refeições porque não havia dinheiro para comprar comida ()SIM ()NÃO
13. Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida ()SIM ()NÃO
14. Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez sentiu fome mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida ()SIM ()NÃO
15. Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez ficou um dia

inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida ()SIM
()NÃO

Fonte: Perguntas incluídas no Suplemento de Segurança Alimentar da PNAD 2004 referentes à escala EBIA.